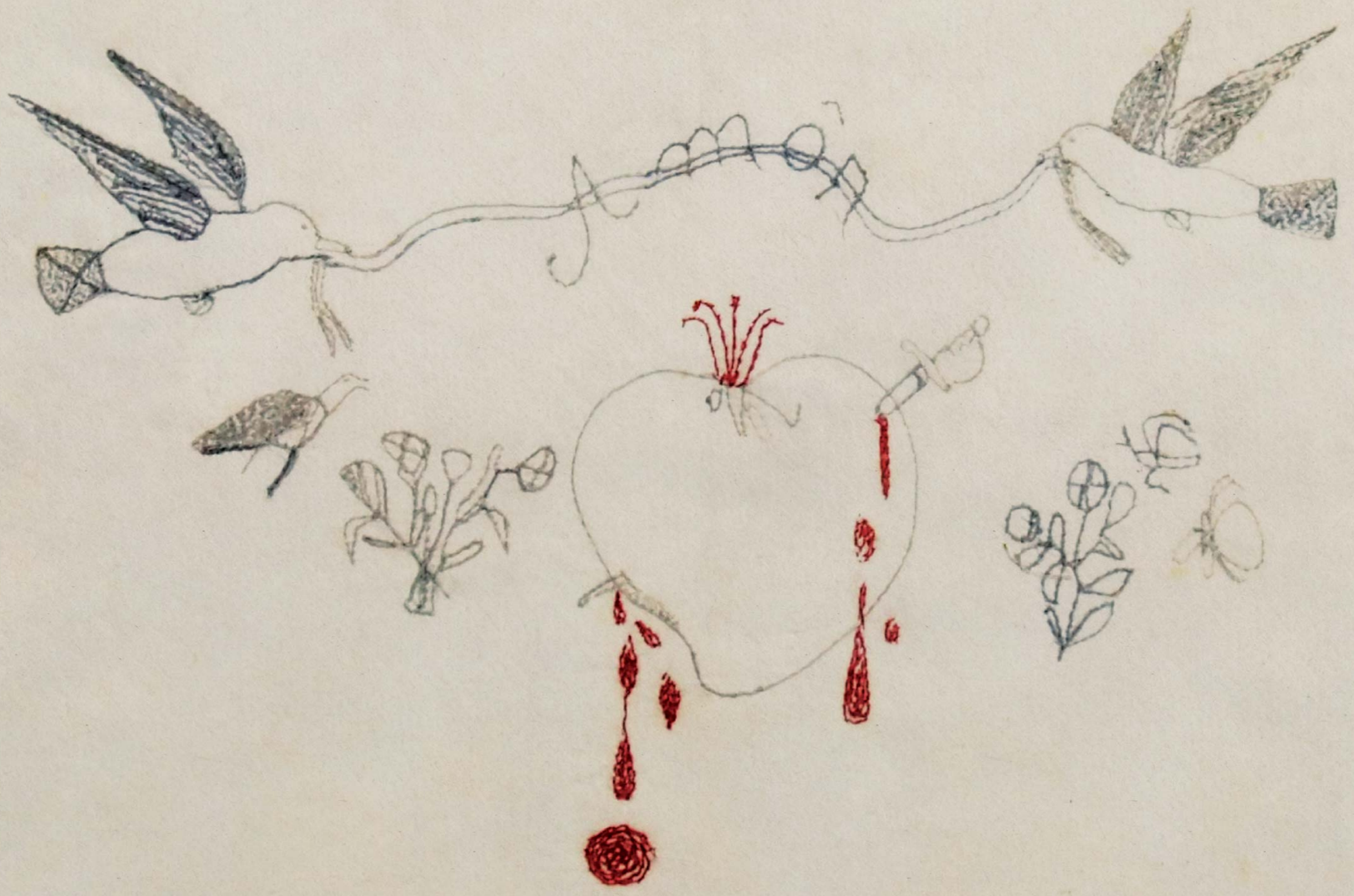


# JOÃO CÂNDIDO

A Luta pelos Direitos Humanos









Marinheiros a bordo do encouraçado Bahia.

A bordo do 'Bahia'  
Rio-26-11-10

Nalla  
Phot.

Foto de Augusto Malta, Acervo Fundação Biblioteca Nacional

## FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

Presidente  
JACQUES DE OLIVEIRA PENA

Diretores Executivos  
ELENELSON HONORATO MARQUES  
JORGE ALFREDO STREIT

Gerente de Educação e Cultura  
MARCOS FADANELLI RAMOS

Assessor  
CLAUDIO ALVES RIBEIRO BRENNAND

## PETROBRAS

Presidente  
JOSÉ SERGIO GABRIELLI

Gerente Executivo de  
Comunicação Institucional  
WILSON SANTAROSA

Gerente de Responsabilidade Social  
LUIS FERNANDO NERY

Gerente de Patrocínios  
ELIANE COSTA

Gerente de Patrocínios Culturais  
TAIS WOHLMUTH REIS

Coordenador de Tecnologias Sociais  
LENART NASCIMENTO

ACAN - ASSOCIAÇÃO CULTURAL  
DO ARQUIVO NACIONAL

Diretoria Executiva  
Pres. LICIO RAMOS DE ARAUJO  
V. Pres. OSCAR BOÉCHAT FILHO  
FERNANDO JOÃO ABELHA SALLES  
JOSE GOMES DE ALMEIDA NETTO

Pres. do Conselho Fiscal  
WANDERLEI PINTO DE MEDEIROS

Pres. do Conselho Consultivo  
HANS JÜRGEN FERNANDO DOHMANN

## PRODUÇÃO

Coordenação Geral  
ELIZABETE BRAGA

Coordenação de Produção  
FLÁVIA DIAB

Assessoria de Produção  
STANLEY WHIBBE

Coordenação de Administração  
RUY GODINHO

Consultoria Histórica  
MARCO MOREL

Equipe de Pesquisa  
coordenadores  
MARCO MOREL  
TÂNIA BESSONE  
auxiliares  
GABRIEL LABANCA  
RODRIGO CARDOSO  
SILVIA CAPANEMA

Texto  
MARCO MOREL

Revisão de Textos  
SARAH PONTES

Projeto Gráfico  
LULA RICARDI - XYZdesign

Produção  
ABRAVÍDEO



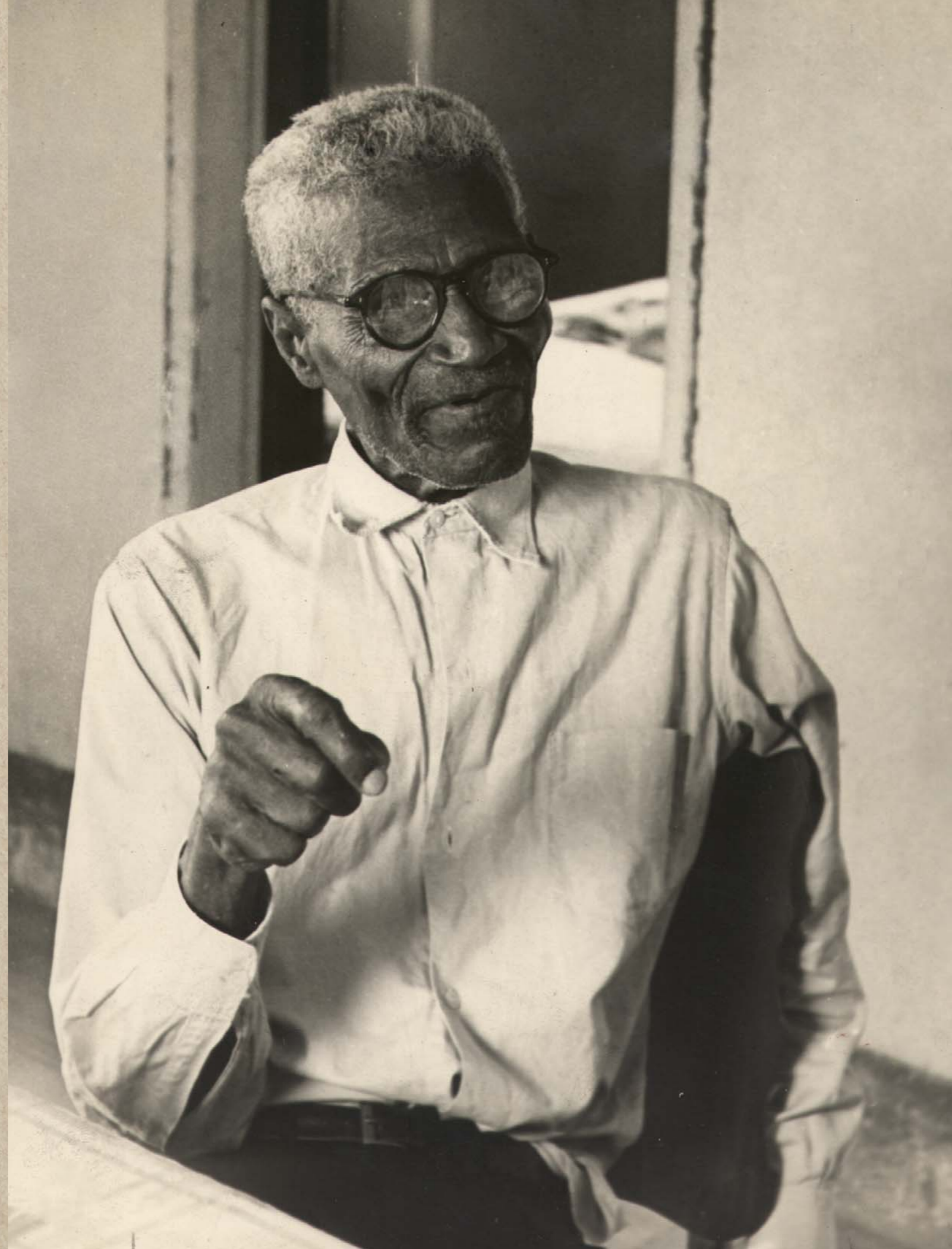
# JOÃO CÂNDIDO

A Luta pelos Direitos Humanos



“Quero dizer que  
daqui para o ano 2000  
e para adiante ainda  
vai ter João Cândido”.

JOÃO CÂNDIDO - DEPOIMENTO NO MUSEU DA  
IMAGEM E DO SOM EM 1968



**A**o escolher o homenageado deste ano – o marinheiro João Cândido, principal líder da Revolta da Chibata ocorrida em 1910 – o Projeto Memória, em sua 11ª edição, mantém sintonia com as tendências que procuram ampliar a conquista de Direitos Humanos básicos numa sociedade tradicionalmente marcada por desigualdades e injustiças sociais.

Acreditamos na importância da valorização de personagens que contribuíram para a formação nacional brasileira – seja através de obras escritas, como de ações concretas, exemplos, palavras e gestos criativos e transformadores.

Este livro fotobiográfico, distribuído para mais de 5 mil bibliotecas públicas em todo o país, resulta de pesquisa em importantes acervos documentais (textos e imagens) que trazem à tona a história, nem sempre bem divulgada, das condições de vida da maioria da população brasileira e dos caminhos encontrados para sobreviver e, mesmo, alterar tais situações. Está claro que não se pode mudar o que já passou, mas é possível modificar nossa percepção sobre este passado. Pretende-se assim, ao lado do importante trabalho de divulgação, uma contribuição à historiografia sobre o assunto.

Homenageando pela primeira vez um negro no Projeto Memória, apresentamos a trajetória marcante deste indivíduo nascido em 1880, filho de escravos, e incluímos referências ampliadas: ao conjunto dos 2.300 marinheiros participantes do episódio que terminou com os castigos corporais na Marinha de Guerra, ao contexto da época, às questões mais abrangentes da cultura, da História do Brasil e de temas atuais.



O Projeto Memória, uma iniciativa da Fundação Banco do Brasil em parceria com a Petrobras, associando-se neste ano à Associação Cultural do Arquivo Nacional (ACAN), reconhece que a história de um país é ponto chave para compreendermos o presente e prepararmos o futuro. Trazer à tona a permanência das teias do passado (gerado, primordialmente, pelo trabalho escravo e baseado na grande agricultura monocultora de exportação) é tocar em preconceitos, desigualdades e violências ainda hoje mal resolvidos, apesar das conquistas e melhorias. E tal escolha do tema aponta, sobretudo, para a disposição em transformar democraticamente tal realidade, valorizando a afirmação dos Direitos Humanos no Brasil em suas variadas dimensões.

Este livro faz parte dos materiais do Projeto Memória, interligados à mesma temática e distribuídos em alcance nacional: vídeo documentário, conjunto pedagógico (Almanaque Histórico, Guia do Professor e DVD-rom), exposição itinerante e sítio na internet [www.fundacaobancodobrasil.org.br](http://www.fundacaobancodobrasil.org.br) (Programas e Ações/Educação/Projeto Memória).

Tal iniciativa ocorre num momento em que o Estado nacional brasileiro começa a assumir postura expressiva diante do legado de João Cândido e dos marinheiros que participaram da rebelião - e que pode ser resumida na concessão de anistia póstuma a estes personagens, aprovada por unanimidade no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República em 23 de julho de 2008, além de outras iniciativas oficiais e, sobretudo, da sociedade civil.

É responsabilidade coletiva garantir que os Direitos Humanos sejam realidade para todos, independente de posição social, nível de instrução, gênero, religião, cor da pele, opção política, etc. Aproximando-se o centenário da Revolta da Chibata, podemos constatar que a vida de João Cândido traz muitas lições para aprendermos e ensinarmos: virar as páginas de sofrido passado em direção a um futuro melhor.

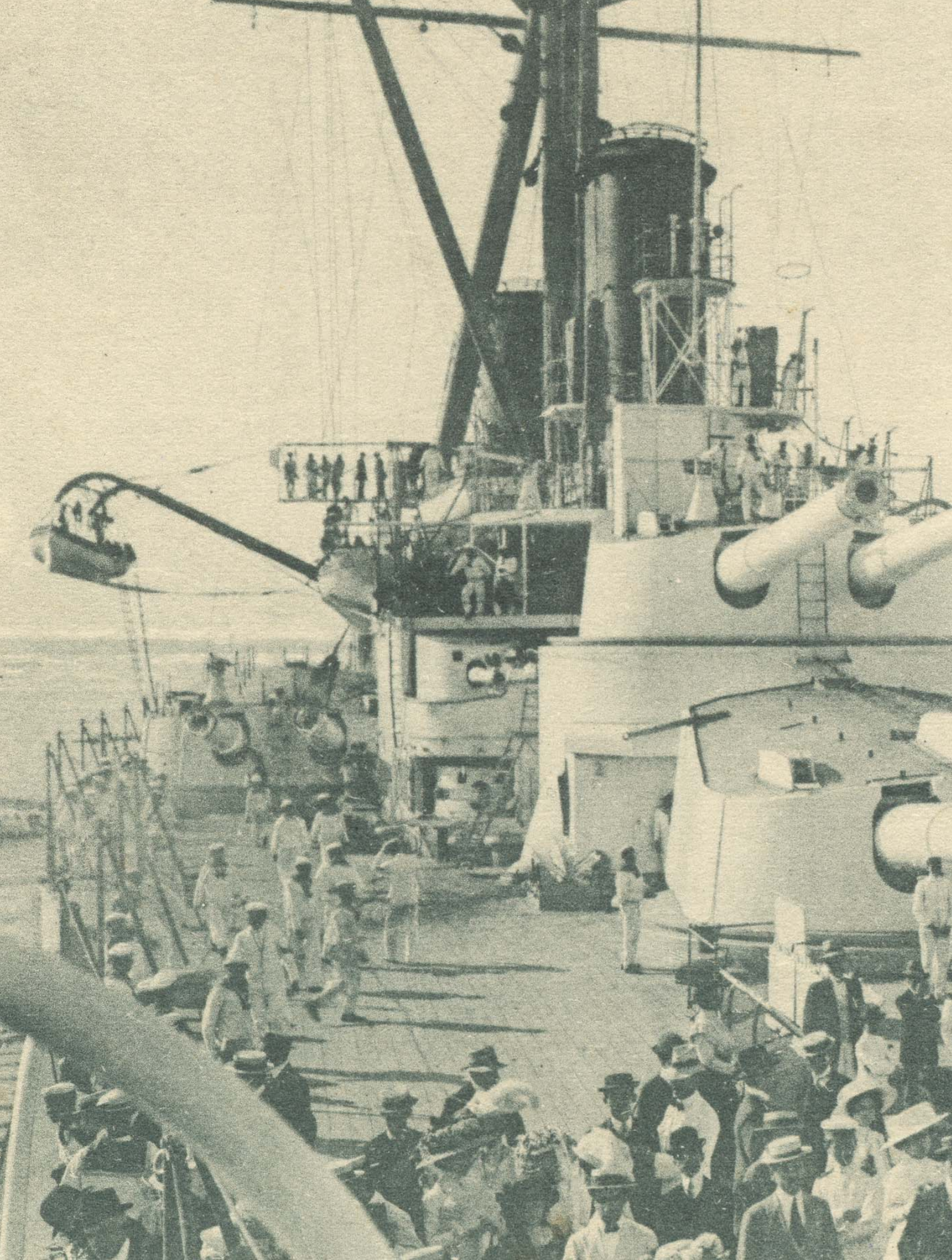
**ACAN . PETROBRAS . FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL**

A wide-angle photograph of the ocean, showing a vast expanse of deep blue water with white-capped waves. The sky is a pale, hazy blue, suggesting a bright but slightly overcast day. The water's surface is textured with small ripples and larger, more pronounced waves, creating a sense of movement and depth. The overall tone is serene and expansive.

“O Mar é Meu Amigo”

JOÃO CÂNDIDO





# ÍNDICE

1. O DRAGÃO DO MAR REAPARECEU...	15
2. NASCIMENTO: O FIM DA ESCRAVIDÃO	21
3. O NAVEGANTE NEGRO	31
4. EXPLODE A REVOLTA DOS MARINHEIROS	41
5. A REPRESSÃO CHEGA COM FORÇA	63
6. TRAJETÓRIA DOS “HERÓIS DA PLEBE”	81
7. HOMENAGENS EM VIDA	93
8. JOÃO CÂNDIDO VIVO NAS MEMÓRIAS	101
9. DESAFIOS ATUAIS	111
PARA SABER MAIS	116
CRONOLOGIA	118

“Há muito tempo  
nas águas da Guanabara  
O Dragão do Mar  
reapareceu...”

MÚSICA DE JOÃO BOSCO E ALDIR BLANC, *MESTRE-SALA  
DOS MARES*

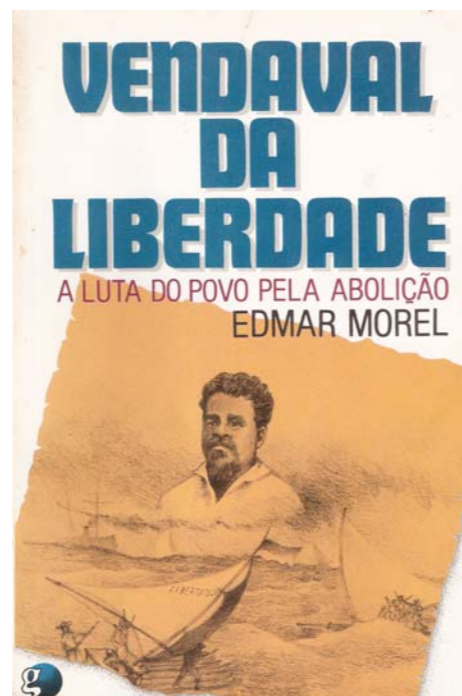


## 1. O DRAGÃO DO MAR REAPARECEU...

Quem conhece o sentido exato da canção ao lado pode entender melhor os laços simbólicos e históricos entre a Revolta da Chibata e as lutas contra a escravidão realizadas pelas camadas pobres da população. Tal comparação foi criada pelo escritor cearense Edmar Morel que, em 1949, lançou o livro *Dragão do Mar – o jangadeiro da abolição* (reeditado como *Vendaval da Liberdade*). Ao publicar na década seguinte *A Revolta da Chibata*, em várias passagens o autor não resiste em assinalar semelhanças entre os dois “heróis da plebe” por ele estudados e valorizados: ambos trabalhadores do mar, oprimidos do ponto de vista racial e social e que encabeçaram movimentos de grande repercussão e vitoriosos em seus objetivos imediatos de combate ao escravismo e suas permanências. Analogia bem aproveitada na música *O Mestre-Sala dos Mares*, de João Bosco e Aldir Blanc.

Capas da 1ª edição (à esquerda) e 3ª edição do livro de Edmar Morel sobre outro “herói da plebe” e trabalhador do mar que lutou contra a escravidão.

Dragão do Mar era o apelido do jangadeiro cearense Francisco José do Nascimento: caboclo, classificado como “pardo livre”,



Fundação Casa de Rui Barbosa

Essa alegoria assinala um ponto-chave em nossa História: o de que a Abolição não se realizou apenas “por cima”, isto é, pela iniciativa das elites parlamentares, de abolicionistas ilustres, dos proprietários “esclarecidos” e da Coroa Imperial (ou, mais simplesmente, da princesa Isabel), mas foi um longo e penoso processo de embates no qual participaram, também, setores variados da população, como as camadas médias, pobres livres, libertos e os próprios cativos. De forma direta ou indireta, as ações individuais ou coletivas dos escravos ajudaram a minar o sistema escravista.

Dragão do Mar era o apelido do jangadeiro cearense Francisco José do Nascimento: caboclo, classificado como “pardo livre”, um dos principais líderes do árduo movimento que culminou com a extinção do cativo no Ceará em 1884, ou seja, quatro anos antes da Lei Áurea.

Foram três anos de lutas duras. Quando finalmente decretou-se a Abolição cearense em 25 de março de 1884 (inclusive com apoio do presidente da Província), o modesto Francisco José do Nascimento, Dragão do Mar, junto com sua jangada, desfilou em triunfo pelas ruas da cidade imperial do Rio de Janeiro, sendo apoiado e aplaudido por abolicionistas como José do Patrocínio e Joaquim Nabuco. O evento teve grande destaque na imprensa e repercussão internacional. E 26 anos transcorreram desde a Abolição nos verdes mares do Ceará até o “reaparecimento” do Dragão do Mar nas águas da baía da Guanabara, “na figura de um bravo marinheiro”.

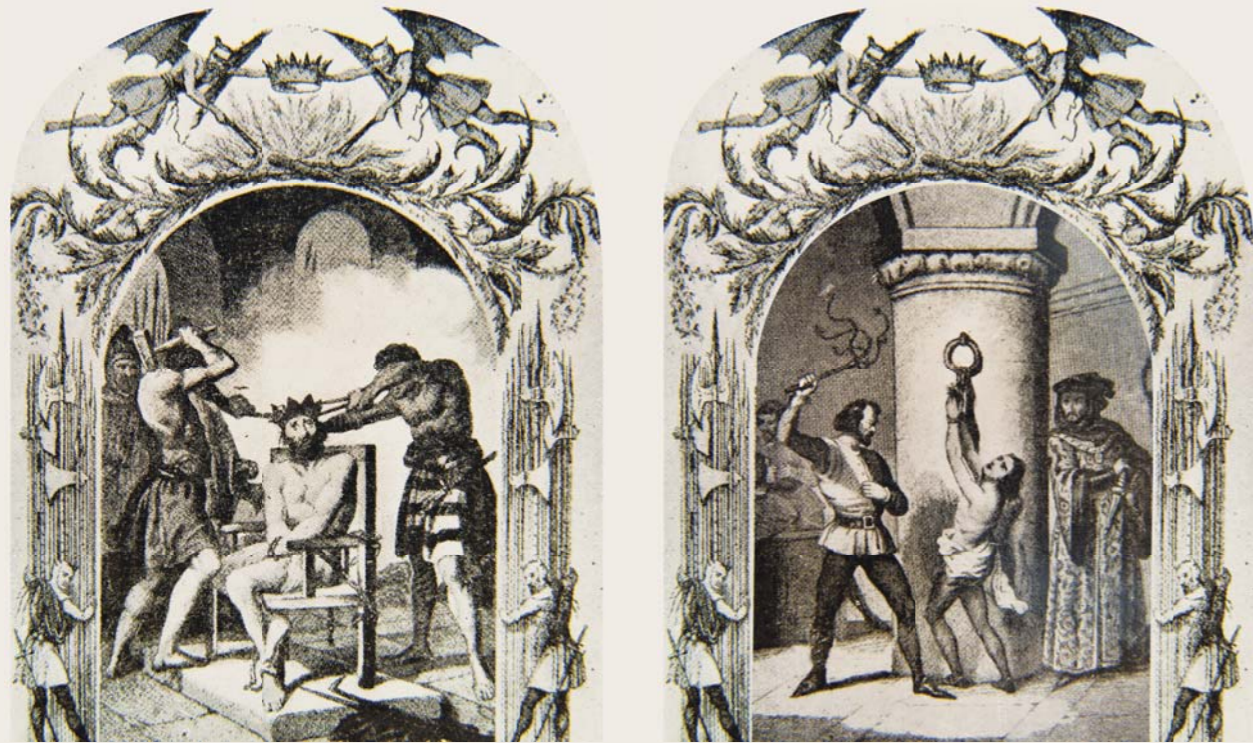
## CASTIGOS CORPORAIS

A história dos castigos corporais na Marinha de Guerra brasileira é longa e repleta de episódios violentos. Na realidade, não se trata de característica isolada dessa instituição, mas das forças armadas em geral e situa-se, em linha de conti-



O uso do açoite nos escravos, habitual durante mais de três séculos, foi proibido por lei de 1886, 24 anos antes da Revolta da Chibata.

nuidade, nos variados contextos de uma sociedade que viveu mais de três séculos de escravismo e tradição autoritária, deixando permanências até hoje. A estrutura social no Brasil construiu-se de forma arraigada sobre o famoso tripé: produção agrária monocultora, exportadora e escravista – embora as hierarquias sociais e a produção de subsistência fossem cada vez mais complexas, sobretudo a partir do século XVIII. Em suma, a Marinha fazia parte da sociedade, com seus paradoxos, limites e possibilidades de transformações.



A Ilustração Brasileira - Fundação Biblioteca Nacional

A revista *Ilustração Brasileira*, na época da Revolta da Chibata, mostra como os castigos corporais eram antigos e inadequados.

Ao longo do século XIX, a disciplina na Marinha foi baseada em regras do período colonial, sobretudo no Regimento Provisional para o Serviço e Disciplina das Esquadras e Navios da Armada Real de 1796, complementado com os Artigos de Guerra. O artigo 80 decretava que os marinheiros seriam “corrigidos por meio de pancadas de espada, e chibata”.

Momento marcante ocorreu com o processo de Independência no Brasil, quando a Marinha se reorganizou, inicialmente, sob a liderança de um experiente militar e mercenário internacional de guerra, o almirante inglês Thomas Cochrane, contratado por d. Pedro I e José Bonifácio para atuar nas guerras de Independência. Com essa reestruturação da Marinha os castigos corporais foram mantidos e até reforçados pela tradição aristocrática inglesa (que viria a ser responsável por processos de colonização particularmente violentos como os da África do Sul e Índia). A presença de lorde Cochrane, conde de Dundonald e marquês do Maranhão seria decisiva nessa triste permanência em época de algumas mudanças.

No raiar da República e crepúsculo do século XIX, os castigos corporais na Marinha foram logo suprimidos, em 16 de novembro de 1889. Porém, na época em que João Cândido serviu na Armada, a situação era semelhante à do período colonial sob esse ângulo. Tal fator explica-se pelos antigos costumes aristocráticos, pelo preconceito racial, pelo sistema de dominação que se reproduzia e pela reintrodução legal das punições por meio do Decreto 328, de outubro de 1890, que substituiu os regimentos coloniais, mas renovava e justificava a permanência dos referidos castigos na República brasileira.

**“A chibata na revolta, na Marinha do Brasil, aqueles oficiais ingleses, Cochrane e outros que eram piratas na Marinha inglesa, expulsos de lá, andaram pelo mundo roubando. Aqui no Brasil eles impunham.”**

(João Cândido, depoimento ao Museu da Imagem e do Som)

Note-se que essas regras republicanas sobreviveram ao uso do açoite nos escravos que, pelo menos legalmente, fora proibido pela lei de outubro de 1886, portanto ainda no Império, após intensa pressão dos abolicionistas que denunciavam maus-tratos, inclusive pela imprensa.



Serviço de Documentação da Marinha

O lorde, almirante e marquês Thomas Cochrane, chamado de Pirata por João Cândido, reforçou o uso da chibata na Marinha brasileira na época da Independência.

“Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”.

ARTIGO 1º DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

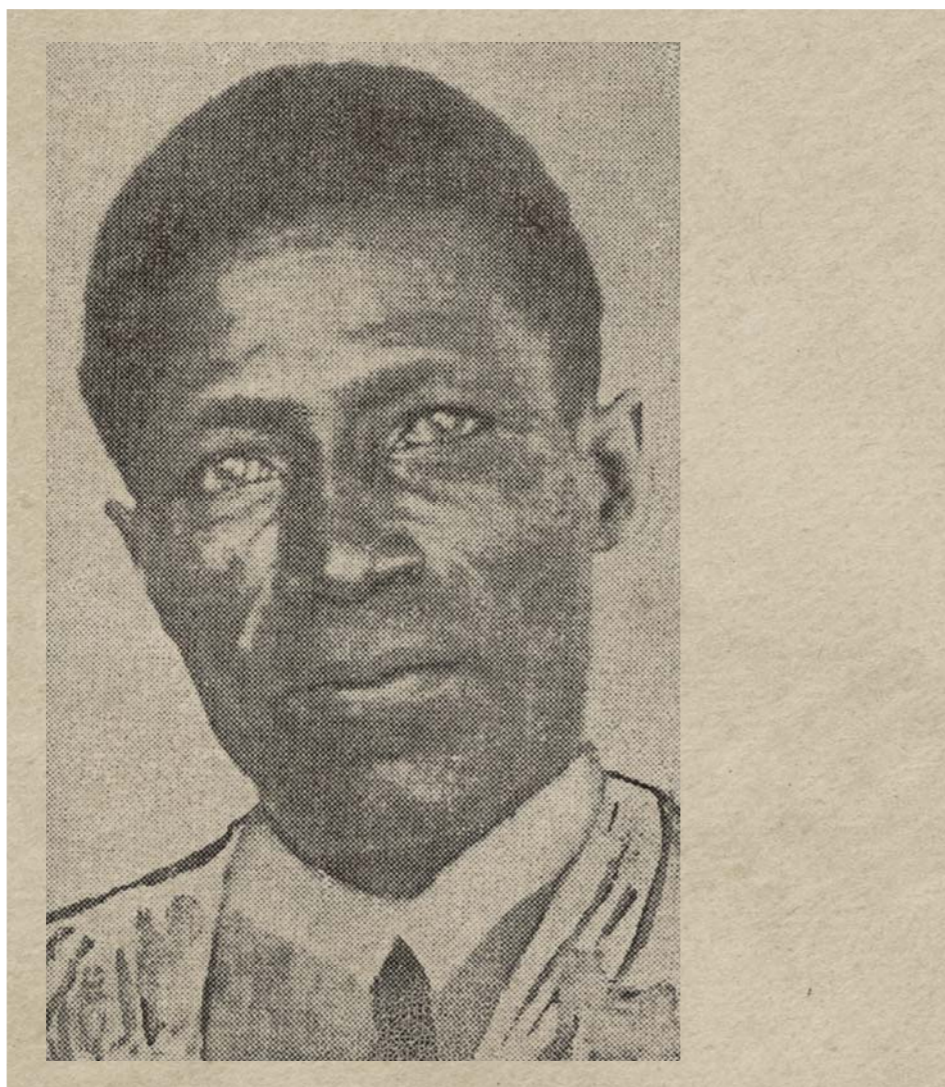


## 2. NASCIMENTO: O FIM DA ESCRAVIDÃO

Filho de escravos, João Cândido não nasceu em senzala, mas numa choupana onde moravam seus pais, João Cândido Felisberto e Ignácia Felisberto, em 24 de junho de 1880. A modesta habitação ficava na fazenda de Vicente Simões Pereira (localidade de Coxilha Bonita, serra do Herval, interior do Rio Grande do Sul), próxima da casa-grande mas fora de suas vistas. Mantinha-se pequena área própria para cultivo de horta de subsistência e criação de animais domésticos. A condição de vida dessa família cativa explica-se por motivos pessoais e, também, pelo contexto histórico.

Os pais do futuro marinheiro haviam conquistado, no interior da propriedade rural escravista, uma certa autonomia, chamada de “liberdade”, numa espécie de acordo com o proprietário (que alguns chamam de benevolente) – situação que não era incomum em outras partes do Brasil, onde cativos, com diferentes graus de autonomia em relação ao trabalho e direito de locomoção, formavam famílias estáveis dentro do sistema escravocrata. Tal condição requeria boas doses de habilidade recíproca na convivência dos escravos com os senhores e consentimento de alguns aspectos na dominação pelos cativos, para que estes pudessem se liberar de outras opressões.

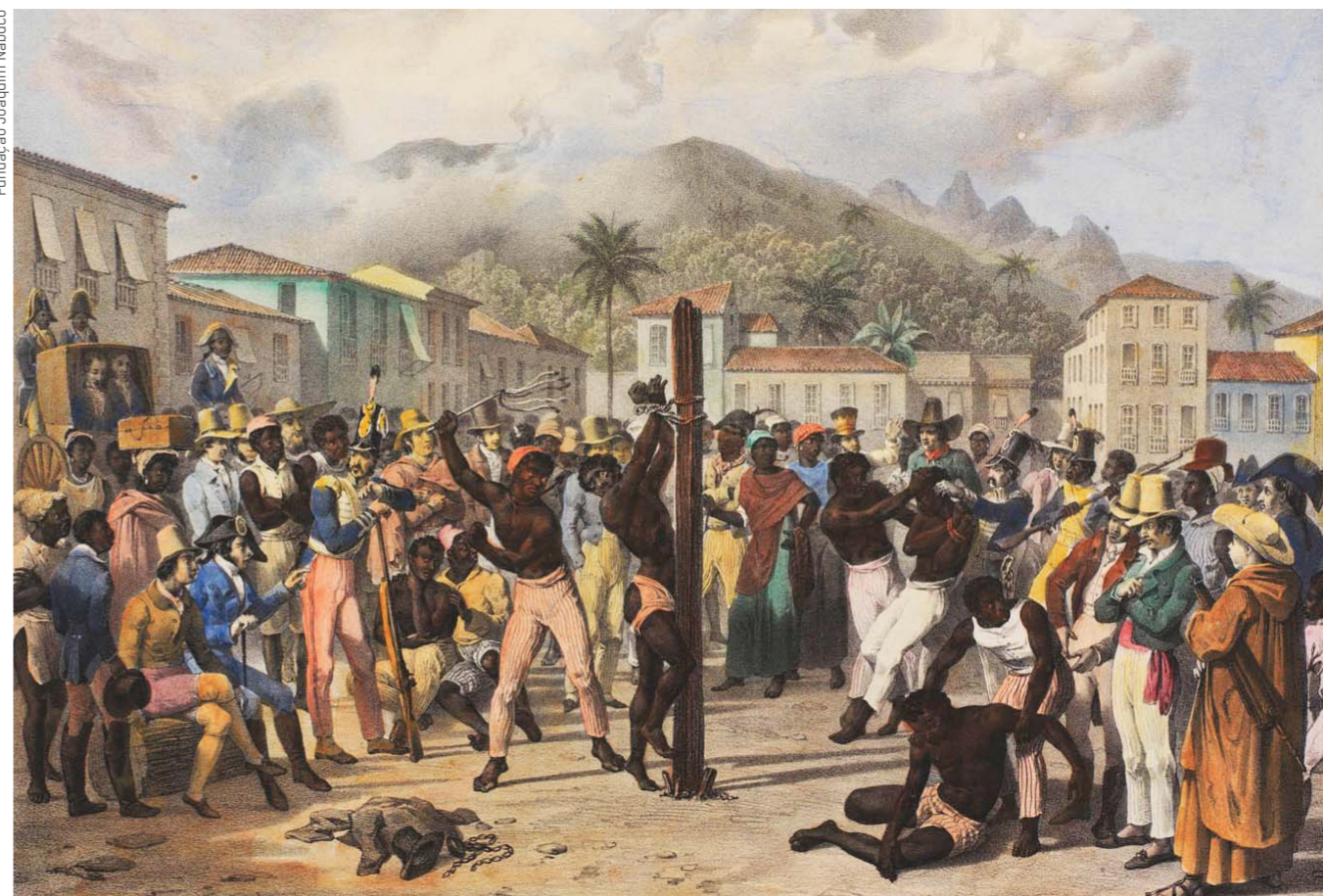
Uma das raras fotos que mostra João Cândido com meia idade, nos anos 1930: serviu de capa para o livreto escrito por Adão Pereira Nunes e apreendido pela polícia.



Arquivo do Estado do Rio de Janeiro

Além do mais, João Cândido Felisberto, o pai, era tropeiro, isto é, participava da condução de tropas de gado, o que lhe dava possibilidades amplas de locomoção – uma das características da escravidão no Brasil meridional tão marcado pela pecuária, mas que não excluía outras formas de coerção inerentes ao sistema es-

Fundação Joaquim Nabuco



cravista. Em várias ocasiões, seu filho João Cândido acompanhou-o nas cavalgadas pelos pampas, comendo arroz carreteiro ou charque (carne salgada) com farinha. Já Ignácia Felisberto, a crer em testemunhos orais tanto dos próprios descendentes quanto de familiares do fazendeiro, tinha personalidade marcante: era parteira e praticava medicina artesanal com amplo conhecimento do uso da flora. Além de sete filhos (três homens e quatro mulheres), teve vários “filhos de peito”, ou seja, crianças que amamentou. Era também exímia caçadora e embrenhava-se com frequência nos matos, trazendo tatus e outros animais típicos da região.

Observe-se que a década de 1880, quando nasceu João Cândido, marcou momento peculiar na história da escravidão no Brasil. O futuro marinheiro já nascera após a lei de 1871, que declarava livres todos os filhos de escravos nascidos a partir daquela data. Embora, na maioria dos casos, as crianças continuassem nas fazendas vivendo do mesmo modo que os pais. O sistema escravista estava em crise. Não se pode esquecer: no Rio Grande do Sul a escravidão foi abolida em boa parte da província a partir de 1884 (quatro anos antes da Lei Áurea), num processo equivalente ao que ocorrera no Ceará e no Amazonas, ou seja, em áreas periféricas do centro escravista do Império. A Abolição proclamou-se em julho de 1884 em Porto Alegre e

Os costumes da escravidão, arraigados na sociedade brasileira (como mostra esta pintura do alemão J. M. Rugendas), se faziam sentir de maneira nítida ainda no começo do século XX.

João Cândido nasceu nas serras gaúchas hoje pertencentes ao município Dom Feliciano.



Roberto Jesinski

por todo o litoral gaúcho, solenemente e com repercussão nacional, realizando-se a seguir, aos poucos, em alguns municípios do interior, embora em várias localidades o cativo permanecesse até a Lei Áurea. Assim, o futuro marinheiro nasceu e passou os primeiros anos numa província onde a escravidão fora seriamente abalada antes mesmo da iniciativa da Coroa Imperial. Por mais arraigadas que fossem a escravidão e suas conseqüências, elas não apareciam aos moradores do Rio Grande do Sul na década de 1880 como fatais e inquestionáveis. Esse foi, digamos, o berço histórico daquele que seria o líder da Revolta da Chibata.

Se João Cândido, por um lado, esteve marcado desde seu nascimento pelas relações escravistas, por outro, vivenciou na tenra infância a crise e derrocada desse sistema, acompanhado por diversas formas e estratégias de luta, por parte dos cativos e diferentes aliados, para alcançar as liberdades: pacíficas ou violentas, alternando confronto e negociação, tentativas de ruptura e de inserção na ordem vigente. Experiências históricas complexas e intensas que, mesmo quando não verbalizadas pelo personagem, fariam parte de seu repertório social e de uma memória coletiva ainda recente. Basta ver que muitos dos adversários o acusariam, sugestivamente, de submissão aos superiores ou, ao contrário, de radicalidade nas atitudes que tomou. Tal julgamento poderia parecer paradoxal, mas refere-se a posturas que integraram o vasto conjunto dos caminhos de sobrevivência e superação do escravismo.

## AS TRÊS CIDADES NATAIS

João Cândido costumava se apresentar como natural de Rio Pardo e, algumas vezes, de Encruzilhada do Sul. Manteve por toda a vida o sotaque gaúcho. Mas a fazenda onde nasceu pertence hoje ao município de Dom Feliciano. Essa, digamos, tríplice naturalidade, originou-se de certa tendência de “municipalização nacional” e, deste município, em particular. Desde que Rio Pardo foi erigida em vila, em 1809 (tinha a maior extensão da província), até hoje, se desmembraram de seu território cerca de 300 municípios.

Rio Pardo, o principal núcleo urbano nesse conjunto, era cidade portuária fluvial (rio Jacuí), portanto, local de encontro e escoamento do comércio da região pelo menos desde o século XVIII, com a destruição da Missão de São Nicolau (que abrigava os aldeamentos indígenas organizados pelos jesuítas) e reconquista portuguesa do território. Acolhe até hoje casario colonial e oitocentista. Foi certamente aí que o futuro marinheiro, ainda criança, viu o primeiro cais e suas embarcações e conheceu sobrados. Ambiente central e constante em sua formação inicial, daí se considerar também um rio-pardense.

Já Encruzilhada do Sul emancipou-se de Rio Pardo em 1849, quando se fundou uma vila que passou a ter Câmara Municipal: logo, na época do nascimento de João Cândido, a fazenda na qual veio ao mundo situava-se em Encruzilhada. O lugar fora alvo de violentas batalhas durante a Revolução Farroupilha (1835–1845) e a Guerra do Paraguai (1864–1870) e, um ano depois da emancipação, o pelourinho da praça principal, para castigar fisicamente criminosos e escravos, havia sido retirado por representar um vergonhoso símbolo de violência – o que não significou que os castigos tivessem desaparecido.

Quanto ao município de Dom Feliciano, criado em dezembro de 1963, desmembrou-se de Encruzilhada do Sul. Estima-se que 70% da população têm origem na imigração polonesa e a padroeira da cidade é Nossa Senhora de Czestochowa.

## O PERÍODO PÓS-ABOLIÇÃO

A situação de João Cândido e dos demais marinheiros da Revolta da Chibata deve ser compreendida no contexto Pós-Abolição. Hoje sabemos ser um equívoco considerar que o Brasil do século XIX estava dividido entre uma maioria negra e escrava e uma minoria branca e senhorial e, também, que a maior parte da população negra e parda no Brasil era cativa. Ou seja, a rebelião de 1910 não seria realizada apenas por um contingente recém-saído da escravidão ou de seus descendentes

imediatos, embora estes estivessem presentes. Basta assinalar que, no início do século XIX, as estimativas demográficas (não havia ainda Censo organizado) apontavam que um terço da população brasileira era composta de “pardos livres”.

Do ponto de vista dos ex-escravos, isto é, considerando-os como agentes históricos, o tempo do Pós-Abolição tinha um duplo significado: liberdade e cidadania, conforme assinalam historiadores como Hebe Mattos e Flávio Gomes. Ou seja, colocava-se não apenas a superação do cativo, mas a busca de inserção na sociedade que se transformava.

Com a Lei Áurea, os pais de João Cândido saíram da fazenda e ele fez a migração do campo para a cidade: morou em Rio Pardo e Porto Alegre até a adolescência. Assim, as relações pessoais baseadas na identidade regional (pertencimento a uma mesma localidade ou região) são marcantes na sociedade brasileira e, em geral, ultrapassam as diferenças sociais ou políticas e geram atitudes de proteção ou compadrio.

## UM PROTETOR NA MARINHA

João Cândido se valeria de laços de proteção em momentos decisivos de sua vida. Ainda em Rio Pardo, conheceu o futuro almirante Alexandrino de Alencar, também natural da cidade (“protegeu meus pais e minha família”, relataria o marujo) e que o encaminhou para a Marinha aos 14 anos de idade. O almirante Alexandrino, figura expressiva, lutara na Guerra do Paraguai sob as ordens dos almirantes Barroso e Tamandaré. Participou da Revolta da Armada (1893-94), gerada pela pouca atenção dada à Marinha no governo Floriano Peixoto. Posteriormente, Alexandrino seria ministro da Marinha em cinco governos, ocasião em que foi procurado por João Cândido, que já sofria duras perseguições pela Revolta da Chibata. Ao tentar ganhar a vida navegando, o ex-marujo teve documentos arbitrariamente apreendidos pela Capitania dos Portos e procurou o conterrâneo para pedir justiça. Alexandrino telefonou para o capitão responsável e ordenou-lhe: “Entregue os papéis de João Cândido imediatamente; eu também já fui revoltoso e hoje sou ministro da Marinha”. Esse almirante faleceu em 1926. Registre-se que tais proteções ocasionais podem ter arrefecido, mas não impediram as numerosas perseguições que se abateram sobre João Cândido.

A iniciação do futuro marujo na vida pública deu-se através de Pinheiro Machado, o famoso caudilho gaúcho com grande domínio político sobre o Brasil na Primeira República e atuação decisiva diante da Revolta da Chibata. João Cândido narrou em suas memórias na Gazeta de Notícias que, “por motivos de força maior”, lutou nas tropas governistas da Divisão Norte sob o comando de Pinheiro Machado durante a Revolta Federalista em 1893 (que eclodiu contra o governo de Floriano



Fundação Casa de Rui Barbosa

Pinheiro Machado, importante líder político, comandava a primeira tropa na qual João Cândido serviu, aos 13 anos.

João Cândido conheceu a Marinha tradicional, com embarcações herdadas do Império.



Arquivo Nacional



Peixoto), tendo participado de batalhas importantes, como a de Passo Fundo (RS). Desse modo, o futuro marujo, aos 13 anos, aparentemente com alistamento forçado (o que era comum entre jovens de sua condição social), estreou as atividades públicas numa rebelião, combatendo-a. Vale assinalar que o navio de guerra do governo central, Marajó, bombardeou Porto Alegre na ocasião, gerando pânico, destruição, feridos e morte. Portanto, a ameaça dos marinheiros rebelados em 1910 de fazer o mesmo com a capital federal tinha antecedentes recentes e exemplos oficiais.

O adolescente João Cândido viu-se alistado inicialmente no Arsenal de Guerra do Exército, em Porto Alegre, em agosto de 1894. No mês de janeiro de 1895 transferiu-se como aluno para a Escola de Aprendizes de Marinheiros, na mesma cidade, cursando-a durante 11 meses. Mas, devido à expulsão de grande número de marujos após a Revolta da Armada e à conseqüente falta de efetivos, foi enviado para a 16ª Companhia da Marinha, Quartel Central da ilha de Villegaignon, na capital federal. Chegou sozinho ao Rio de Janeiro em 5 de dezembro de 1895 e, depois de “ter sido inspecionado e julgado apto para o serviço da Armada”, cinco dias depois tornava-se grumete, recebendo o número 85.

Grumetes (ao centro) na porta da Igreja Candelária (RJ): alistados para serem “corrigidos” ou para terem uma “colocação”.



Fon Fon - Fundação Biblioteca Nacional

No momento da inscrição na Marinha, constatou-se que havia um suboficial chamado João Cândido Felisberto e, para evitar um homônimo, suprimiu-se o sobrenome do novo auxiliar. Não só os corpos, mas também os nomes eram castigados. Enfim, João Cândido entrou para a Marinha por causa de uma rebelião que presenciou e o impressionou – mas na qual não teve qualquer participação – e seria excluído daí a 17 anos por outra revolta, da qual foi líder.



Acervo Marco Morel



Acervo Marco Morel

Rio de Janeiro no começo do século XX: cidade cosmopolita e, ainda, “capital imperial” do país.

“Nós que vínhamos da Europa, em contato com outras marinhas, não podíamos admitir que na Marinha brasileira ainda o homem tirasse a camisa para ser chibateado por outro homem”.

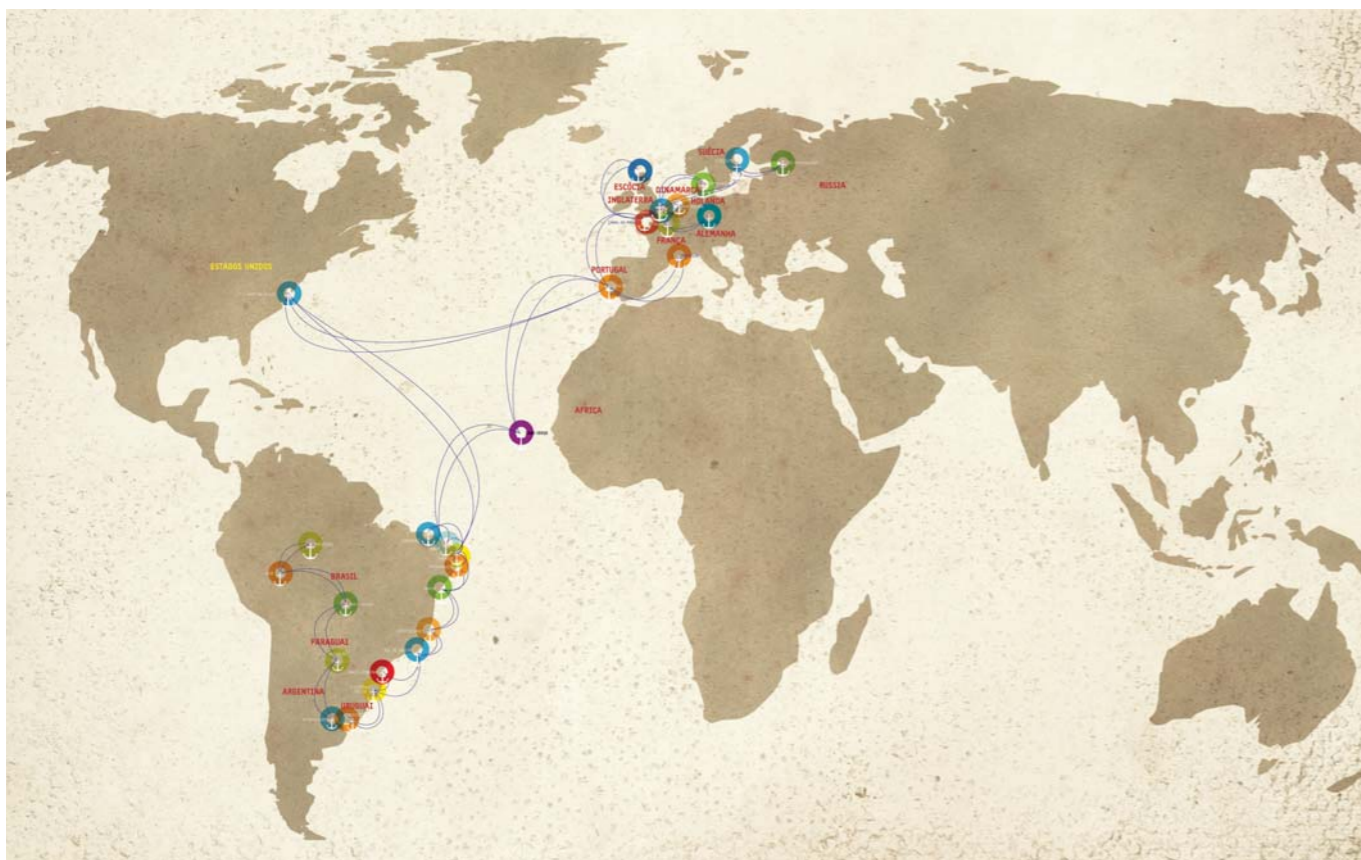
JOÃO CÂNDIDO - DEPOIMENTO NO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM EM 1968



### 3. O NAVEGANTE NEGRO

A entrada para a Marinha e as viagens consecutivas representaram, para João Cândido, a explosão definitiva do mundo rural e escravista em que nasceu. Segundo suas palavras: “Eu entrei na Marinha com 14 anos e entrei bisonho. Toda luz que me iluminou, que me ilumina, graças a Deus, que é pouca, foi adquirida, posso dizer, na Marinha”. Bisonho, não custa lembrar, significa pouco adestrado, novato, recruta inexperiente.

João Cândido percorreu todo o litoral brasileiro, as principais bacias hidrográficas (Prata e Amazônica) e navegou por três continentes (África, Europa, América do Norte e América do Sul). Conheceu e presenciou personagens e eventos históricos. Instruiu-se e instruiu nas artes militares; recebeu elogios, promoções, rebaixamentos e punições. Aprendizados múltiplos marcados pela presença das águas, presença soberana do mar.



João Cândido conheceu terras e águas em quatro continentes.

Em setembro de 1897, João Cândido servia no cruzador Andrada quando a embarcação transportou da Bahia para Santos (SP) soldados sobreviventes da guerra de Canudos, mês em que os rebeldes seguidores de Antônio Conselheiro foram definitivamente derrotados.

A experiência mais marcante parece ter sido a Bacia Amazônica que ele percorreu durante sete meses, quando se incorporou à flotilha Amazônica e viajou da foz do Amazonas ao Acre, atravessando o grande rio e os principais afluentes. Apreciou os portos, a população ribeirinha, as fazendas e seringais, a grandeza das matas e rios. Embrenhando-se em meio à floresta e atento à paisagem social, João Cândido recordaria em depoimento já no fim da vida no Museu da Imagem e do Som: “Eu conheci o Amazonas em criança e é a mesma coisa de hoje, escravidão aqui na mão dos seringueiros”. O marujo não se cansava de apontar as permanências do escravismo na sociedade brasileira. Os acontecimentos saltavam-lhe aos olhos, o aprendizado político amadurecia. No Acre de 1903, João Cândido presenciou a luta antiimperialista do gaúcho Plácido de Castro (não era militar de carreira, nem apoiado de início pelo governo brasileiro) que arregimentara um exército improvisado para garantir a permanência dessa parcela do território ligada ao Brasil. Impressionou ao marujo a rebelião bem sucedida e, no final, reconhecida oficialmente.



Fon Fon - Fundação Biblioteca Nacional

Marinheiros viajam no bonde elétrico: o Rio de Janeiro, cosmopolita, modernizava-se.

O cais Pharoux (atual Praça XV, Rio de Janeiro, RJ) era porto para viagens nacionais e internacionais.



Fundação Casa de Rui Barbosa



A modernidade não alcançava a todos: cocheiros e carroceiros ainda ocupavam as ruas cariocas no início do século XX.

O líder da Revolta da Chibata esteve nos mares russos um ano após a rebelião no encouraçado Potemkin.



João Cândido, em 1906, partiria para outras longitudes: esteve em Cabo Verde, no continente de seus ancestrais africanos, no dia 1º de junho. Nessa viagem conheceu os canais de Kiel (Alemanha) e da Mancha (entre o mar do Norte e o oceano Atlântico), os mares do Norte e Báltico e várias cidades, como São Petersburgo (Rússia). Anote-se a proximidade com a famosa revolta dos marinheiros do encouraçado Potemkin, ocorrida um ano antes no porto de Odessa, mar Negro (Rússia), e que seria tema do filme de Sergei Eisenstein, 20 anos depois. Os comentários sobre o evento ainda recente não poderiam deixar de circular pelos portos da região.

Em julho de 1909, o marujo gaúcho viajaria em novo itinerário europeu, desta vez, para acompanhar o fim da construção e compor a tripulação do encouraçado Minas Gerais, em Newcastle-on-Tyle, Inglaterra. Viajou por terra de Marselha a Paris – a Cidade Luz, no esplendor da Belle Époque. Em fevereiro de 1910, o Minas Gerais faria a viagem inaugural até Hampton Roads, EUA, para acompanhar o traslado ao Brasil dos restos mortais de Joaquim Nabuco, um dos grandes líderes abolicionistas, dentro de suas convicções e peculiaridades. O corpo de Nabuco seria sugestivamente seguido pelos marinheiros que, nove meses depois, “enterrariam” a prática dos castigos físicos, um dos resquícios do escravismo no Brasil.

## VIGIAR, PUNIR E ELOGIAR

Não só pelas viagens, mas sobretudo no interior dos navios, a tripulação vivenciava as mais diversas experiências. João Cândido sofreu castigos (embora nunca tenha sido chibateado, o que indicava, nos padrões da época, bom comportamento). E mereceu elogios e promoções. Trata-se de um complexo jogo de relações de poder que envolvia oficiais e subalternos.

O marinheiro João Cândido surgiu, efetivamente, no dia 23 de julho de 1898, quando foi promovido à 2ª classe dessa condição, deixando de ser grumete. Em 11 de dezembro de 1900, teve anotado na sua ficha que completara “cinco anos de serviço sem nada que o desabone”, sendo então alçado a marinheiro de 1ª classe. Estava com 20 anos de idade. Porém, antes disso, sofrera duas punições. A primeira, novembro de 1897, em que “foi castigado com quatro dias de solitária, sendo dois a pão e água, por haver tentado ferir com um garfo a seu companheiro”. Veja-se a dureza do castigo para um gesto que sequer se concretizara. A segunda, em outubro de 1898, “castigado com três dias de solitária rigorosa por entrar em luta corporal com um seu companheiro”.

Promovido a cabo-de-esquadra em março de 1903, João Cândido exerceu tal função por mais de quatro anos, sendo então rebaixado a marinheiro de 1ª classe definitivamente. Nesse período, recebeu mais três punições: dois dias de solitária rigorosa porque por ter esbofeteado um colega em 1904 e, a mesma penalidade, no ano seguinte, por introduzir um baralho de cartas a bordo; além de ter o salário diminuído durante dois meses por compartilhar cachaça a bordo.

Ao longo dos 15 anos em que navegou, João Cândido foi preso seis vezes, num total de 17 dias. Durante o serviço na Marinha, o marujo gaúcho contraiu tuberculose, ficando quatro meses hospitalizado entre 1900 e 1903, quando teve “alta por curado”. Entretanto, essa doença o acompanharia durante anos após deixar o serviço militar.

No decorrer do período, constam elogios formais em sua ficha (os chamados Assentamentos). Por aviso do ministério da Marinha de 5 de outubro de 1907, foi “elogiado nominalmente pelo zelo, dedicação e patriotismo de que deu provas, mantendo as honras e tradições da Marinha nacional”. Recebeu menções de bom comportamento em janeiro, fevereiro e março de 1908 e, consecutivamente, janeiro, março, junho, agosto e setembro de 1910, ou seja, nos meses anteriores à revolta.

Elogios e punições dependiam, muitas vezes, da ligação pessoal que cada marujo tinha com oficiais ou comandante a bordo. Mantinham-se relações que se tornaram arcaicas, seja pela violência das penalidades, seja pelos motivos dos elogios. A Marinha modernizava-se em termos técnicos e de aparelhagem – com a aquisição de navios possantes e de última geração – mas a mentalidade que a regia era ainda semelhante à dos tempos coloniais, assim como a legislação referente à Armada, não apenas interna, mas também a gerada pelos poderes Executivo e Legislativo. Desse modo, surgia uma contradição mais aguda da Armada com a sociedade brasileira e com o padrão de outros países.

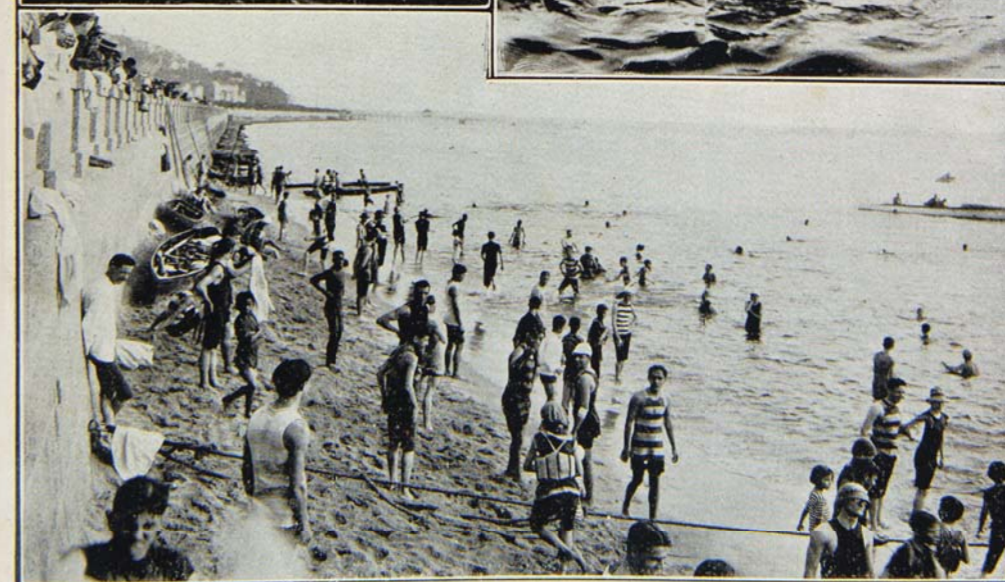
Alguns oficiais da Marinha de Guerra apontavam os marujos como brutos, bárbaros, violentos, ignorantes e intratáveis. Porém, ao contrário, foram justamente os marinheiros que, antenados com a modernidade e sentindo no corpo os efeitos do arcaísmo, iriam impor novos rumos à instituição. A luta pela afirmação dos direitos humanos estaria no cerne dessas mudanças.

Sobre as águas da baía da Guanabara, marujos do Minas Gerais no momento em que a bandeira vermelha da rebelião foi retirada do mastro.



Careta - Fundação Biblioteca Nacional

## VIDA CARIÓCA



Na praia do Flamengo, banhistas, depois de longas braçadas e intrepidos mergulhos, “posam” para a “Careta”.

Dias antes da Revolta da Chibata os cariocas lotavam as praias.

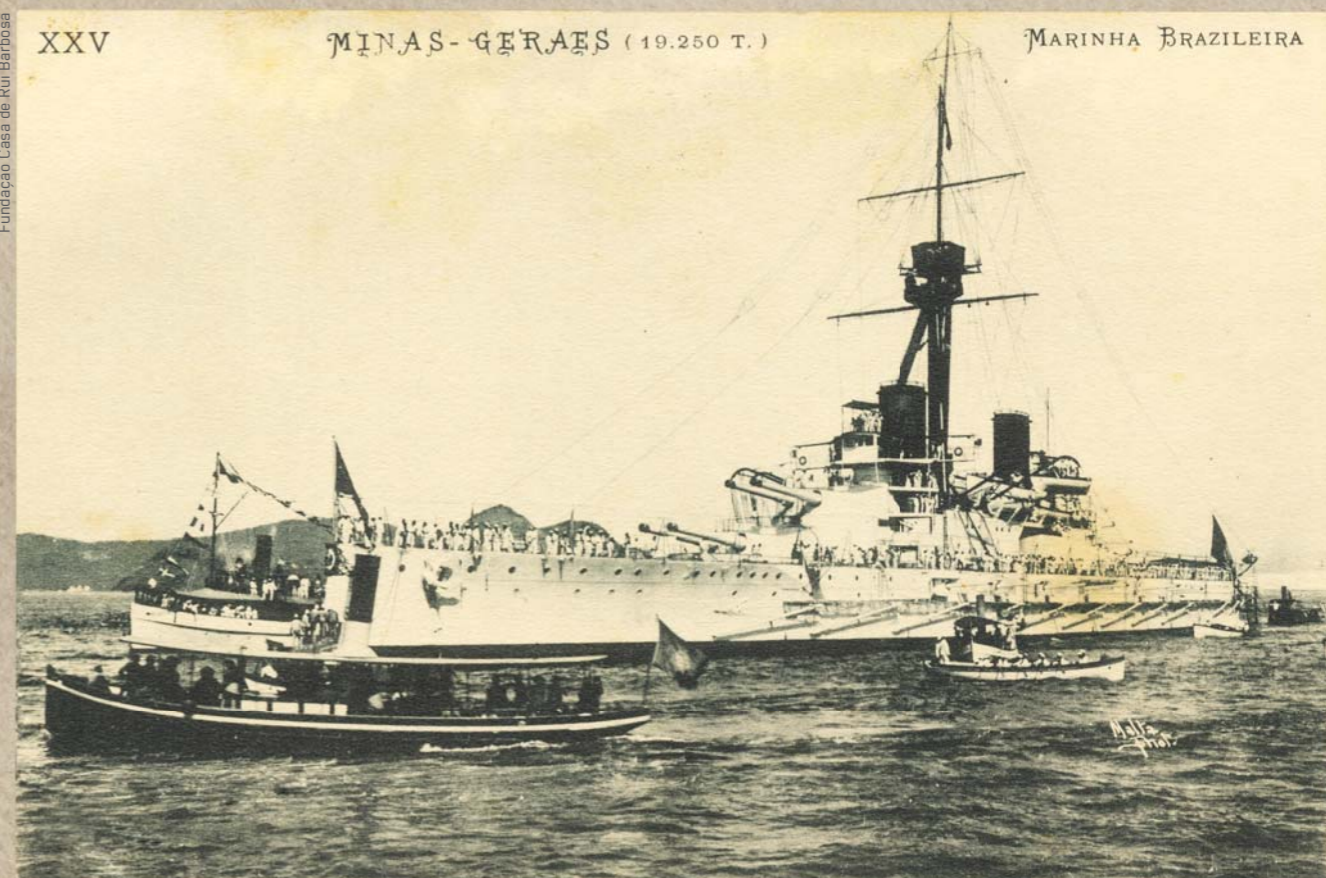
Ao explicar as origens da Revolta da Chibata, João Cândido, em seu depoimento no Museu da Imagem e do Som, fez uma síntese do aprendizado das viagens e experiências daquela geração de marinheiros brasileiros: “A revolta nasceu dos próprios marinheiros para combater os maus-tratos e a má alimentação da Marinha e acabar definitivamente com a chibata na Marinha. E o caso era este. Nós que vínhamos da Europa, em contato com outras marinhas, não podíamos admitir que na Marinha brasileira ainda o homem tirasse a camisa para ser chibateado por outro homem”.

A população carioca e os oficiais da Marinha sequer suspeitavam que uma rebelião estava para eclodir.

## UM MARUJO INSTRUÍDO E INSTRUTOR



Ao contrário do estereótipo que identificava João Cândido como um homem sem instrução, ele foi, sim, instruído e instrutor. Por um ano, frequentou a Escola de Aprendizes de Marinheiros em Porto Alegre, em 1895. Depois, já engajado, esteve lotado na mesma Escola em Recife, durante quatro meses em 1903, como instrutor. Além disso, exerceu as seguintes funções em diferentes navios: artilheiro, maquinista, faroleiro, sinalheiro, gajeiro e timoneiro. Dominava saberes complexos. Lotado na Divisão de Instrução do navio-escola Benjamin Constant, participou de atividades variadas, como: artilharia, torpedo, evolução, tiro ao alvo, bloqueio de portos, levantamento hidrográfico e reconhecimento de portos. O marinheiro gaúcho serviu como instrutor na Divisão Naval de Instrução do navio-escola Primeiro de Março, quando ensinou exercícios militares para aspirantes da Escola Naval, em agosto de 1908. Ou seja, não lhe faltou instrução.



O encouraçado Minas Gerais, o mais poderoso da Marinha brasileira, recém-chegado da fábrica na Inglaterra, em dia de gala na baía da Guanabara: fora do círculo dos marujos, ninguém sabia da conspiração.

“Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”.

ARTIGO 5º DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS



## 4. EXPLODE A REVOLTA DOS MARINHEIROS

### A CONSPIRAÇÃO

A idéia de rebelião amadureceu entre os marujos desde 1908. Passaram à fase da conspiração e, finalmente, à organização. Pode-se situar o fracasso definitivo das tentativas de negociação e acordo com as autoridades quando, em maio de 1910, João Cândido foi recebido gentilmente pelo então presidente da República, Nilo Peçanha e pelo ministro da Marinha, seu velho conhecido, almirante Alexandrino de Alencar. Apesar da cordialidade, não houve nenhuma disposição ou medida concreta das autoridades máximas do país para atender às demandas, com destaque para o fim da chibata e demais castigos corporais. O diálogo pacífico não levava a nada.

**“O primeiro grãozinho foi na organização dos comitês, já com título de comitês revolucionários. A intenção era aquela, logo que tivéssemos o elemento inicial para impormos às autoridades, a revolta teria que vir.”**

(João Cândido, depoimento ao Museu de Imagem e do Som)

Em cada guarnição a conspiração tinha dinâmicas próprias: os encontros ocorriam de modo informal ou em comitês clandestinos e locais variados. Reuniam-se entre si e com integrantes dos demais navios, mas em pequeno número. A partir daí, as informações circulavam entre os marujos que não compareciam aos encontros. As tripulações remetidas para ocupar as novas embarcações fabricadas na Inglaterra formaram a base principal do movimento. O levante esboçou-se com firmeza na tripulação do cruzador-ligeiro Bahia, onde estavam Francisco Dias Martins, Ricardo Freitas e Adalberto Ribas, homens brancos e com bom domínio da cultura letrada: o primeiro era cearense de família com alguns recursos e, o outro, posteriormente se tornaria professor. Dias Martins costuma ser apontado como mentor intelectual do movimento. No Bahia estava também Marcelino Rodrigues de Menezes, o último marujo a receber chibatadas na Marinha brasileira. Os integrantes do Minas Gerais, entre os quais João Cândido, eram mais numerosos e, ao retornarem primeiro ao Brasil vindos da Inglaterra, deram os passos iniciais na organização do levante.

Nilo Peçanha, presidente da República, recebeu João Cândido cordialmente seis meses antes da rebelião, mas não se dispôs a acabar com a chibata na Marinha brasileira.

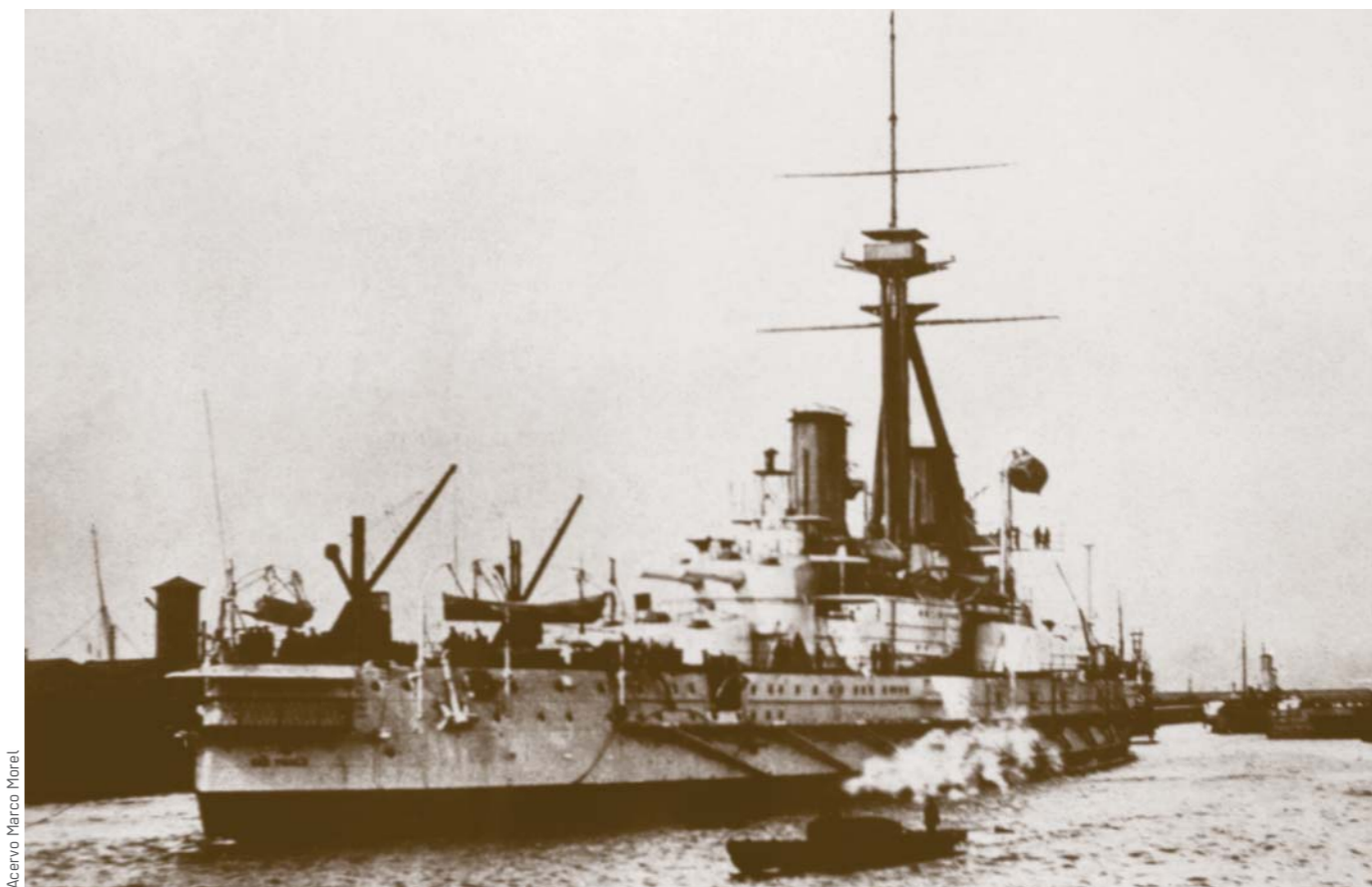


A guarnição do São Paulo mostrou-se aguerrida, e nela estavam o alagoano Manoel Gregório do Nascimento e o baiano André Avelino de Santana, ambos negros. Já os tripulantes do Deodoro eram bem politizados e consideravam os conspiradores como membros de uma Divisão Revolucionária, entre os quais, o marujo José Alves de Souza.

Não havia oficiais envolvidos: apenas marinheiros, cabos e sargentos. A hierarquia no interior do levante não seguiria a mesma lógica da hierarquia institucional. A estada na Inglaterra, seja pelo menor controle exercido sobre os marujos, seja pelo exemplo de conquista de direitos, estimulou o desenrolar do projeto. Foi o período da conspiração que se estendeu na volta ao Brasil.

A organização, propriamente, da revolta efetivou-se em três encontros preparatórios em 12 de setembro, 23 e 25 de outubro de 1910, no chamado Comitê Revolucionário que se formou “com todo sigilo, sem que as autoridades pudessem saber”, como narrou João Cândido, reunindo-se cada vez num ponto diferente: na Vila Ruy Barbosa, situada na rua dos Inválidos, 71, no Centro do Rio de Janeiro e, ainda, na rua do Livramento e no bar Jogo de Bola, que ficavam nos bairros próximos ao porto, como Saúde e Gamboa.

Os marujos do recém-construído encouraçado São Paulo formaram uma das principais bases da Revolta da Chibata.



Arquivo Marco Morel



## RIO DE JANEIRO: AS VÁRIAS CIDADES

O Rio de Janeiro pelo qual se moviam preferencialmente os marinheiros conspiradores ainda tinha fortes traços coloniais e africanos, sobretudo os bairros portuários de Saúde e Gamboa que, somados à área do morro da favela local e da praça Onze, formavam o que já foi chamado de Pequena África carioca. Pelas vielas tortuosas, casarios antigos, ladeiras e desvãos, havia cortiços, sobrados e construções encravadas na rocha. A região, considerada berço do samba, abrigava também os primeiros grupos de choro, ao lado do maxixe e do lundu. Os temidos capoeiras pontificavam por ali. Cemitérios como o dos ingleses e o dos escravos haviam caído em desuso e davam a medida de um tempo que ficava para trás.

Não longe desses locais, o Rio de Janeiro se modernizava vertiginosamente, com a abertura da larga avenida Central (hoje Rio Branco) inspirada nos bulevares franceses: prédios suntuosos estilo Belle Époque, calçadões largos e lâmpioes sofisticados. Foi a era da demolição do morro do Castelo, enfim, do “bota-abaixo” de antigas casas e vielas, com o afastamento das classes pobres do Centro da capital federal, empurradas para os morros e periferias. O ano da Revolta da Chibata foi o da inauguração de prédios monumentais e europeizados, como o da Biblioteca Nacional e do Teatro Municipal, ambos na Cinelândia que, como o nome diz, este abrigava a última palavra em tecnologia do entretenimento, o cinematógrafo.

Apesar da proclamação da República, o Rio continuava a exercer, na prática, o papel de cidade imperial da nação.



Uma parte do Rio de Janeiro se modernizava com rapidez: a avenida Central (Rio Branco) era exemplo nítido dessas mudanças.



Marinheiros freqüentavam a parte mais tradicional da cidade, como o mercado próximo ao cais Pharoux (Praça XV).

Fundação Casa de Rui Barbosa

Tal Comitê congregava representantes das variadas tripulações e era chefiado por Vitalino José Ferreira e, com ele, estavam no comando Pedro Lino dos Santos, José Eduardo de Oliveira, (Ni) Cássio de Oliveira e Manoel da Silva Lopes. Todos tripulantes do encouraçado Minas Gerais.

A segunda reunião preparatória, em 23 de outubro, a única que contou com agentes de todas as guarnições rebeldes (nos demais encontros sempre um navio estava em viagem), ocorreu num dos muitos cortiços da cidade, na vila Ruy Barbosa, e se revestiu de certa solenidade: houve um juramento de que, “cobertos com a bandeira da República, fariam todo o possível para o bom cumprimento da causa”, conforme narrou João Cândido nas memórias publicadas na Gazeta de Notícias. O cortiço, ou casa de cômodos, era habitação típica das classes populares urbanas no século XIX e início do XX. No local da reunião “residiam muitos marinheiros, na sua quase totalidade músicos, os quais faziam parte direta do movimento”, como testemunhou João Cândido. Entre os marinheiros, de fato, havia músicos exímios, como Manoel Gregório do Nascimento, e ficou famosa a sessão de maxixe apresentada à rainha d. Amélia (esposa de d. Manuel II, último rei de Portugal), quando esta recebeu a tripulação do navio-escola Benjamin Constant que visitava Lisboa, em 1909.

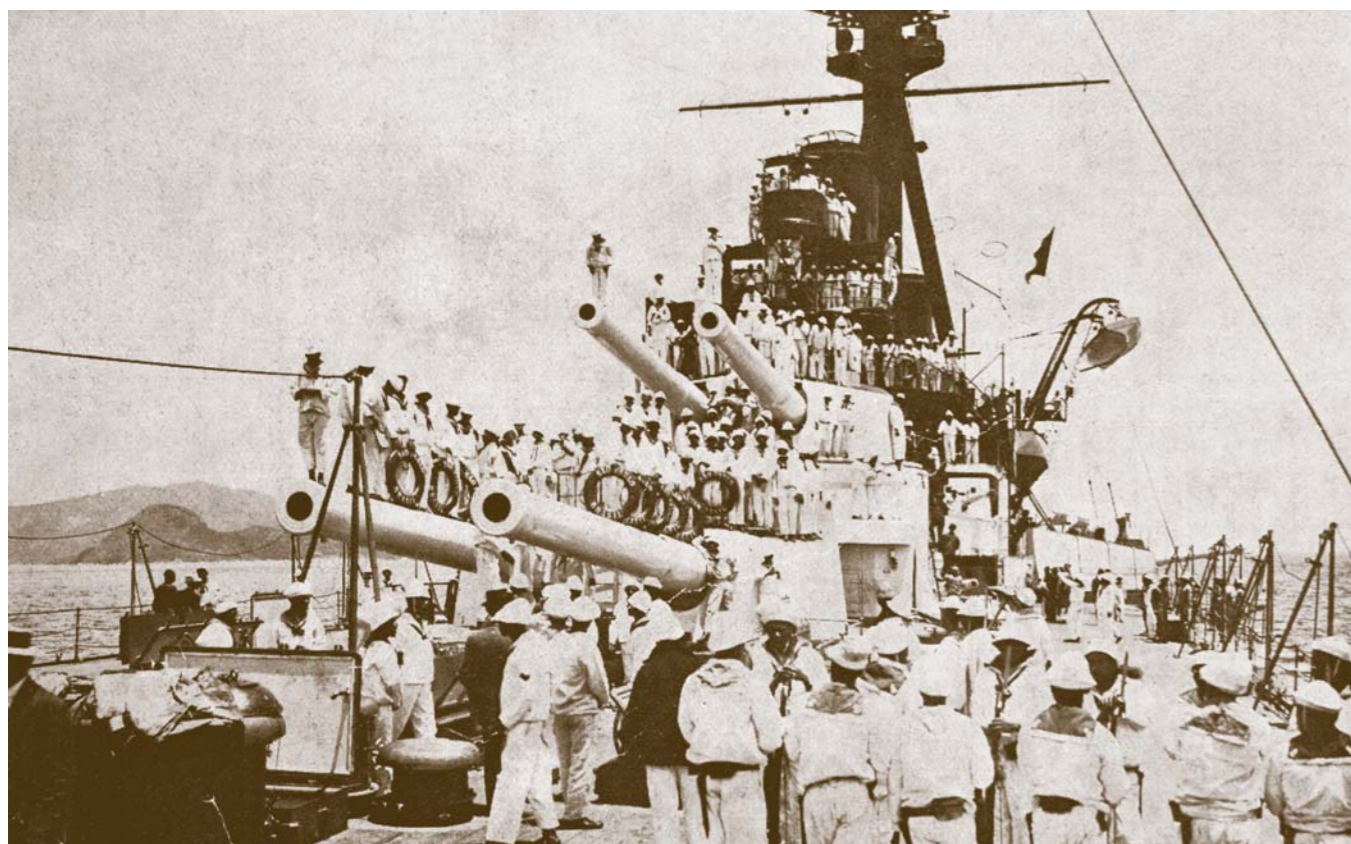


O Matho - Fundação Biblioteca Nacional

Marinheiros músicos participaram da Revolta da Chibata, como este grupo a bordo do encouraçado Minas Gerais.

## A REVOLTA SOBRE O MAR

Cerca de 2.300 marinheiros, entre os dias 22 e 27 de novembro de 1910, tomaram quatro possantes navios de guerra e, apontando os canhões sobre a capital do Brasil da época, exigiram o fim dos castigos corporais vigentes na Marinha. O movimento, que ficaria conhecido por Revolta da Chibata, trouxe para a cena pública setores oprimidos da população, como agentes históricos transformadores. Rebelar e revelar já foram uma só palavra, em português antigo. A rebelião revelou rostos, nomes, falas e gestos de homens até então anônimos, destacando-se, como símbolo maior, a figura do marinheiro negro João Cândido. Foi uma revolta multiétnica (com expressiva presença da população negra) e de caráter político (se entendemos política, além da visão tradicional de atividade parlamentar, partidária ou governamental, como a gestão das relações de poder na sociedade).



Careta - Fundação Biblioteca Nacional

A Revolta da Chibata ampliou a conquista de Direitos Humanos no país. A bandeira vermelha da rebeldia (mastro à direita) manteve-se hasteada no São Paulo e demais embarcações.



Arquivo Nacional

A Ilha Fiscal, que abrigara 31 anos antes o último baile da Monarquia, foi um dos cenários da Revolta da Chibata.



O Malho - Fundação Biblioteca Nacional

Capitão Batista das Neves, comandante do Minas Gerais e conhecido por aplicar com rigor a chibata, foi morto durante a rebelião e passou a ser considerado herói por setores da imprensa.



Careta - Fundação Biblioteca Nacional

Os marujos, de armas na mão, conseguiram acabar com a chibata na Marinha.

“Naquela noite o clarim não  
pediria silêncio e sim combate”.

(João Cândido, depoimento a Edmar Morel)



O Malho - Fundação Biblioteca Nacional

O “pessoal de baixo” da rebelião:  
maquinistas do encouraçado  
São Paulo.



Carreta - Fundação Biblioteca Nacional

A palavra “liberdade” era  
gritada e escrita pelos marujos.  
Foto de Augusto Malta.

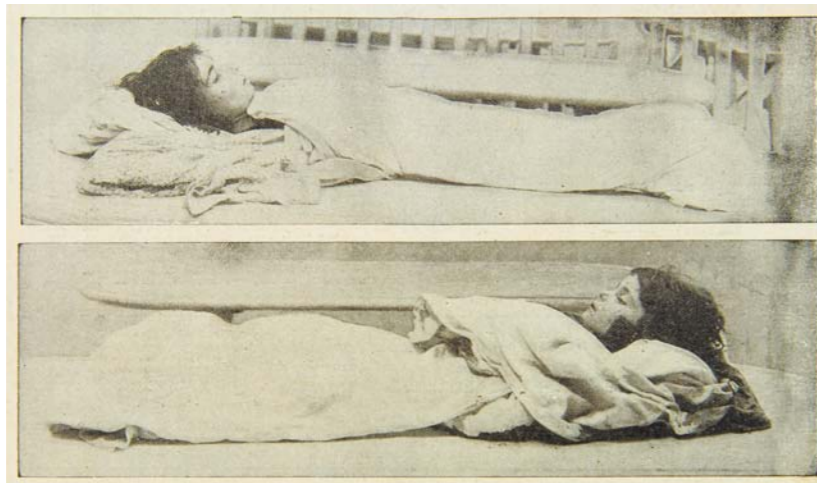
Compuseram a Revolta da Chibata os encouraçados Minas Gerais, São Paulo e o cruzador-ligeiro Bahia (recém-construídos na Inglaterra) e o antigo encouraçado Deodoro. Dessas embarcações ouviam-se gritos de “Viva a liberdade” e “Abaixo a chibata”. A tripulação do cruzador República abandonou-o e se distribuiu entre os navios rebeldes. Os marujos do cruzador-torpedeiro Timbira também se insurgiram e expulsaram os oficiais, mas tal embarcação não acompanhou os movimentos dos demais navios em rebelião. O estopim do movimento: a sessão de chibatadas no marinheiro Marcelino Rodrigues de Menezes, no dia 21 de novembro.



Os tiros de canhão dos navios rebeldes causaram medo e correria.

Saldo da explosão revolucionária: cinco oficiais mortos (quatro combatendo os marujos e um suicídio), vários marinheiros feridos e, pelo menos, dois mortos (alguns defendendo os oficiais, outros do lado da revolta), além dos tiros de advertência dados pelos rebeldes que mataram duas crianças no morro do Castelo, destruíram algumas casas comerciais e atingiram dependências do mosteiro de São Bento. Os oficiais mortos foram: capitão-tenente José Cláudio da Silva Junior, capitão-de-mar-e-guerra João Batista das Neves, e os primeiros-tenentes

Duas crianças morreram, no alto do morro do Castelo, atingidas pelos disparos de advertência dados durante a revolta. Os marujos fizeram subscrição para indenizar os familiares.

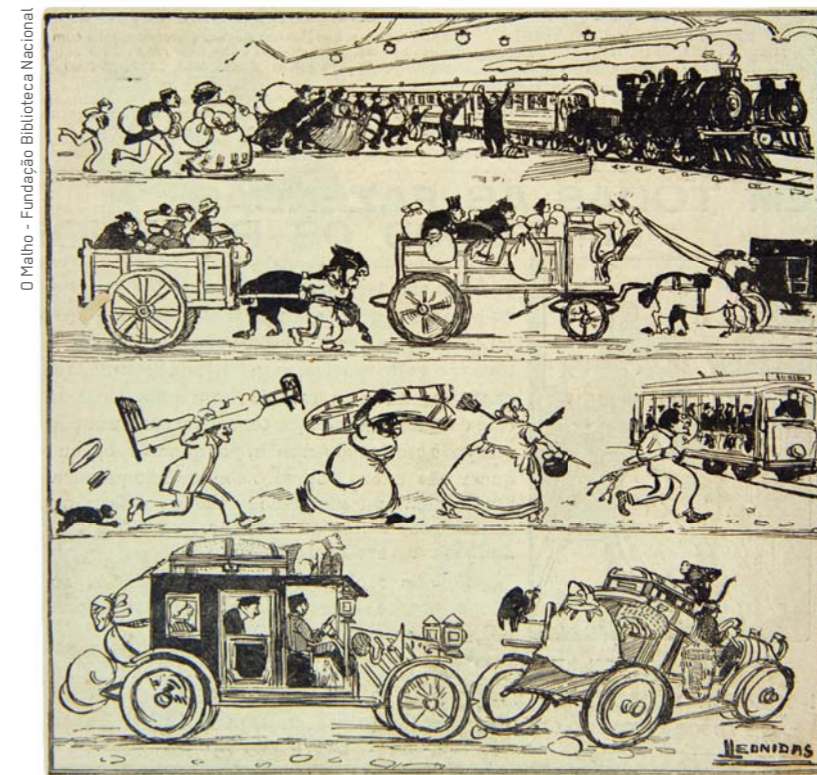


O malho - Fundação Biblioteca Nacional



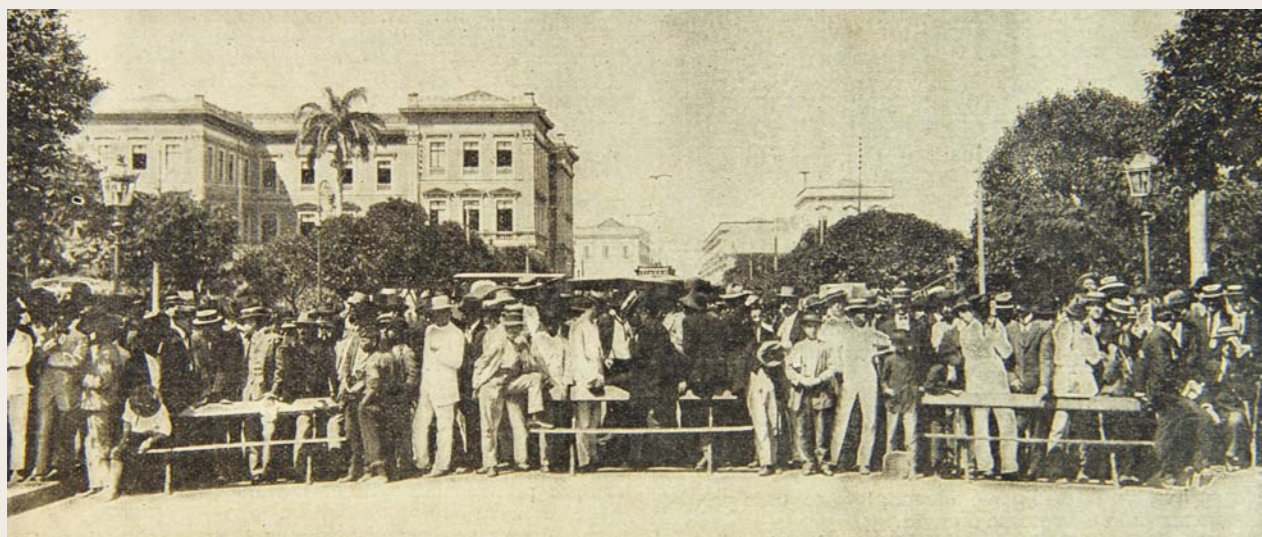
Fon Fon - Fundação Biblioteca Nacional

Famílias abastadas, com a criadagem, foram as primeiras a sair da cidade quando a rebelião eclodiu.



O malho - Fundação Biblioteca Nacional

A fuga da cidade de setores da população deu-se por vários meios, conforme a charge em O Malho.



O malho - Fundação Biblioteca Nacional

Outra parte dos cariocas foi para o cais acompanhar a revolta e admirar a evolução dos navios. Não faltou quem aplaudisse.



Careta - Fundação Biblioteca Nacional

Nem mesmo do alto do morro do Castelo as tropas do Exército conseguiram atingir os navios rebeldes.



Careta - Fundação Biblioteca Nacional

Na Praia de Santa Luzia, um Krupp em descanso. Populares esperam a hora do combate.

Mario Lahmayer, Mario Alves de Souza e Américo Sales de Carvalho (acuado pelos revoltosos, suicidou-se).

Os marujos enviaram um manifesto e diversos telegramas ao governo com suas reivindicações. Na declaração, manuscrita em bela caligrafia, apresentavam-se como “cidadãos brasileiros e republicanos” e exigiam: “desapareça a chibata”. Caso não fossem atendidos, estavam dispostos a bombardear a capital do país e as embarcações que os hostilizassem. Pediam, também, anistia.

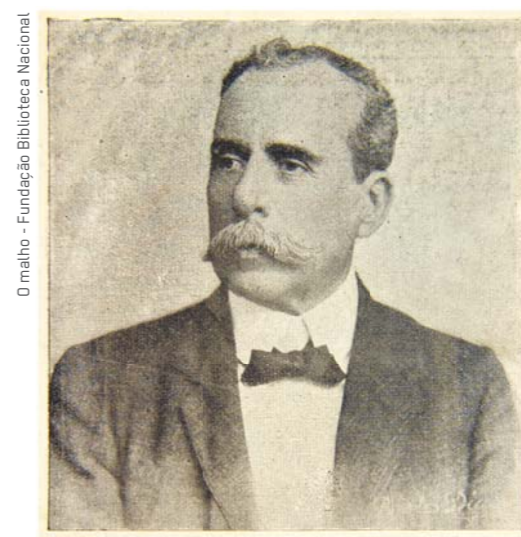
O governo do marechal Hermes da Fonseca, empossado há uma semana, e o Congresso Nacional, acuados, aceitaram todas as condições.

O capitão da Marinha e deputado federal José Carlos de Carvalho, a pedido do senador Pinheiro Machado (figura política dominante no Brasil, líder do recém-criado Partido Republicano Conservador), serviu como intermediário e negociador. O emissário do governo, ao perguntar aos tripulantes do encouraçado São Paulo quem era o responsável pela revolta, ouviu a resposta: “Todos”. Acertadas as

Oficiais do Exército, repórteres e curiosos observam, de longe, a revolta.



O malho - Fundação Biblioteca Nacional



O malho - Fundação Biblioteca Nacional

Capitão José Carlos de Carvalho, também deputado, negociou com os marinheiros o fim do levante.

Rio de Janeiro 22 de Novembro  
de 1910.

M<sup>to</sup> e Ex<sup>to</sup> Sr.  
Presidente da República Bra-  
zileira.

Cumpramos, comunicar a  
V. Ex<sup>ta</sup> como chefe da Nação  
Brazileira:

Nós Marinheiros, cidadãos brazi-  
leiros e republicanos, não podendo  
mais suportar a escravidão na  
Marinha Brazileira, a falta  
de protecção que a patria nos  
dá, e até então não nos chegou,  
rompemos o negro véo, que nos  
cobria aos olhos do patriotismo e en-  
ganado povo.

Achando-se todos os navios em  
nosso poder, tendo ao seu bordo  
presoneiros todos os officiaes os  
quaes tem sido os culpadores da  
Marinha Brazileira não ser  
grandiora, porque durante vinte  
annos de Republica ainda não foi  
bastante para tratamos como ci-  
dadãos fardados em defesa da  
patria, mandamos esta honrada  
mensagem para que V. Ex<sup>ta</sup>  
faça a nós Marinheiros Brazi-

leiros possuirmos os direitos sagra-  
dos que as leis da Republica nos  
faculta, acabando com as desor-  
dens, e nos dando outros meios que  
venham engradecer a Marinha  
Brazileira, bem assim como: reti-  
rar os officiaes incompetentes e indi-  
gnos de servirem a Nação Bra-  
zileira, reformar oCodigo immoral  
e vergonhoso, que nos rehem, affim  
de que desapareca a chibata e vol-  
to e outros castigos semelhantes; au-  
mentar o nosso soldo pelos ultimos  
planos do M<sup>to</sup> Senador, José Carlos  
de Carvalho, educar os Marinheiros  
que não tem competencia para  
vestirem a orgulhosa farda, man-  
dar por em vigor a tabella de servi-  
ço diario, que a acompanha.

Tem V. Ex<sup>ta</sup> o prazo de doze (12)  
horas para mandar-nos a respos-  
ta satisfactoria, sob pena de ver a  
patria aniquilada.

Bordo do Encouraçado "S. Pau-  
lo" em 22 de Novembro de 1910.

Nota — não poderam ser interrom-  
pida a ida e volta do men-  
sageiro.

Marinheiros.

Manifesto dos  
marinheiros contra a  
"escravidão na Marinha",  
reivindicavam "direitos  
sagrados" de cidadania.

João Cândido lê o decreto da anistia, ao lado do marinheiro Antonio Ferreira de Andrade.

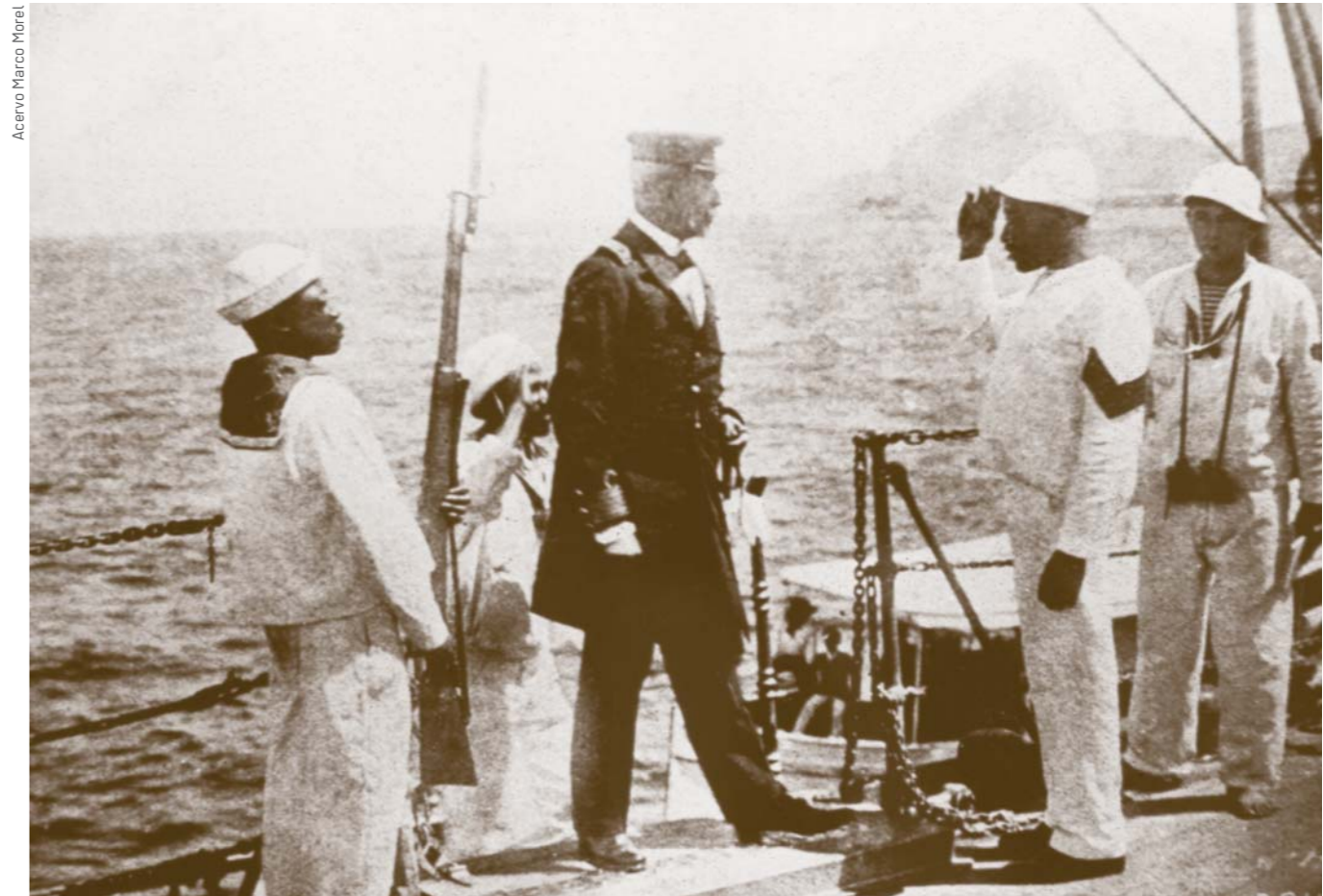


Fon Fon - Fundação Biblioteca Nacional

Influenciado pela "política" e pela "burguesia", o marechal Hermes da Fonseca assina a anistia, deixando de lado a "pátria" e o "Zé Povo". Charge de oposição à Revolta da Chibata.



O malho - Fundação Biblioteca Nacional



Acervo Marco Morel

condições de parte a parte, o capitão Pereira Leite, à frente de outros oficiais, foi enviado para assumir o comando dos navios, em 27 de novembro. João Cândido e os demais marujos receberam o oficial batendo continência. As bandeiras vermelhas da insurreição foram retiradas dos mastros. A chibata estava oficialmente abolida da Marinha de Guerra brasileira.

João Cândido bate continência para o capitão Pereira Leite: gesto que marcou a devolução dos navios pelos revoltosos.

## SURGE O ALMIRANTE NEGRO

O marinheiro de 1ª classe João Cândido, da 16ª Companhia da Marinha nacional foi, incontestavelmente, o principal líder da Revolta da Chibata, seja pela atividade que exerceu durante a rebelião, seja pelo reconhecimento dos companheiros de Armada que o aclamaram como líder. Também oficiais, governo, parlamentares, imprensa e a população em geral o viam nesta condição, ainda na época do episódio.

Em cinco dias o marujo gaúcho transformou-se, de ilustre desconhecido,

na maior celebridade do Brasil daquele momento, atraindo sobre ele não só entusiasmo e admiração, mas também implacáveis ódios, vinganças e difamações que o acompanhariam por toda a vida. Atestam isso a quantidade de fotos, charges e artigos publicados em destaque nos principais jornais, os discursos na Câmara Federal e no Senado, diálogos registrados nas ruas, casas e cafés. “Depois da revolta da esquadra, João Cândido tornou-se a conversa de todas as rodas”, registrava o Correio da Manhã.

O papel de João Cândido como “dono do Brasil” durante aqueles dias foi proclamado, entre outros, pelo escritor Gilberto Amado com artigo em O País, na edição de 27 de novembro (os marujos ainda não tinham devolvido os navios), chamando-o de Almirante, árbitro da nação, marinheiro formidável, herói e homem que “violentou a História”, concebendo que os navios por ele comandados faziam “parnasianismos de manobras”. Surgia assim, no calor dos acontecimentos, o apelido mais recorrente do marujo, que na Gazeta de Notícias, em 1912, era tratado de Almirante Negro por João do Rio. Da mesma forma, o jovem Oswald de Andrade presenciou o episódio por ele considerado como “a primeira revolução política que o Brasil teve nesse século – a do marinheiro João Cândido”, a quem o futuro modernista em seu livro de memórias, Um homem sem profissão, não deixa de intitular como Almirante Negro. Até então a Marinha brasileira não tivera em seus quadros um almirante negro.

O primeiro repórter do Correio da Manhã (cujo nome não foi publicado) a entrevistar o marujo gaúcho, ainda a bordo do encouraçado rebelde, assim registrou

João Cândido (ao centro), descontraído e com a velha roupa de marujo, ostenta o lenço vermelho de chefe da revolta ao lado de Julio de Medeiros (à sua esquerda, de paletó), do Jornal do Commercio, único jornalista autorizado a subir a bordo antes da anistia.



Fon Fon - Fundação Biblioteca Nacional



Careta - Fundação Biblioteca Nacional

O preconceito racial se infiltra no traço de J. Carlos sobre João Cândido: vestido como oficial, ar zangado, o marujo comanda homens brancos e, falando errado, sente falta de usar a chibata, segundo a charge.



sua aparência: “É ele um crioulo reforçado, alto, simpático, com olhar penetrante e enérgico. Trazia no pescoço um lenço de seda encarnado e branco, vestindo blusa igual a dos companheiros”.

Comandante supremo da rebelião, dirigindo junto a seus colegas – e com sucesso – os navios de guerra mais poderosos e modernos da época, João Cândido centralizou as decisões e as comunicações durante o levante. O marinheiro gaúcho tinha perfil próprio e era, até então, bem visto por oficiais e marujos. Como distintivo do cargo que exercia, apenas o lenço vermelho, a altivez e a energia com que dava as ordens.

**“Vale é saber que as carnes de um servidor da pátria só serão cortadas pelas armas dos inimigos, mas nunca pela chibata de seus irmãos. A chibata avilta.”**

(João Cândido, entrevista ao Correio da Manhã durante a rebelião em 1910)

A oficialidade rebelde do encouraçado São Paulo posa para fotos. André Avelino (3º da esquerda para direita) era imediato e, Manoel Gregório do Nascimento (4º da esquerda para direita), o comandante.



Arquivo - Fundação Biblioteca Nacional

## OS LÍDERES DA REVOLTA DA CHIBATA

Formou-se uma oficialidade de revoltosos para garantir a organização do movimento e o bom manejo das embarcações. Na prática, não exerceram sobre seus companheiros o mesmo controle que os oficiais graduados. A lista mais completa, composta de 26 nomes, foi fornecida por João Cândido em suas memórias na Gazeta de Notícias. O comando geral da esquadra tinha três homens: almirante-chefe, marinheiro de 1ª classe João Cândido; assistente, marinheiro de 2ª classe João Baptista Marques Pimentel; secretário, Antonio Ferreira de Andrade. Em seguida, vinham os comandos de cada guarnição. Comandante do Minas Gerais, cabo José Francisco das Chagas; imediato, Vitalino José Ferreira; oficial da navegação, José Luis da França; oficial encarregado da artilharia, cabo Theodoro (Francisco Theodosio de Abreu); auxiliares: João José da Motta, Ernesto José dos Santos, José da Silva Medeiros, Alexandre Manoel Marinho; encarregados dos sinais, os marinheiros de 2ª classe José Ferreira de Melo e José Eduardo Ribeiro; telegrafistas da estação-rádio, segundo-sargento José Ferreira Braga, cabo João José de Moraes e marinheiro de 2ª classe Antonio Bittencourt; chefe de máquinas, o marinheiro foguista Miranda e encarregado da eletricidade e protetores, segundo-sargento Antonio dos Santos.

No encouraçado São Paulo: comandante, marinheiro de 1ª classe Manoel Gregório do Nascimento; imediato, cabo André Avelino; oficial da navegação, cabo Cavalcanti; encarregado da artilharia, marinheiro de 1ª classe Ferreira do Nascimento; encarregado das torres, cabo João Pereira da Silva, para aí destacado da tripulação do Minas Gerais.

O Bahia seria comandado por Francisco Dias Martins; imediato, Carlos José de Freitas; oficial da navegação, Manoel José da Silva; oficiais de artilharia, chefes Henrique Gomes e Adalberto Ferreira Ribas, tendo como auxiliares Rozendo das Neves e Alonso Barbosa.

Observe-se que nessa lista não consta a oficialidade revoltosa do encouraçado Deodoro, que parece ter sido escolhida pelos marujos à revelia dos colegas que conspiravam há mais tempo. Sabe-se que o comandante rebelde desse navio foi o marujo Antonio Alves Lessa (ou Leite) e que fazia parte do comando revoltoso da embarcação o marinheiro José Alves de Sousa.

**“No tempo da revolta / João Cândido era almirante / Avelino imediato / E Gregório comandante. / João Cândido almirante / ainda deve se lembrar / que tem seu nome gravado / no barco Minas Gerais...”**

(Canção entoada por marinheiros e relatada por Zeelândia Cândido, entrevista à Silvia Capanema P. de Almeida, em 2002)

“Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado”.

ARTIGO 9º DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS



## 5. A REPRESSÃO CHEGA COM FORÇA

Anistiados, os marinheiros devolveram os navios e largaram as armas em 27 de novembro de 1910. Já no dia seguinte, o marechal Hermes da Fonseca driblava a anistia e assinava o decreto 8.400, que permitia a exclusão da Armada de todos os marujos cuja presença fosse julgada inconveniente por seus superiores. Discretamente, começava a se armar a teia que desaguaria numa repressão em massa, intensa e arbitrária.

O saldo final da repressão resultaria em: 1.216 expulsões da Marinha (dados oficiais), ou seja, número equivalente a quase metade dos participantes da Revolta da Chibata; centenas de prisões, inclusive dos líderes do movimento (que sofreram maus-tratos); degredo e trabalho escravo para centenas. E número ainda não contabilizado de assassinatos, dos quais cerca de 30 são conhecidos os nomes e o modo como foram mortos.

Embora tais agressões tenham sido praticadas pela sede de vingança de oficiais da Marinha (assim reconhecem os próprios historiadores navais, como o vice-almirante Hélio Leôncio Martins), estes não podem ser considerados os únicos responsáveis. O governo do marechal Hermes da Fonseca (sobretudo o ministro da Marinha, almirante Joaquim Marques Batista de Leão) referendou todos os atos e até promoveu os mais notórios carrascos. Ou seja, o Estado brasileiro teve responsabilidade direta pelas violências cometidas contra marinheiros e civis em 1910 e 1912. Mas também a imprensa, de modo quase unânime, incitava à represália contra os marujos, através de artigos, editoriais, charges, depoimentos e outros recursos. Até o Correio da Manhã, o único dos grandes órgãos que simpatizava com o

Os marujos, até então anônimos, ocuparam as primeiras páginas do noticiário dos grandes jornais.



Correio da Manhã - Fundação Biblioteca Nacional



O Malho - Fundação Biblioteca Nacional

As constantes críticas da imprensa à Revolta da Chibata favoreceram a repressão contra os marujos. A realidade inverteria o sentido desta charge, na qual o marinheiro negro é apresentado como violento.



O Malho - Fundação Biblioteca Nacional

O preconceito de raça tornou-se mais visível diante da rebelião dos marinheiros, como nessa charge publicada em O Malho queixando-se da "disciplina invertida". O Almirante Negro com seu lenço vermelho no pescoço aparecia aqui com ares de "malandro".

Até a publicidade tentou se aproveitar, em tons racistas, da revolta dos marinheiros, como nesse “reclame” do cronômetro Royal, onde o marujo negro fala errado.



O Malho - Fundação Biblioteca Nacional

Parte da sociedade apoiava a repressão aos marujos rebelados, como indica esta charge da revista Careta: a anistia era vista como “chibata de nossa alma”.



Careta - Fundação Biblioteca Nacional

movimento, agora clamava por “ordem e disciplina”. E mesmo uma parte significativa da população condenava abertamente o governo por ter concedido anistia. Após o susto de todos e a euforia de alguns com o resultado da revolta, prevaleceria o medo, o preconceito, a violência ilegal praticada no interior do aparelho de Estado e o desejo de recompor a ordem abalada.

Doze dias após o fim da Revolta da Chibata, 9 de dezembro de 1910, eclode outra rebelião de marujos, desta vez envolvendo as guarnições do Batalhão Naval (na Ilha das Cobras) e do cruzador-ligeiro Rio Grande do Sul. Os combates foram rápidos, porém mais violentos do que na insurreição de novembro, pois o governo partia agora para esmagar os rebeldes, dos quais 24 foram mortos, além do falecimento de soldados do Exército, fiéis ao governo, aquartelados no mosteiro de São Bento e de oito civis (entre os quais um monge beneditino) atingidos por disparos na cidade, que levaram 132 feridos aos hospitais. Os navios com os marujos da Revolta da Chibata não tiveram qualquer participação neste segundo episódio, ao contrário: João Cândido e Manoel Gregório, por exemplo, e as respectivas guarnições, mantiveram-se distantes dos novos rebeldes e até se ofereceram para combatê-los, mas o governo não confiava nesse apoio e negou munições aos anistiados, ordenando que abandonassem as embarcações e voltassem a terra.

A sede do Batalhão Naval, na Ilha das Cobras, bombardeada após a segunda rebelião, em dezembro de 1910.

Serviço de Documentação da Marinha



Há fortes indícios de que o governo estimulava esses acontecimentos, a fim de ter um pretexto para reprimir abertamente e fraudar de vez a recente anistia. João Cândido sempre insistiu nesta afirmativa, de que houve manipulação oficial na segunda revolta. Mas não há dúvidas num ponto: manipulados ou não, o governo usou os novos acontecimentos para uma repressão ampliada que atingiu os revoltosos de dezembro, os de novembro e até a população civil.

O estado de sítio durante um mês foi logo solicitado pelo governo e aprovado no Congresso Nacional, com poucas vozes discordantes. Estavam, assim, suspensas as garantias e liberdades, embora o governo não tenha chegado a efetivar o decreto. A censura foi imposta aos jornais – os mesmos que vinham pedindo mais repressão. Centenas de civis levados às prisões, sobretudo operários ligados ao movimento sindical e ao anarquismo. Também marinheiros viram-se presos em massa. Calcula-se, pelo menos, 600 detenções que lotaram os cárceres das mais diversas instituições no Rio de Janeiro. Vale assinalar que os marujos do cruzador-ligeiro Rio Grande do Sul rebelaram-se no momento em que eram mandados para Santos (SP) em missão de reprimir uma greve operária.

Na véspera do Natal de 1910, o governo preparou dois golpes duros contra os participantes da Revolta da Chibata, que ocorreriam numa ilha, no mar e na floresta: o massacre da Ilha das Cobras e a viagem tenebrosa do navio mercante Satélite, rumo à Amazônia. Dois eventos traumáticos que teriam ampla repercussão na imprensa nacional e internacional como exemplo flagrante de desrespeito aos direitos humanos. Além das mortes ocorridas nesses locais, sabe-se de outros casos. O marinheiro Marcelino Rodrigues de Menezes (cujas chibatadas recebidas

A Ilha das Cobras foi também palco de torturas e assassinatos de marinheiros rebeldes.



Repressão em massa: após a Revolta da Chibata, marujos são conduzidos presos pelas ruas da então Capital Federal.

Centenas de marinheiros (inclusive os anistiados) foram detidos: ocorreram mortes na Ilha das Cobras, no navio Satélite e fuzilamentos em quartéis.



foram o estopim da Revolta da Chibata) narrou quatro décadas depois ao jornal O Globo: “Eu mesmo assisti ao assassinato do cabo Medeiros, fuzilado por ordem do marechal Hermes. Depois, no Realengo, vi tombarem Canuto, Zacarias e Marinho, sob carga de fuzil”. São, pelo menos, mais quatro marujos executados.

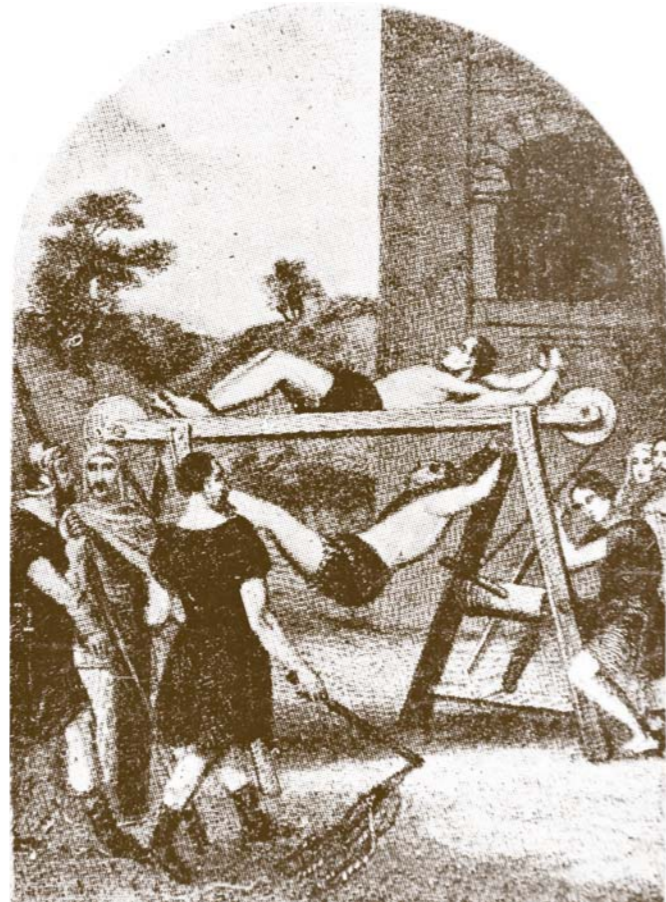
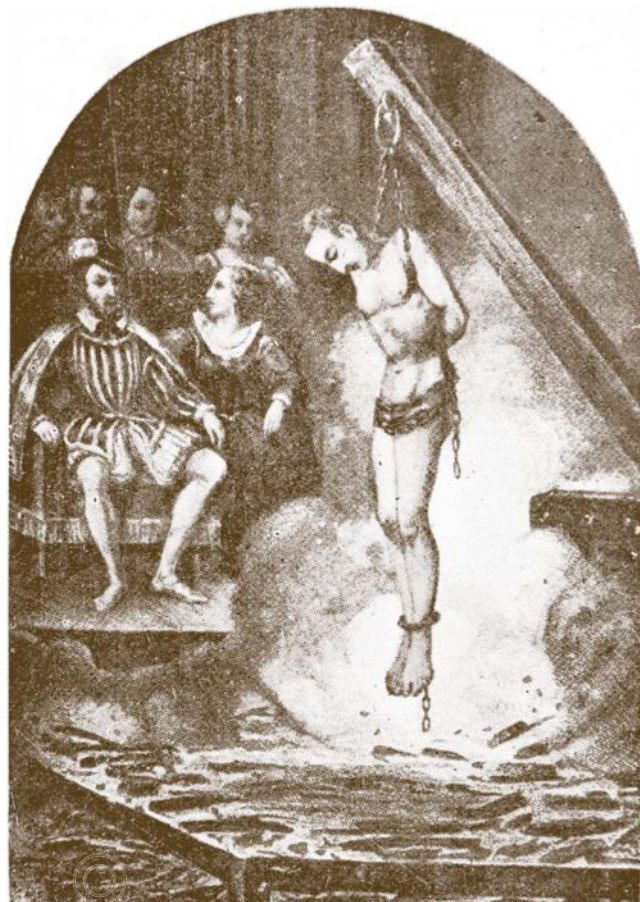
As medidas repressivas, tornadas públicas, fizeram com que uma parte da imprensa brasileira voltasse a denunciar as violências e arbítrios como o Correio da Manhã. A revista Ilustração Brasileira publicou, em dezembro de 1910, longa matéria sobre castigos corporais e torturas ao longo da história.

## A “ILHA DO MARTÍRIO”

João Cândido deixou o encouraçado Minas Gerais, após a revolta do Batalhão Naval. Ao desembarcar no Arsenal da Marinha, foi cercado por dezenas de fuzileiros armados e imediatamente preso, sob acusação de estar liderando a recente rebelião.

Na falta de fotografias recentes dos castigos corporais, a imprensa publicava antigos desenhos para abordar assunto atual.

A violenta repressão contra os marujos gerou denúncias pela imprensa, que tratava abertamente do tema.



A Ilustração Brasileira - Fundação Biblioteca Nacional



Arquivo - Fundação Biblioteca Nacional

Detido no Quartel Central do Exército, incomunicável, passou por interrogatórios duros e afrontosos, sem tortura física.

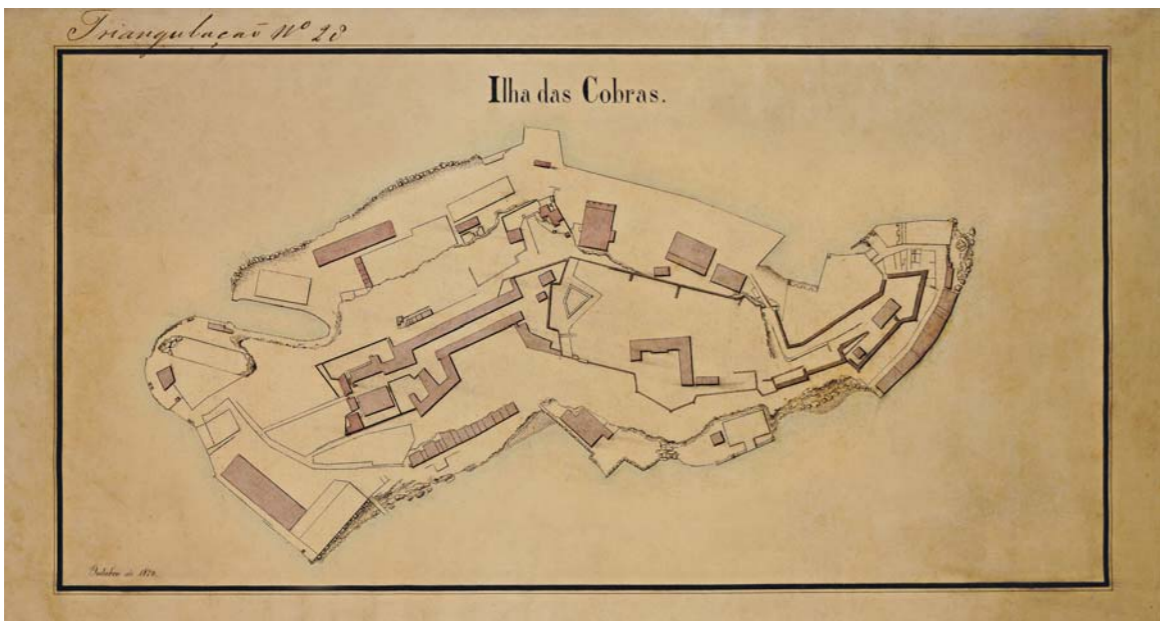
No dia 24 de dezembro, João Cândido viu-se conduzido à Ilha das Cobras. Sob pretexto de que todas as cadeias da cidade estavam lotadas, foi o primeiro a ser jogado numa cela solitária, encravada na rocha, úmida, de aspecto lúgubre e apertada. Apesar da denominação do local – solitária – foram a seguir colocados na “jaula” (expressão do carcereiro) mais 17 marujos. Na “solitária” ao lado ficaram outros 13 marinheiros. Ao todo, 31 detidos, despídos, num espaço onde mal cabiam duas pessoas. Eram os considerados “elementos perigosos”, no linguajar oficial.

O comandante do Batalhão Naval, capitão-de-fragata Francisco José Marques da Rocha, simplesmente levou as chaves das “jaulas” com ele ao se retirar da guarnição à noite. Na madrugada de 25, ouviram-se gritos de desespero dos encarcerados, debaixo de um “calor sufocante”. Durante o dia, o carcereiro jogou cal sobre os detentos, a pretexto de higienizar o local. No dia 26, abriram a porta da cela e perguntaram se João Cândido vivia. O marujo gaúcho, com o rosto colado

João Cândido, com seu porte altivo, parecia conduzir os soldados que o prendiam.

Nas dependências navais da Ilha das Cobras, baía da Guanabara, marinheiros foram mortos e João Cândido sobreviveu por um triz.

numa fresta da porta, ainda respirava, e vários cadáveres se amontoavam lá dentro, inchados, envoltos em fezes e urina. Somente no dia 27, quando a notícia da violência começou a vaziar, o capitão Marques da Rocha mandou retirar os detidos, que estavam desde o dia 24 sem receber qualquer alimento ou água. Na cela de João Cândido, ele e o também gaúcho João Avelino Lira, 26 anos, apelidado de Pau da Lira, saíram vivos, inanimados e traumatizados. Nos sobreviventes das duas celas jogou-se ácido fênico, a pretexto de desinfecção, ocasião em que alguns soltaram partes da pele do corpo. Ficaram ainda uma noite largados no chão de um aposento, nus e “ao dispor das moscas”, como lembrou João Cândido, acrescentando: “Era assim que se morria. Eu vi”.



Arquivo Nacional

“Os gemidos foram diminuindo, até que caiu o silêncio dentro daquele inferno. Quando abriram a porta, já tinha gente podre.”

(João Cândido em depoimento a Edmar Morel sobre a prisão da ilha das Cobras.)

Configuram-se, nesse episódio, torturas, tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, que resultaram em traumas, assassinatos e tentativas de homicídio. A Liga dos Direitos do Homem, em Bruxelas (Bélgica), enviou carta de protesto ao governo do marechal Hermes da Fonseca, assim como outras entidades de direitos humanos. O capitão Marques da Rocha foi exonerado do cargo e submetido ao Conselho de Guerra, para abrandar o impacto do caso. Absolvido, seria promovido e faria carreira meteórica, chegando logo a almirante.

## MORTOS E DESCONHECIDOS

Poucos sabem os nomes dos marujos mortos nas celas da Ilha das Cobras entre o Natal e o Ano Novo de 1910. O Correio da Manhã publicou uma lista de 15 pessoas: Adão Roque da Silva, Antonio Pinheiro, José Antonio dos Santos, Florentino Marques de Oliveira, Carlos Pereira dos Santos, Porfírio Pereira dos Santos, João Manoel Vaz, José Francisco da Costa, Eduardo M. dos Santos, José Domingos dos Santos, Francisco Mathias de Faria, Scipião (Cipião) Zanotti (apontado como líder da revolta de dezembro); Malão Cariba, José Francisco dos Santos e Benedito Mariano. Além desses, João Cândido recorda-se que na sua cela estavam o marinheiro sentenciado Avelino de Campos e o foguista extranumerário Rodolfo dos Santos. O médico-legista da Marinha registrou “insolação” na causa dos óbitos e foram enterrados em condições piores do que indigentes: três corpos em cada caixão, sepultamento às escondidas, à noite, no cemitério São Francisco Xavier (bairro do Caju).

O Correio da Manhã denunciou torturas e assassinatos de marinheiros na Ilha das Cobras.

Parte da imprensa negava a repressão, como nesta foto em que são apresentados vivos marujos que teriam sido fuzilados. Entretanto, centenas de rebeldes foram assassinados.

O Malho - Fundação Biblioteca Nacional



Correio da Manhã - Fundação Biblioteca Nacional

## SATÉLITE, O “NAVIO FANTASMA”

Também na véspera de Natal de 1910, foram embarcados no navio mercante Satélite, do Lóide brasileiro, com destino ao desterro na Amazônia, 441 presos assim qualificados em relatório oficial: 105 ex-marinheiros, 292 vagabundos e 44 mulheres. O grupo ia escoltado por 50 soldados do Exército comandados pelos segundos-tenentes Francisco de Melo, João da Silva Leal e Libânio Augusto da Cunha Matos. O navio fora fretado pelo governo federal, por iniciativa conjunta dos ministérios da Guerra, da Justiça e da Marinha, sob a chancela formal do presidente da República. Os detentos deveriam ser entregues à Comissão Telegráfica chefiada pelo então coronel Cândido Rondon e para a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Durante a viagem foram fuzilados 11 marinheiros, cujos corpos lançaram-se ao mar. Entre eles, o marujo Vitalino, chefe do Comitê Revolucionário que organizara a Revolta da Chibata. A lista dos executados estabelecida pelo comandante do navio, Carlos Brandão Storry, tem 10 nomes: Hernani Pereira dos Santos, Nilo Ludgero Bruno, Isaías Marques de Oliveira, José Alexandrino dos Santos, Ricardo Benedito, Flavio José Bonfim, Argemiro Rodrigues de Oliveira, Pedro Justino de Sousa, Vitalino José Ferreira e Aristides Pereira da Silva; os dois últimos, tripulantes do encouraçado Minas Gerais que tiveram parte ativa na rebelião de novembro. Um nome não está identificado. E assim que chegaram ao destino, a vila de Santo Antonio do Rio Madeira, em 18 de fevereiro de 1911, mais três marinheiros foram executados anonimamente e os corpos jogados na mata, sob pretexto de que tentaram fugir, chegando assim a 14 mortes por fuzilamento. Ao mesmo tempo, os donos dos seringais afluíram ao local e distribuíram entre si as “peças”, isto é, recolheram para trabalhos forçados em condições desumanas, na floresta, centenas de marinheiros e civis, dentre os quais, operários. As mulheres foram repartidas entre os acampamentos para prostituição. Desse modo, é difícil contar ao certo quantos morreram dos 441 prisioneiros, mas tem-se notícia de raros sobreviventes. Os militares do Exército responsáveis pelos fuzilamentos não foram sequer investigados. Estavam em missão oficial.

## O “HOSPITAL DOS LOUCOS”

Diante das brutalidades sofridas e presenciadas na Ilha das Cobras, João Cândido, nos primeiros momentos, ficou traumatizado e tinha visões dos companheiros mortos, que reapareciam em sua memória gritando e agonizando, deformados e sofrendo. Examinado por uma junta médica, rapidamente concluíram que estava louco e resolveram enviá-lo para o Hospital Nacional dos Alienados, no bairro da Urca, próximo à Praia Vermelha (hoje no prédio oitocentista funciona um campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Ampliava-se, assim, o espectro repressivo, chegando ao controle dos corpos e das mentes por meio da psiquiatria.

Serviço de Documentação da Marinha

21-111

*P. de Aguiar*  
7-6-11

*Uffe*

Hospício Nacional de Alienados  
(Com os papéis autôgr.)

N. 358 Rio de Janeiro em 5 de Junho de 1911

*Antônio*  
6-6-111

*Antônio*  
10-6-111

Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores

Communico-vos ter daqui sahido, hontem, o marinheiro nacional João Cândido, o qual a 18 de Abril ultimo fôra internado em virtude de auctorisação vossa em Aviso n° 851, de 15 desse mez, afim de ser o mesmo submettido á observação clinica. Do resultado desta enviei a respectiva summula ao Sr. Contra-Almirante Chefe do Estado Maior da Armada, a quem requisitei a re-condução do alludido marinheiro, por não apresentar elle actualmente nenhuma perturbação que justificasse sua permanencia neste manicomio.

Saúdo e Fraternidade.

O Director.

*J. Juliano Moreira*

O psiquiatra Juliano Moreira assinou a alta de João Cândido do Hospital Nacional dos Alienados: médicos concluíram que o marinheiro não estava louco.



Porém, pode-se dizer que o tiro saiu pela culatra. Ainda que marcada por critérios raciais da antropologia física, a instituição psiquiátrica tinha contradições e brechas, não era um monolítico aparelho repressivo. Os médicos logo constataram que o marujo gaúcho não era louco. No prontuário foi descrito como indivíduo de “perfeita orientação autopsíquica, memória conservada nas suas duas formas, boa atenção e percepção, associando bem as idéias, sendo perfeita a sua faculdade de julgamento”. Ao mesmo tempo eram apontados “estigmas físicos de degeneração, mais próprios da raça” e “estado de depressão permanente”. Certa vez João Cândido afirmou a um médico: “Talvez sejam mais loucos os que me dão como tal”.

O diretor do hospício, o conhecido psiquiatra Juliano Moreira, logo se tornou um admirador de João Cândido e, compreendendo o que se passava, passou a protegê-lo e mantê-lo internado para que escapasse da repressão militar. Moreira chegou a juntar material para escrever sobre a vida do marujo, mas não levou adiante o projeto. O diretor determinou que o marinheiro poderia usufruir de maior liberdade de movimentos. “A casa é sua”, dizia cordialmente Juliano Moreira para João Cândido. Entretanto, a correspondência particular do marujo era controlada, violada e até censurada no hospital, o que o irritou.

Nos registros consta que lia diariamente jornais, preferindo o Correio da Manhã, mas também acompanhava outros veículos, como Jornal do Brasil e Diário de Notícias. Sempre pedia livros emprestados e nunca faltava alguma obra em sua cabeceira. E escrevia bilhetes que remetia a amigos. Mais do que isso, João Cândido passou a sair livremente do hospital, circulando pela cidade, embora com discrição, para não ser reconhecido. Visitava amigos, ia ao teatro e até arranhou uma namorada no bairro de Laranjeiras, dormindo algumas vezes na casa dela. Formou-se uma rede de solidariedade entre simpatizantes e amigos espalhados, que lhe forneciam algum dinheiro, cigarros e comida. Um tempo mais ameno surgia, onde o sofrido marujo se recuperava dos traumas sob as árvores frondosas que cercavam o hospício ou no seu quarto, de onde avistava a enseada de Botafogo.

## CONSELHO DE GUERRA: MARUJOS ENFIM ABSOLVIDOS

A permanência no hospital durou de 18 de abril a 4 de junho de 1911, quando levaram João Cândido de volta à prisão na Ilha das Cobras. Não sofreu os maus-tratos de antes, mas ele e os demais presos ficaram 18 meses incomunicáveis. Somente em setembro de 1912 foi ouvido pelo Conselho de Investigação, que pronunciou a ele e mais 69 marujos pelo crime de sedição na Ilha das Cobras – já que não era possível acusá-los pela Revolta da Chibata, devido à anistia legalmente estabelecida. Apenas



Arquivo Marco Morel

O flagrante capta o exato momento em que João Cândido saía do carro-prisão para o Conselho de Guerra.

dez dos acusados estavam presentes no Conselho de Guerra, em outubro: João Cândido, Francisco Dias Martins, Manoel Gregório do Nascimento, Ernesto Roberto dos Santos, Deusdedit Teles de Andrade, Raul de Faria Neto, Alfredo Maia, João Agostinho, Vitorino Nicássio de Oliveira e Antonio de Paula. Os demais foram dados como desaparecidos, degredados, fuzilados ou mortos por “insolação”.

Os advogados da defesa foram chamados pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, agremiação fundada no século XVIII por escravos alforriados e que se caracterizou por abrigar e proteger cativos na época da escravidão. Evaristo de Moraes, Caio Monteiro de Barros e Jerônimo José de Carvalho aceitaram com entusiasmo a causa e se recusaram a receber qualquer honorário. Jerônimo de Carvalho (visto como homem pardo) era dos mais envolvidos e comparou positivamente seu cliente, Almirante Negro, ao Marechal Branquíssimo – alusão ao presidente da República. Monteiro de Barros jogou todo peso de sua erudição jurídica. Evaristo de Moraes, militante do movimento abolicionista e defensor das primeiras causas operárias, encerrou a defesa num emocionado e lúcido pronunciamento de três horas ininterruptas. Ao final, veio a sentença: absolvidos por unanimidade. Pela primeira vez desde que fora preso, João Cândido chorou, de emoção, enquanto os demais comemoravam efusivamente.

Os marujos absolvidos só foram liberados em 30 de dezembro de 1912. Ao sair da cadeia, João Cândido, precedido pelo noticiário dos jornais, encontrou pequena multidão que o aplaudia e consagrava. Na mesma data, ao sentir o gosto da



Arquivo Marco Morel

João Cândido, ainda sob vigilância, fotografado no dia em que foi absolvido pelo Conselho de Guerra, 1912.

liberdade, João Cândido teve notícia ruim, embora não surpreendente: acabava de ser excluído dos quadros da Marinha de Guerra do Brasil. Foi o último dia em que usou a farda.

Os ecos da Revolta da Chibata eram recentes e o marujo gaúcho tinha se tornado um símbolo vivo da luta pelas liberdades, reconhecido como herói por significativos setores da sociedade. Entretanto, a fama não o ajudou a ter vida tranqüila.

Um cineasta pioneiro capta imagens de João Cândido e da rebelião em novembro de 1910. Em janeiro de 1912, uma sala de cinema na rua Marechal Floriano, Centro do Rio de Janeiro, espalhou cartazes pela cidade anunciando a estréia de A vida de João Cândido, de Alberto Botelho. Mas o chefe da polícia, Belizário Távora, censurou a fita, proibindo a exibição e até apreendendo os cartazes de propaganda. Esse material passou décadas esquecido e, antes que o assunto voltasse a chamar a atenção, a única cópia da película foi destruída num incêndio em São Paulo na década de 1950.

Menos de um mês após ser solto, João Cândido, que passara por verdadeiro círculo de horrores, presenciou expressiva homenagem, assim noticiada por O País: "Circo Spinelli - Companhia Equestre Nacional da Capital Federal - Grandiosa função em benefício do ex-marineiro nacional João Cândido com um programa cheio de novidades e atrações." Tratava-se do grupo circense do famoso palhaço negro e um dos maiores atores do cinema brasileiro da época, Benjamim de Oliveira, que empolgava e fazia rir as multidões.

Biblioteca Mário de Andrade

10 GAZETA DE NOTÍCIAS — S. Junda — 20 Dezembro de 1912 N. 366

Rio de Janeiro — Terça-feira 31 de Dezembro de 1912

Anno XXXVII

**GAZETA DE NOTÍCIAS**

NUMERO AVULSO 100 RS.

**O FACTO DO DIA**

**JOÃO CANDIDO É, EMPFIM, SOLTO!**

**O marinheiro escreve no carcere a sua vida até o dia da amnistia**

**A "GAZETA" COMEÇA HOJE A PUBLICAR A PALPITANTE NARRATIVA**

A chegada — Uma entrevista — O que diz João Cândido — Notas e informações — A vida de João Cândido



**O marinheiro João Cândido**

João Cândido, o herói da Revolta da Chibata, é o protagonista desta narrativa. Sua vida, desde a infância até a prisão, é contada de forma detalhada e emocionante. O texto aborda sua trajetória como marinheiro, sua participação na revolta de 1910 e suas experiências no cárcere.



**Os marinheiros Gregório de Nazimundo, André Avellino e um seu companheiro**

Esta fotografia mostra três marinheiros em uniformes da Marinha de Guerra do Brasil. Eles são Gregório de Nazimundo, André Avellino e um de seus companheiros, todos envolvidos na Revolta da Chibata.

**Memórias de João Cândido, o marinheiro**

Notas completas e minuciosas sobre João Cândido — Sua vida na Armada e suas viagens — João Cândido, na coronela do batimão do "Minaes Gerais" na sua primeira passagem de linha equatorial, foi o "comandante" desse "dreadnought".

**ANEXO**

Notas e informações adicionais sobre a revolta e o destino dos marinheiros envolvidos.

“Um homem da plebe,  
em geral, não tem  
história na História  
do Brasil”.

EDMAR MOREL, NO LIVRO *DRAGÃO DO MAR,*  
*O JANGADEIRO DA ABOLIÇÃO*



## 6. TRAJETÓRIA DOS “HERÓIS DA PLEBE”

Nos primeiros tempos depois de sair da prisão, João Cândido morou na rua Ipiranga, no então bucólico bairro de Laranjeiras, Zona Sul carioca. O carpinteiro naval Freitas abrigou-o, oferecendo-lhe um quarto. Recebeu tratamento para tuberculose e mais alguma ajuda em dinheiro da Irmandade do Rosário. Apaixonou-se por uma das filhas do carpinteiro, Marieta; casaram-se na igreja da Glória (Largo do Machado) e tiveram três filhos. Por essa época, o ex-marujo ainda conseguia emprego na Marinha Mercante e em barcos particulares. Assim, sucessivamente, trabalhou: como timoneiro no patacho Antonico, que conduzia açúcar para o Sul do Brasil; como carregador no cargueiro Ramona, que transportava café e cereais até o Paraná; como timoneiro no navio à vela Miarim, que fazia a rota RJ-Buenos Aires; no navio Ana, que levava passageiros para Florianópolis.

João Cândido carregando cestos de peixe em 1937: durante quatro décadas sustentou a numerosa família com escasso dinheiro, através da pesca artesanal.



Arquivo - Fundação Biblioteca Nacional



Arquivo Nacional

Foto dir. pescadores, biscateiros e marinheiros freqüentavam o cais Pharois (Praça XV, Rio de Janeiro, RJ).

O trabalho excessivo e pesado na carga acabou por prejudicar sua saúde e teve que baixar hospital. Sem esquecer que, em todos esses empregos, foi demitido por pressão de oficiais da Marinha sobre os patrões. A perseguição continuava, implacável. Sua esposa faleceu em 1917, quatro anos depois do casamento.

Então, em 1919, juntando o dinheiro que restava, comprou o modesto caíque Três Marias para pescar na praia de Santa Luzia, Centro do Rio de Janeiro, e vender os peixes em cestos perto dali, no mercado do cais Pharois (Praça XV). Em condição de pobreza, mas perto dos elementos entre os quais ficava mais à vontade (cais, navios, marinheiros, o mar) e no meio de sua gente, viveu por quatro décadas, sem salário fixo e garantias sociais, como os demais pescadores pobres em todo o Brasil.

João Cândido vivia com sua segunda esposa, Maria Dolores Vidal, com quem ficou durante oito anos e teve quatro filhos, entre os quais Zeelândia Cândido, que se tornaria uma das principais defensoras da memória do pai. Maria Dolores era uma mulher bonita, filha de português com uma mulata, e teve fim trágico. Aos 26 anos, em 1928, ela suicidou-se ateando fogo ao corpo. Fato que trouxe de volta o nome do ex-marujo aos jornais. A filha mais velha desse casamento, Nauça, morreria do mesmo modo e no mesmo local que a mãe, exatos dez anos depois. No enterro de Maria Dolores, João Cândido recebeu homenagens de um grupo de jovens marujos que sequer conhecia: fardados, trouxeram coroa de flores e carregaram o caixão em passo marcial. Um dos marinheiros adiantou-se e lhe disse: “A sua história ficou na



Revista Semana - Fundação Biblioteca Nacional

**“E daí para cá, caí na penúria, no ódio. Passei a viver na vida civil. Muito perseguido pela Marinha.”**

(João Cândido em depoimento ao Museu da Imagem e do Som)

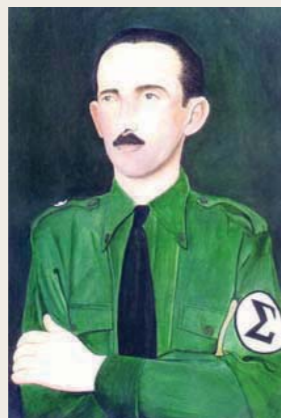


Acervo Adalberto Cândido (Candinho)

João Cândido em 1957, aos 77 anos, quando ainda vendia peixes no cais, ladeado por dois fiscais da Inspeção Sanitária que queriam aparecer com ele na foto.



Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 - 1945), todos que tentaram escrever sobre João Cândido foram censurados ou perseguidos.



Plínio Salgado, líder máximo do Integralismo, encontrou-se várias vezes com João Cândido, que aderiu ao movimento.

Marinha. Hoje não apanhamos, temos soldo regular e comemos bem. Agradecemos tudo isto ao senhor”.

Em 1930, às vésperas do movimento que levaria Getúlio Vargas ao poder, João Cândido foi detido pela polícia, acusado de conspirar com os integrantes da Aliança Liberal. Tal acusação era infundada, fruto da imaginação de um delegado. Mas o calejado marujo percebeu que estava por demais marcado e qualquer pretexto seria válido para importuná-lo, mesmo 20 anos depois da Revolta da Chibata.

Durante o longo governo Vargas (1930-1945), João Cândido teve contato com as principais correntes políticas, mas optou nitidamente por uma, o Integralismo. O ex-marujo encontrou-se várias vezes com Plínio Salgado, o líder máximo da Ação Integralista Brasileira, de inspiração fascista: vestiu a camisa verde que caracterizava o grupo e repetia a saudação “Anauê” com o braço erguido. Tal opção de João Cândido era coerente com aspectos de sua vida: seja pela formação tradicional militar e até militarista (que incluía a valorização de uma autoridade forte), seja pela presença massiva de integrantes da Marinha que o atraíam nesse movimento (sobretudo oficiais, mas também marujos, além de soldados e operários). O líder da rebelião de 1910 participou, em 1º de novembro de 1937, da Marcha Integralista coordenada pelo escritor Gustavo Barroso, com cerca de 50 mil pessoas (inspirada na Marcha Sobre Roma comandada por Benito Mussolini). Acabou decepcionando-se pela “falta de iniciativa e coragem” dos líderes integralistas e pela predominância de oficiais entre eles. Na verdade, João Cândido teve atuação periférica nesses episódios.

Além de aderir ao Integralismo, João Cândido chegou a freqüentar, de modo esporso, a Aliança Nacional Libertadora, apenas assistindo a alguns comícios. Guardou, sobretudo, a ligação com Octávio Brandão, ex-dirigente do Partido

Comunista Brasileiro (PCB) e um dos principais teóricos marxistas da época, que escreveu sobre a Revolta da Chibata em seu livro *O Caminho* (1950). No campo das esquerdas surgiram outras iniciativas de se escrever a história da rebelião dos marujos. O médico Adão Pereira Nunes, militante comunista ligado ao PCB, publicou clandestino, sob pseudônimo de Benedito de Paulo, o livreto *A Revolta de João Cândido*, em 1934, apreendido pela polícia. Mesmo ano em que, no mês de outubro, o humorista Aparício Torelly, conhecido por Barão de Itararé, divulgou em seu jornal de orientação comunista, *Folha do Povo*, uma série de pelo menos dez capítulos do folhetim intitulado *A Insurreição dos Marinheiros de 1910*. É conhecida a história de que o humorista foi seqüestrado e espancado por oficiais da Marinha, tendo que interromper a série. Por esse motivo, colocou na porta da redação do jornal a placa: “Entre sem bater”.

Agência JB



O líder da Revolta da Chibata teve contato com as principais tendências políticas da Era Vargas, mas continuou a viver na pobreza.

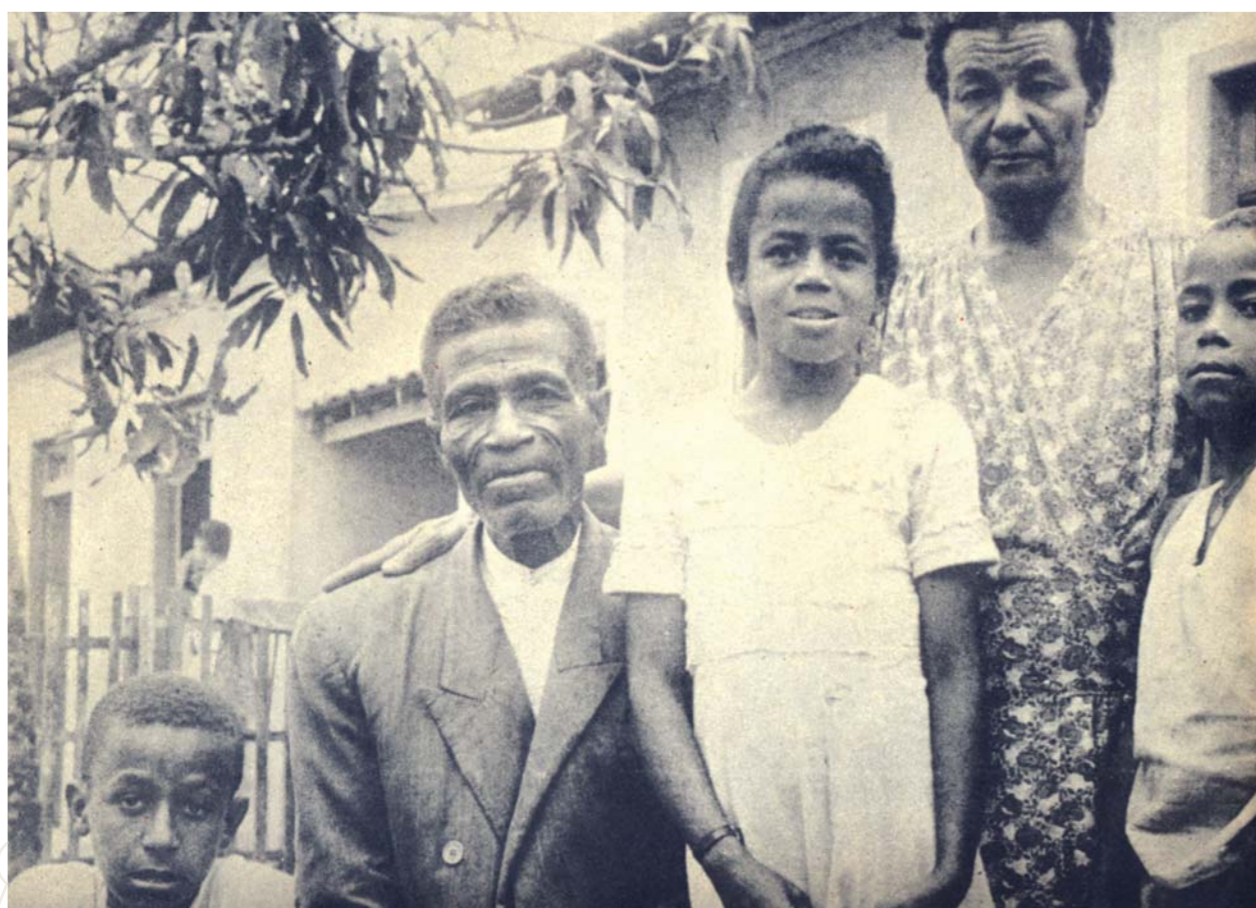
Outros veículos chegaram a publicar matérias esporádicas sobre o líder da rebelião de 1910. João Cândido saía da evidência e vivia no ostracismo: as décadas iam passando e a constante coerção de oficiais da Marinha contra quem escrevesse ou valorizasse o tema consolidou um véu de silêncio em torno dele. Ainda que presente na memória coletiva de setores da população, as lembranças iam se diluindo. Salvo alguns marinheiros, jornalistas, militantes políticos e amigos pessoais, poucas pessoas ainda lembrariam de seus feitos, praticamente desconhecidos das novas gerações.

Já em 1930, após a prisão extemporânea, João Cândido mudou-se para São João de Meriti, na Baixada Fluminense - em busca de um local mais retirado para preservar a ele e seus filhos das perseguições, mas também por dificuldades financeiras, já que longe do Centro a moradia era mais barata. Passou a sair de casa

por volta das 23 horas para pegar o trem da Central e encarar o batente no entreposto de pesca de madrugada, enfrentando a cada dia uma longa e penosa trajetória de ida e volta. Morava num local sem luz elétrica e calçamento e não tinha assistência de saúde constante.

Desse modo, na vida do ex-marujo, a batalha agora era outra – semelhante a que era (e ainda é) encarada por milhões de trabalhadores pobres. Desafios enfrentados na sociedade brasileira, como: trabalhadores sem vínculo empregatício formal, sem direitos trabalhistas e previdenciários, sistema de transporte coletivo desconfortável e demorado, falta de apoio sistemático à terceira idade, moradias urbanas nas periferias afastadas do local de trabalho, precariedade de saneamento (falta de energia elétrica regularizada, esgoto, água encanada e calçamento), ausência de atendimento de saúde adequado. Nessa luta cotidiana e anônima, o líder da Revolta da Chibata também mostrou fôlego, eficiência e capacidade de resistência. As formas de dominação e desigualdade que ele enfrentou na rebelião e na sobrevivência podem ter mudado, mas não desapareceram e, em boa dose, permanecem atualmente, apesar das conquistas e avanços de direitos humanos e garantias sociais.

O ex-marujo e a terceira esposa, Ana do Nascimento, sua mais longa relação afetiva, que ajudou a criar os filhos dos casamentos anteriores.



Revista Semana - Fundação Biblioteca Nacional

O terceiro casamento do ex-marujo foi com Ana do Nascimento, 22 anos mais nova que ele: na verdade, inicialmente, vizinha e amiga que, desde que João Cândido chegou na Baixada Fluminense em 1930, apoiou-o e ajudou a criar os filhos dos casamentos anteriores. Viveram juntos durante 39 anos, até o falecimento do Almirante Negro. Ana e João tiveram três filhos (entre os quais o caçula Adalberto, o Candinho, que nasceu em 1938), mas só se casaram oficialmente em 1960. Ana, a mais longa ligação afetiva do líder da Revolta da Chibata, faleceu em 1973, quatro anos após o marido. Sabe-se que João Cândido teve também um filho sem registrá-lo, totalizando assim 11 filhos: três com Marieta, quatro com Maria Dolores, três com Ana e mais um que não nasceu de seus casamentos.

## “LÍDERES POPULARES POUCO CONHECIDOS”

Embora João Cândido tenha sido liderança principal da Revolta da Chibata, tornando-se rosto e símbolo do movimento, milhares de mãos teceram a rebelião dos marujos, a maioria pouco conhecida pelos historiadores e desconhecida pelas memórias coletivas do episódio. Foram homens que também planejaram, realizaram e sofreram as conseqüências, enfim, atores que transformaram para melhor a sociedade brasileira. Alguns nomes e rostos se sobressaem da poeira dos arquivos:

- **FRANCISCO DIAS MARTINS** - Cearense, nascido em 1888, serviu na 10ª Companhia da Marinha entre 1906 e 1910. Costuma ser apontado como “mentor intelectual” da Revolta da Chibata. Era de família com alguns recursos e tinha bom domínio da cultura letrada. Em menos de um ano passou de grumete a marinheiro de 1ª classe. Sua ficha na Marinha registra dois episódios curiosos: instrutor da Escola de Aprendizes de Marinheiros do Ceará, foi preso e demitido do cargo por ter autorizado um aluno a espancar seis outros, em 1907. Transferido para a mesma instituição no Piauí, viu-se também preso e desligado por agredir um aluno em 1908. Atuou como instrutor da Escola Naval (RJ) e recebeu elogios por bom comportamento, disciplina, dedicação, eficiência, asseio, “brilho, garbo e correção”. A Dias Martins se atribui o manifesto assinado por Mão Negra com ameaças aos oficiais, pedindo o fim dos castigos corporais, antes de eclodir a revolta. Comandou, durante a rebelião, o cruzador-ligeiro Bahia, onde exercia a função de faroleiro, e aparecia nas fotos com uma faixa no pescoço com a inscrição “Ordem e Liberdade”. Logo depois do episódio, pediu baixa do serviço militar e trabalhou numa casa de comércio, o que não impediu que ficasse dois anos preso: julgado pelo Conselho de Guerra, acusado de exercer “predomínio moral” sobre os revoltosos, foi absolvido, como os demais. Sua mãe e irmã vieram do

Ceará acompanhar o julgamento. Em abril de 1916, a polícia acusou-o de participar de uma conspiração que visava à obtenção, pelas armas, de reformas políticas na Primeira República, ao lado do deputado Mauricio de Lacerda e de Agripino Nazaré, líder operário. Entre os planos, estaria a reintegração na ativa dos marujos da rebelião de 1910. Dias Martins manteve amizade com João Cândido até falecer em 1946.

- **ADALBERTO FERREIRA RIBAS** - Marinheiro de 1ª classe, servia no cruzador-ligeiro Bahia e foi um dos conspiradores e organizadores da Revolta da Chibata, atuando como oficial de artilharia durante a rebelião. Esteve com a guarnição na viagem ao Chile que antecedeu o movimento, quando a conspiração amadureceu. Ligado a Dias Martins, dele recebeu a incumbência, depois da revolta, de arrecadar dinheiro junto à tripulação para ajudar as famílias das duas crianças mortas no morro do Castelo pelos tiros de advertência dados pelos rebeldes. Incluído à revelia no processo do Conselho de Investigação e no Conselho de Guerra, Ribas nunca foi localizado pelas autoridades. Seus descendentes narram sua trajetória. Ao ser preso e conduzido de barco à Ilha das Cobras, aproveitou-se da distração da guarda e jogou-se no mar. Mergulhou e nadou para escapar dos tiros, passando a noite escondido nas águas. Na manhã seguinte, Adalberto Ribas alcançou a terra e conseguiu viajar até Santa Catarina. Aí mudou de nome e identidade e estabeleceu-se como professor, chegando a diretor de uma escola. Casou-se, teve vários filhos (um dos quais oficial da Marinha) e pertenceu a instituições culturais e de filantropia. Voltou ao Rio de Janeiro com a família décadas depois, manteve contato com João Cândido, mas nunca revelou publicamente a antiga identidade.

- **VITALINO JOSÉ FERREIRA** - Um dos mais ativos participantes da Revolta da Chibata. Chefiou o Comitê Revolucionário que congregou os conspiradores das diversas guarnições. Marujo do encouraçado Minas Gerais, era timoneiro, teve o cargo de imediato (oficial que se segue ao comandante) durante a revolta e seria acusado de ter participado diretamente da morte do comandante Batista das Neves e demais oficiais. Posteriormente, sob as ordens de João Cândido (não havia oficiais a bordo), Vitalino conduziu a embarcação de guerra para a ilha do Viana durante a rebelião do Batalhão Naval, em 9 de dezembro de 1910, a fim de protegê-la de possíveis ataques dos novos rebeldes. Preso junto com centenas na repressão consecutiva, foi um dos escolhidos para embarcar no navio mercante Satélite, para a Amazônia. Não chegou ao destino, pois estava entre os fuzilados durante a viagem e seu corpo foi jogado no mar. João Cândido cita-o duas vezes em suas memórias na Gazeta de Notícias. Mesmo morto, Vitalino teve o nome incluído entre os 70 réus no Conselho de Investigação e no Conselho de Guerra em 1912.



Francisco Dias Martins (no centro, ao fundo, com a faixa "Ordem e Liberdade" no pescoço), é considerado um dos principais líderes da Revolta da Chibata.



1ª foto à esquerda. Marcelino Rodrigues, o último marinheiro a receber chibatadas na Marinha de Guerra do Brasil.



1ª foto à direita. Antonio Ferreira de Andrade, secretário do comando geral da esquadra revoltosa, atuou ao lado de João Cândido. Esteve preso na Ilha das Cobras.



2ª foto à esquerda. O cabo André Avelino de Santana, baiano, morreu na clandestinidade, fugindo da repressão. No futuro, seu rosto seria confundido com o de João Cândido por pesquisadores.



2ª foto à direita. Manoel Gregório do Nascimento, músico e cozinheiro: preso e expulso da Marinha, tornou-se policial no DOPS.

## JOÃO CÂNDIDO E AS LETRAS

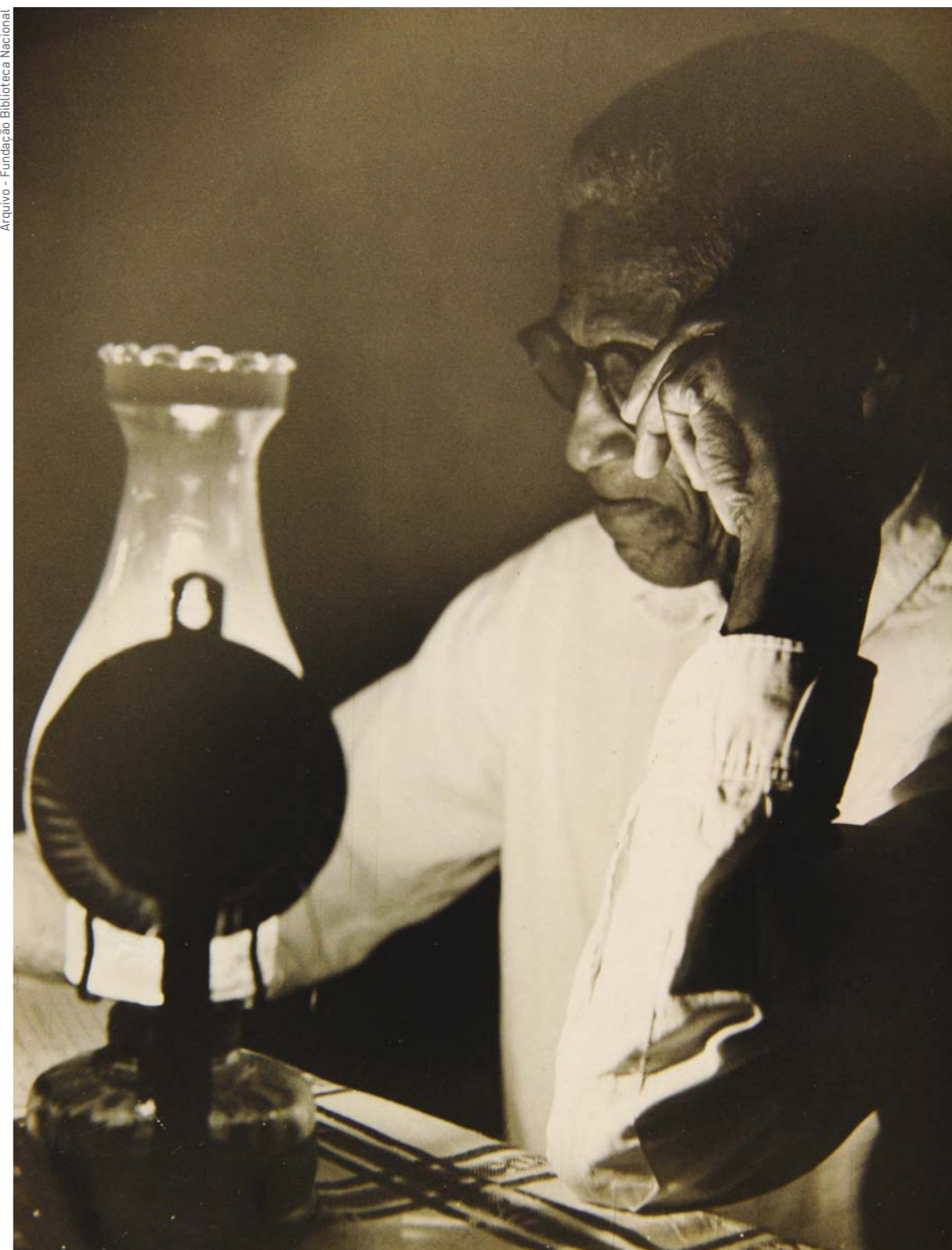
São comuns referências a João Cândido como iletrado: analfabeto, semi-analfabeto, entre outros. Seja do ponto de vista conservador, para desqualificá-lo, seja, ao contrário, para valorizar a autenticidade de sua condição popular. Quanto à alfabetização, pode-se dizer: era um leitor constante que sabia escrever (embora pouco à vontade). O marujo gaúcho falava bem espanhol e grego, além de ter noções de inglês e francês. O escritor João do Rio, depois de entrevistá-lo, ficou impressionado: “É um homem imensamente inteligente, com uma inteligência muito superior à de vários sujeitos que passam por notabilidade”.

As supostas provas de seu analfabetismo são discutíveis. O fato de ser pobre e negro no período Pós-Abolição não o coloca automaticamente na condição de analfabeto, o que seria repetição de surrados preconceitos. Quanto a ter assinado a rogo seu interrogatório no Conselho de Guerra ou ter ditado suas memórias no Hospital dos Alienados, são gestos que indicam situações de estresse combinadas com dificuldades motoras, pois a falangeta (conhecida hoje por falange distal) de seu dedo indicador direito fora decepada durante o serviço na Marinha. O jornalista Edmar Morel testemunhou que a caligrafia do marujo era ruim e que o trauma no dedo o atrapalhava. Mas ainda assim, João Cândido participou ao lado do escritor de várias noites de lançamento e um de seus autógrafos está guardado na Fundação Biblioteca Nacional. Há diversos registros de que João Cândido escreveu bilhetes e cartas e não consta que tenha pedido ajuda para tal atividade.

Quanto à leitura, as referências são numerosas: desde a foto em que aparece lendo o decreto de anistia no Diário Oficial, durante a revolta, até as anotações de sua ficha no Hospital dos Alienados sobre a leitura de jornais, hábito, aliás, que manteria nos últimos anos de vida, quando lia diariamente, na Baixada Fluminense, o Correio da Manhã. Em sua mesa de cabeceira sempre havia livros, em geral emprestados por amigos: romances policiais, a Bíblia, obras sobre nacionalismo.

É possível verificar também que João Cândido estava sempre ciente de tudo que se escrevia sobre ele, posicionando-se a respeito. Esteve na redação da Gazeta de Notícias, em 1913, para fazer uma correção na publicação de suas memórias, do mesmo modo que em entrevista ao jornal O Dia, em 1959, criticaria com clareza, autores como Vivaldo Coaracy e o almirante Luis Autran de Alencastro Graça que investiam contra ele. Ao mesmo tempo, considerava o livro A Revolta da Chibata como “minha história”. Salienta-se, ainda, que nenhum de seus filhos ficou sem alfabetização, como assinalou a filha Zeelândia. João Cândido estava longe, portanto, de ser analfabeto, ou “semi-analfabeto”(sic).

Assinatura de  
João Cândido



João Cândido lia com lampião de querosene:  
não havia luz elétrica em sua casa.



“A sua história ficou na Marinha. Hoje não apanhamos, temos soldo regular e comemos bem. Agradecemos tudo isto ao senhor!”

FRASE DE UM MARINHEIRO DO MINAS GERAIS PARA JOÃO CÂNDIDO EM 1928



## 7. HOMENAGENS EM VIDA

Com a publicação e conseqüente repercussão da obra *A Revolta da Chibata*, Editora Irmãos Pongetti, em fins de 1958, a vida de João Cândido passou por algumas mudanças. O tema, abafado durante décadas, causava inquietação e curiosidade – e o autor, Edmar Morel, era um jornalista conhecido, com o nome presente desde a década anterior nos principais meios de comunicação. Daí que centenas de notícias e críticas literárias saíram em jornais e revistas de todo o país, colocando o ex-marujo no foco das atenções, algo que só havia ocorrido na época da rebelião, quase meio século antes. O livro (tema de uma das famosas crônicas de Rubem Braga) esteve na lista dos mais vendidos ao lado de outro lançamento, *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado.

Entre 1958 e 1964, o Brasil viveu clima de liberdade democrática que possibilitou a ampliação de manifestações em muitos setores da sociedade. João Cândido, continuava a vender peixes na praça XV e recebera várias vezes Edmar Morel a quem prestara depoimentos e esclarecimentos. Agora, o Almirante Negro considerava o livro como “minha história” e literalmente assinou embaixo, participando de sessões de autógrafos junto com o autor.

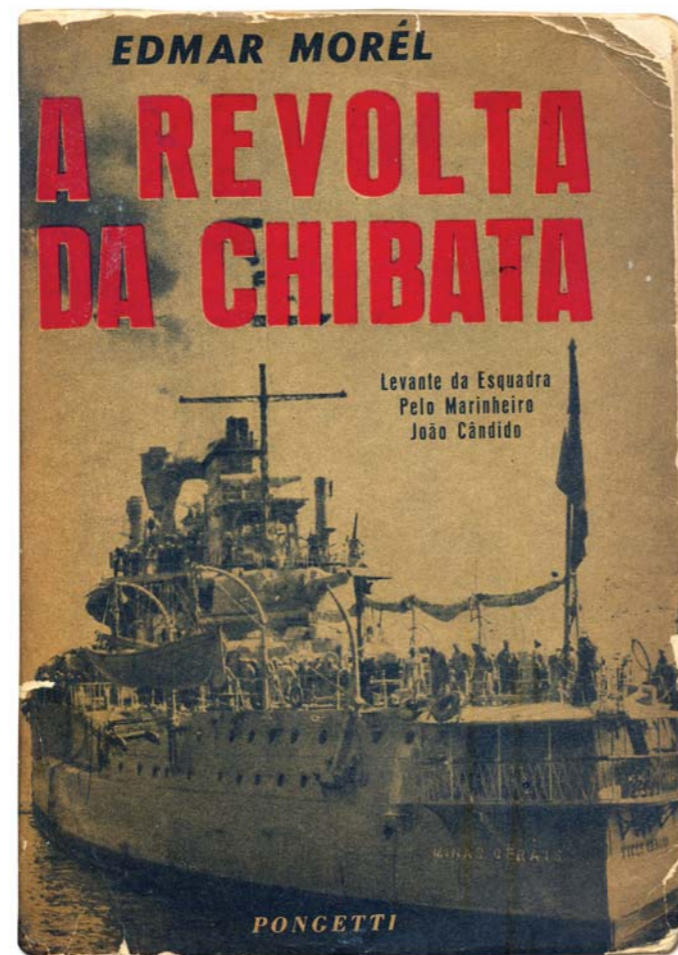
A expressão “revolta da chibata” nunca aparecera antes. Criada por Edmar como título da obra, acabou batizando o movimento e – mais do que isso – consagrando uma visão do episódio que valoriza o papel dos marinheiros e do líder principal da rebelião como agentes históricos em defesa da dignidade e da justiça.



Arquivo - Fundação Biblioteca Nacional

Edmar Morel e João Cândido autografam a 1ª edição de A Revolta da Chibata, 1958, nas oficinas da editora, para os gráficos e trabalhadores que elaboraram o livro.

Capa da 1ª edição de A Revolta da Chibata, datada de 1959 mas lançada em novembro de 1958.



Adalberto Cândido (Cândinho)

Em sua única viagem de avião, João Cândido, com traje impecável, foi ao Rio Grande do Sul num Convair da Varig receber homenagem em 1959, ao lado do filho Adalberto.

Entre as homenagens que recebeu, João Cândido foi ao Rio Grande do Sul, em sua única viagem aérea, para uma sessão promovida pela Sociedade Floresta Aurora. Na ocasião, retornou a Rio Pardo onde foi recebido pelo prefeito, vereadores e autoridades locais, o mesmo ocorrendo em Cachoeira do Sul. A Assembléia Legislativa gaúcha concedeu-lhe pensão de um salário mínimo, com apoio do então governador Leonel Brizola (PTB) que, entretanto, cancelou o encontro que teria com o marujo, devido aos protestos de oficiais da Marinha. Logo a seguir, o governador do Rio de Janeiro, Roberto Silveira (PTB), recebeu João Cândido e entregou-lhe um auxílio financeiro para que pudesse terminar a construção de sua nova casa, em Coelho da Rocha, também em São João de Meriti.

Em 1959, ao completar 79 anos de idade (dos quais 40 como pescador artesanal), com os filhos criados, João Cândido enfim parou de trabalhar e sonhou passar os últimos anos usufruindo de sua modesta casa que ficara pronta, ainda que no alto de um barranco, sem calçamento e luz elétrica. Foi procurado por emissoras de televisão: concedeu entrevistas e compareceu aos estúdios de gravação.

O então jovem Silvio Tendler, sonhando em iniciar a carreira de cineasta, resolveu fazer seu primeiro trabalho, um filme sobre João Cândido. Filmou várias cenas do ex-marujo na casa nova, mas sem som. Esse material, escondido para evitar a repressão após o golpe militar, acabaria destruído.

A segunda edição de A Revolta da Chibata ocorreu em 1963, em pleno governo João Goulart, do qual Edmar Morel integrava o segundo escalão, como assessor de imprensa de dois ministérios, Saúde e Obras Públicas. O autor também, por essa época, estava à frente do jornal O Semanário, pertencente a Oswaldo Costa e que reunia intelectuais nacionalistas de esquerda, em geral não-marxistas, como Barbosa Lima Sobrinho, Josué de Castro, Francisco Julião (das Ligas Camponesas), Osny Duarte Pereira, Gondim da Fonseca, Joel Silveira, entre outros.

A nova edição foi lançada – mais uma vez com a presença de autor e personagem – no IV Festival do Escritor Brasileiro, evento precursor da Bienal do Livro, no Museu de Arte Moderna carioca. Ao lançamento compareceu grupo ruidoso e empolgado de jovens marinheiros fardados que, cantando o Cisne Branco, jogaram seus gorros para o alto gritando o nome de João Cândido. À frente desses rapazes vinha o marinheiro de 1ª classe (“promovido” a cabo pela imprensa) José Anselmo dos Santos, que aparecia como liderança emergente dos movimentos sociais. Como a noite de autógrafos foi até tarde, João Cândido resolveu pernoitar perto dali, no Centro da

Edmar Morel e João Cândido lançam a 2ª edição de A Revolta da Chibata, durante o IV Festival do Escritor Brasileiro. Nesta noite o marujo foi cumprimentado pela nata da intelectualidade, como Jorge Amado, Clarice Lispector, Vinicius de Moraes, Rubem Braga e Manuel Bandeira, entre outros.



Arquivo - Fundação Biblioteca Nacional



Agência JB

João Cândido acena para marinheiros que se rebelaram em 25 de março de 1964. No fundo, à esquerda, sorridente, o “cabo” Anselmo. Por trás do ex-marujo, a bandeira do Sindicato dos Metalúrgicos.

cidade, mas passou por dez hotéis e em todos recusaram-no, sob pretexto de que não havia vaga. O impiedoso racismo continuava presente na sociedade brasileira. Depois das tentativas, foi aceito no pequeno hotel Globo, na rua Riachuelo.

A reunião ocorrida no Sindicato dos Metalúrgicos, nos idos de março de 1964, logo se tornou sublevação, com os marujos desafiando a oficialidade da Marinha e retomando algumas demandas da rebelião de 1910, como melhoria da alimentação e dos soldos. João Cândido foi convocado e compareceu, saudado como herói e símbolo pelos novos rebeldes. O “cabo” Anselmo, entusiasmado, brandia a recente edição de A Revolta da Chibata. Isso no dia 25 de março. O velho marujo saiu do encontro com sensação de contrariedade e desabafou: “Revolta de marinheiro só dá certo no mar”. A manifestação dos marinheiros foi um dos pretextos para o golpe militar, sob o conhecido argumento de quebra da hierarquia. Hoje em dia é fartamente provado que o “cabo” Anselmo revelou-se como agente infiltrado dos órgãos de repressão brasileiros e até da CIA. Embora ainda reste a polêmica em definir se tal condição ocorreu antes ou depois do golpe de 1964.

Vários marinheiros, sobretudo os mais politizados e ligados à Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais, visitaram João Cândido entre 1962 e 1964: a entidade chegou a pagar-lhe mensalmente um auxílio, suspenso com o golpe civil-militar, já que a maioria dos integrantes foi presa e expulsa da Marinha.

Com a ditadura implantada, o nome João Cândido não ficou mais em evidência, ao contrário, era perigoso mencioná-lo. Tanto que ele concederia de forma clandestina o depoimento ao Museu da Imagem e do Som, em 1968. Edmar Morel

# REVOLTA DE 1910 PRESENTE EM 64



## Alerta do CGT: GREVE CONTRA PERSEGUIÇÕES

**DURANTE** a crise na Marinha, não passou despercebida a presença do velho João Cândido, chefe da "Revolta da Chibata", visto agora no lado do presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros José Anselmo. Nas outras fotos: à esquerda, José Anselmo discursando; e à direita, os marujos em continência ao Hino Nacional.

O motim dos marujos em março de 1964 contou com a presença de João Cândido que, nesta foto do jornal Última Hora, aparece ao lado do "cabo" Anselmo.

teve seus direitos políticos cassados e não pode mais sobreviver da profissão de jornalista devido, principalmente, à perseguição de oficiais da Marinha.

Sempre morando na casa nova (arejada, limpa, ordenada e com uma varanda onde gostava de ficar), em rua de terra batida, cercado de filhos e netos, o líder da Revolta da Chibata tornou-se evangélico e freqüentava regularmente os cultos na Igreja Metodista do Brasil, em São João de Meriti. Na mesa de cabeceira acumulavam-se livros, papéis, recortes de jornais e outros materiais que ele constantemente lia.

Os pulmões, enfraquecidos pela antiga tuberculose e pelo hábito de fumar, levaram o ex-marujo a ser internado às pressas num precário hospital público. Diagnosticaram câncer em estado avançado e nesta mesma noite, 6 de dezembro de 1969, falecia o Almirante Negro, aos 89 anos. Ainda assim, não deixaram seu corpo em paz. Apesar de ser uma típica "morte de causa natural", enviaram-no para autópsia. A morte foi noticiada nos principais jornais, mas ao enterro compareceram poucas pessoas. O medo pairava no ar. Entre os presentes, familiares, o pastor Lucas Manzon da Igreja Metodista e um pequeno grupo de jornalistas dirigentes da

Agência JB



Na varanda de sua casa nova, na Baixada Fluminense, o líder da Revolta da Chibata gostava de conversar e receber visitas.

Associação Brasileira de Imprensa (ABI), como Antônio Mesplê, Gumercindo Cabral e Edmar Morel. Chovia torrencialmente, no céu espocavam relâmpagos, a lama do cemitério grudava nos sapatos, as águas encharcavam a todos. As chuvas do verão carioca, que ainda hoje paralisam a cidade, acentuavam a desolação do momento. As únicas flores levadas no enterro do Almirante Negro, por Aurora, esposa de Edmar, foram carregadas pelo temporal. Policiais à paisana fotografavam ostensivamente os presentes. O autor de A Revolta da Chibata pronunciou apenas uma frase à beira do túmulo: "Adeus, João Cândido, você dignificou a espécie humana".

Agência O Dia



Enterro de João Cândido debaixo de tempestade, durante a ditadura militar. À frente, segurando o caixão, o filho caçula Adalberto Cândido e o jornalista Gumercindo Cabral (de paletó) e, atrás deste, parcialmente encoberto, Edmar Morel.

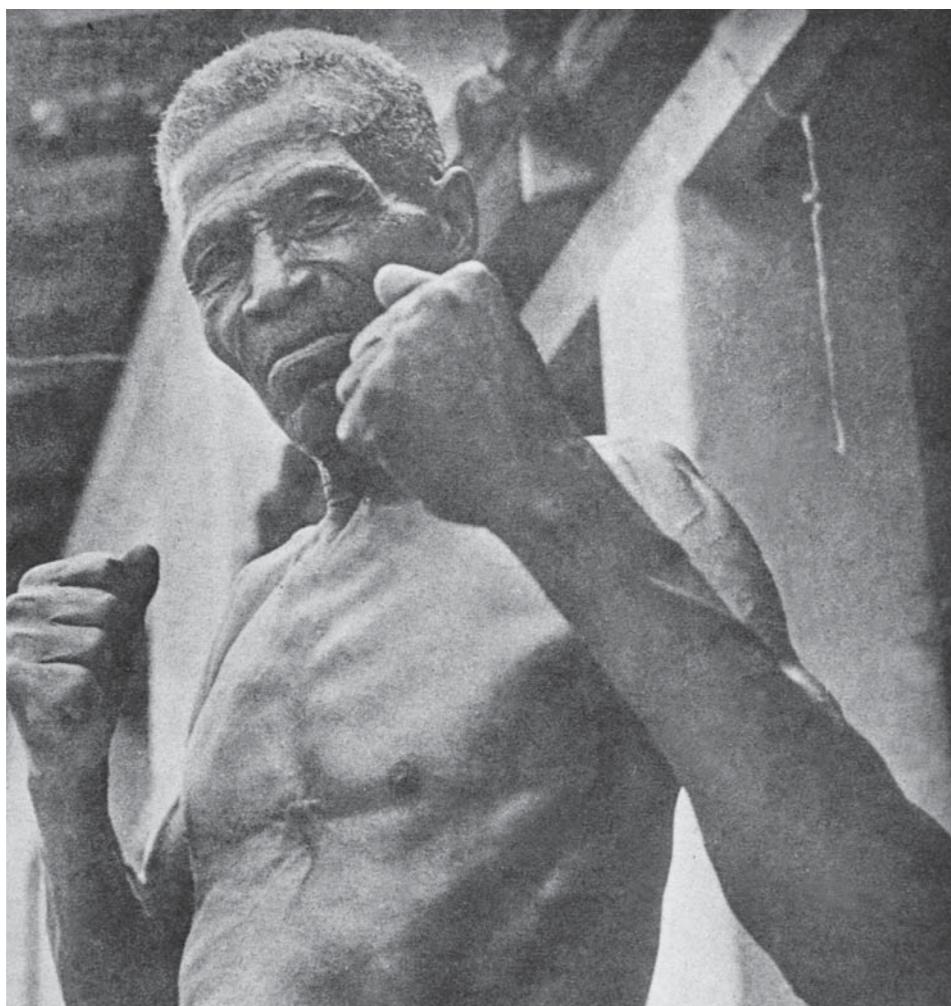
“Ninguém mais do que esse lutador negro mostrou aos brasileiros que todos os sacrifícios se justificam no combate pela dignidade básica do homem: o direito inalienável de ser respeitado”.

ANTÔNIO CÂNDIDO, PREFÁCIO EM *JOÃO CÂNDIDO DO BRASIL. A REVOLTA DA CHIBATA*, TEATRO POPULAR UNIÃO E OLHO VIVO



## 8. JOÃO CÂNDIDO VIVO NAS MEMÓRIAS

A memória de João Cândido se mantém viva e palpitante. Aproximando-se o centenário da Revolta da Chibata, ampliam-se o interesse e as manifestações de pessoas e grupos que reconhecem, na figura dele, a imagem de suas próprias lutas e esperanças. Ele se tornou um típico herói da plebe, esquecido, atacado ou questionado por grupos mais conservadores e admirado pelos movimentos sociais e outros setores da sociedade que buscam um país mais justo.



Revista Semana - Fundação Biblioteca Nacional

O vigor de João Cândido ajudou-o a sobreviver às violências e dificuldades.

## MOVIMENTOS SOCIAIS

**LUTA PELA ANISTIA** – Cerca de mil marinheiros expulsos da corporação, presos ou perseguidos durante a ditadura civil-militar (1964–1985), organizados em duas entidades, consideram João Cândido como Patrono dos Marinheiros do Brasil. A Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia (UMNA, criada em 1983) e o Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania (MODAC, criado em 2002 por ex-integrantes da UMNA), ao mesmo tempo em que lutam para conseguir os direitos de seus associados a uma reparação justa pelas arbitrariedades que sofreram, fazem o mesmo em relação a João Cândido e sua memória. Promovem diversos atos nesse sentido, sendo os principais responsáveis pela inauguração da estátua do Almirante Negro nos jardins do Palácio do Catete, antiga sede da presidência da República, Rio de Janeiro. Alguns integrantes dessas associações conheceram pessoalmente João Cândido e o homenagearam em vida.

**MOVIMENTOS NEGROS** – Movimentos contra a desigualdade racial e em defesa da consciência negra fazem constantes referências ao líder da Revolta da Chibata. Seu rosto aparece reproduzido em faixas, camisetas, livros, agendas e pôsteres. Integrantes desses movimentos e da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, organizaram uma exposição de fotos sobre a Revolta da Chibata no saguão da Central do Brasil, em 1989. Atualmente existe o movimento Conexão Zumbi – João Cândido. Em 20 de novembro de 2005 ocorreu uma marcha com 10 mil participantes a Brasília, ocasião em que o presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, recebeu Zeelândia Cândido, filha do marujo.



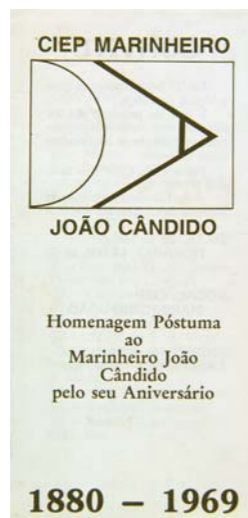
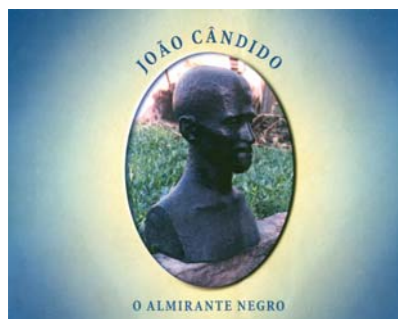
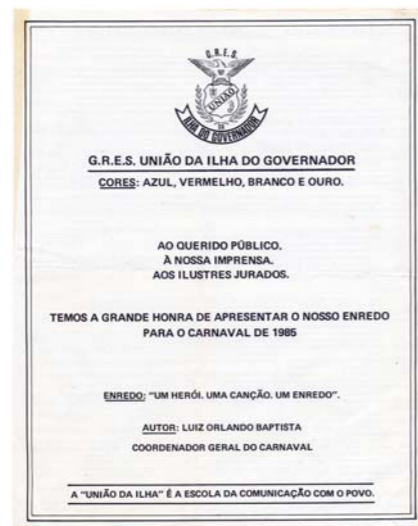
Zeelândia, filha de João Cândido, esteve à frente da marcha com 10 mil pessoas em Brasília, 2005, reivindicando anistia póstuma para os participantes da Revolta da Chibata.



Milhares de trabalhadores pobres viram a exposição montada na estação ferroviária Central do Brasil em 1989, Rio de Janeiro: mesmo local onde, sete décadas antes, o marujo passara preso e altivo.

## TEATRO

**TEATRO UNIÃO E OLHO VIVO** – Desde 2001, a peça “João Cândido do Brasil – a Revolta da Chibata” já teve mais de mil apresentações em todo o país. Com 1h50m de duração, o espetáculo tem texto e direção de César Vieira, heterônimo de Ildival Piveta, que se destacou como advogado de presos e perseguidos políticos durante a ditadura civil-militar. O União e Olho Vivo, com sede em São Paulo, tem quatro décadas de experiência em apresentar teatro para populações que não estão acostumadas a frequentá-lo, fazendo exhibições nas ruas, praças, periferias e, também, em sindicatos, associações de moradores e movimentos sociais, além dos teatros convencionais. O grupo já recebeu prêmios nacionais e internacionais.



João Cândido foi homenageado com peças de teatro, sambas enredos, nome de escola, bustos, uma medalha do Grupo Tortura Nunca Mais, entre outros.

## MÚSICA E POEMAS

**O MESTRE-SALA** – Lançada em 1975, em pleno governo do general Ernesto Geisel, a música O Mestre-Sala dos Mares, de João Bosco e Aldir Blanc, tornou-se verdadeiro hino sobre João Cândido e a rebelião. Composta em estilo de samba-enredo, teve a

letra várias vezes vetada pela Censura Federal (que funcionava, então, no Palácio do Catete), sob a alegação de que fazia apologia a um negro. Ou seja, racismo oficial. Os primeiros títulos, como Almirante Negro e Navegante Negro, foram igualmente descartados. Os autores reconhecem que tiveram que dar uma “sacudida surrealista” na composição – o que não impediu que fizesse sucesso, até hoje. Gravada por Elis Regina e pelo próprio João Bosco, a canção alcançou grande repercussão, contribuindo para valorizar a figura de João Cândido para novas gerações.

**CORDEL** – O cordelista Jota Rodrigues, músico e autor de primorosas xilogravuras, publicou o folheto A Revolta da Chibata, onde diz: “E hoje só recordação / Deste herói negro ficou / Que a lei seca da chibata / Junto à marinha acabou / Os seus feitos e sua história / Todos guardamos em memória / A tua fibra e valor”.

## ESCOLAS DE SAMBA

**UNIÃO DA ILHA** – A escola de samba União da Ilha, do grupo especial do carnaval carioca, escolheu como enredo para o desfile de 1985 a saga da Revolta da Chibata e de seu líder. Entretanto, oficiais do Estado Maior do 1º Distrito Naval pressionaram os dirigentes da agremiação carnavalesca. Resultado: o desfile acabou confuso e descharacterizado. A começar pelo título do enredo: Um Herói, Uma Canção, Um Enredo, ambigüidade que se refletiu na letra do samba e na organização das alas e fantasias. A ala onde deveriam aparecer, no Sambódromo, foliões fantasiados de marinheiros sendo chicoteados por oficiais fardados, foi retirada. Ainda assim, milhões de telespectadores viram um gigantesco busto de João Cândido desfilar pela avenida, ao som do samba que dizia “olha o feiticeiro negro, na Sapucaí”.

**VERDE E BRANCO** – Em 2003, João Cândido foi homenageado no desfile de escolas de samba de São Paulo, pela Camisa Verde e Branco com o tema A Revolta da Chibata. Sonho, Coragem e Bravura. Minha História: João Cândido, Um Sonho de Liberdade. Com enredo mais explícito, a agremiação carnavalesca apresentou um samba que se encerrava assim: “Glória ao nosso povo brasileiro / Meu sonho hoje é verdadeiro / Sou Mestre-sala, / João Cândido, o guerreiro”.

## CINEMA

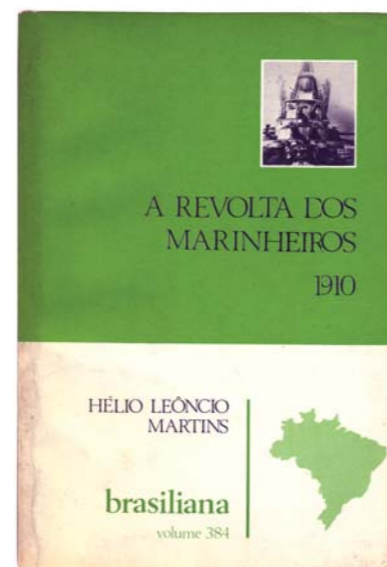
**CURTAS-METRAGENS** – Ainda não foi feito um filme de longa-metragem sobre a Revolta da Chibata, mas três curtas já circularam em salas de exposições: João Cândido, Um Almirante Negro, de Emiliano Ribeiro; João Cândido e a Revolta das Chibatas, criação coletiva da turma Balacobaco; Memórias da Chibata, de Marcos Manhães Marins (ver Filmografia).

## LIVROS E ARTIGOS

**MARINHA** – O vice-almirante reformado Helio Leôncio Martins publicou, em 1988, o livro *A Revolta dos Marinheiros de 1910*, versão oficiosa da Marinha de Guerra e uma tentativa de contestar a vertente da “revolta da chibata” propagada em vários setores da sociedade. Na obra, condena erros e violências praticados pelos dirigentes da Marinha naquele episódio, mas considera os marinheiros “subversivos e terroristas” e procura desqualificar a figura de João Cândido.

A 4ª edição do livro de Edmar Morel, 28 anos após o primeiro lançamento.

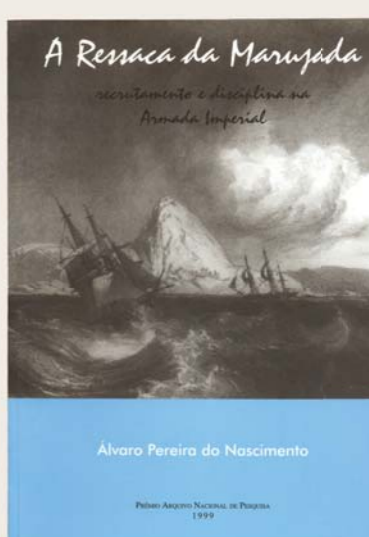
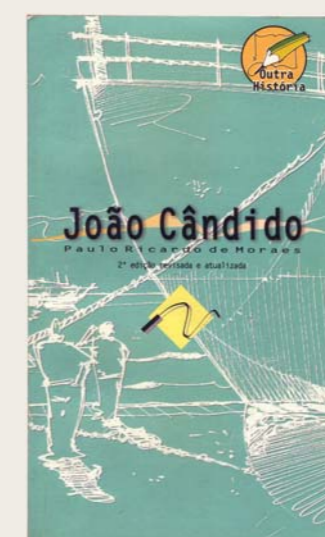
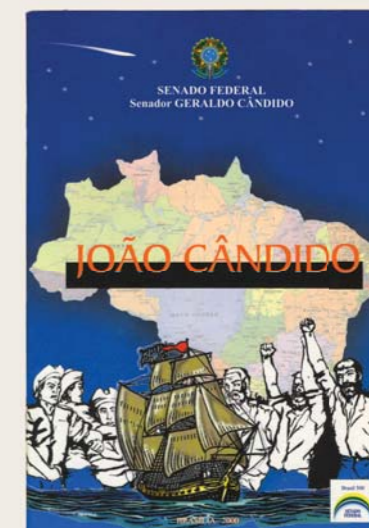
Publicação do vice-almirante Leôncio Martins traz visão de oficiais da Marinha sobre a rebelião.



**VÁRIOS** – Historiadores acadêmicos, como Mario Maestri Filho, Marcos Silva, Silvia Capanema de Almeida, Álvaro Nascimento e José Murilo de Carvalho publicaram livros e artigos sobre o tema, bem como o jornalista Fernando Granato e o escritor Moacir Lopes, este com obra de ficção. Além disso, grandes jornais publicam ocasionalmente notícias e até matérias de grande destaque sobre João Cândido.

## MONUMENTOS, ESCOLAS E RUAS

**MONUMENTO** – Uma estátua-monumento de João Cândido, com três metros de altura, foi inaugurada nos jardins do Museu da República (Palácio do Catete, antiga sede da presidência da República, no Rio de Janeiro) em 22 de novembro de 2007. De costas para o palácio que abrigava a sede do poder central, a estátua de João Cândido está voltada para o mar. Ele agora ocupa lugar destacado no espaço onde o marechal Hermes da Fonseca e outras autoridades tramaram a sangrenta repressão



Vários livros foram lançados para melhor estudar e conhecer a vida de João Cândido e a Revolta da Chibata.







Adalberto Cândido (Cândinho)



Adalberto Cândido (Cândinho)

Monumento a João Cândido nos jardins do Palácio do Catete.

Busto de João Cândido inaugurado em Porto Alegre, 2001, no Parque da Marinha.

ao movimento. O líder da Revolta da Chibata não tem mais por monumento apenas “as pedras pisadas do cais”.

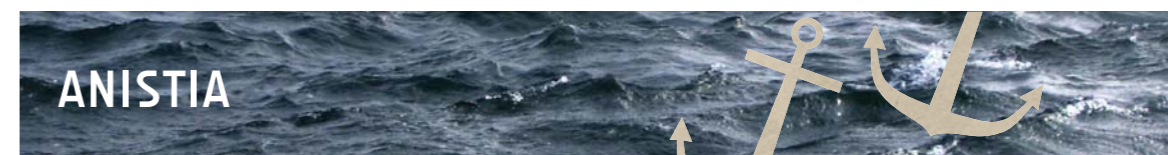
**ESCOLAS** – Em São João de Meriti, onde o líder da rebelião de 1910 morou durante 39 anos, foi inaugurado um Centro Integrado de Educação (CIEP) com o nome de Marinheiro João Cândido. Há também a Escola Marinheiro João Cândido, no bairro de Santa Cruz, município do Rio de Janeiro.

**RUAS** – Há ruas com o nome do líder da Revolta da Chibata em várias localidades, entre as quais São João de Meriti (Baixada Fluminense, RJ), Nova Iguaçu (Baixada Fluminense, RJ), Rio Pardo (RS) e Uberaba (MG).

## SESSÕES DE HOMENAGEM

**CIDADÃO CARIOCA** – No dia em que João Cândido Felisberto, 15 anos após sua morte, foi agraciado com o título de Cidadão Carioca, confirmava-se a homenagem daquela que ele considerava sua “cidade mátria” e na qual viveu e freqüentou durante 74 anos. Já não era mais a Capital Federal dos palacetes e cortiços que ele poupou do bombardeio em 1910, mas ainda guardava lembranças e traços da presença do

gaúcho que chegara aos 14 anos, sozinho, para ser grumete. Naquele 22 de novembro de 1984, a sessão solene na Câmara Municipal, por iniciativa do vereador Jorge Ligeiro (PDT), contou com a presença do então prefeito Marcello Alencar (PDT), do presidente da Câmara, Mauricio Azêdo (PDT) e da vereadora Benedita da Silva (PT) que saudou o homenageado. Significativo foi o comparecimento, no recinto, de pessoas que ajudaram a construir a memória e a história do líder da Revolta da Chibata, como seus filhos Adalberto e Zeelândia, o médico Adão Pereira Nunes (com o pseudônimo de Benedito de Paulo publicara, clandestino, o primeiro trabalho histórico sobre o personagem), o historiador Helio Silva (colheu o depoimento do marujo para o



## ANISTIA

A anistia póstuma a João Cândido e aos demais marinheiros da Revolta da Chibata foi sancionada pelo presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, em 23 de julho de 2008. Em nota oficial, a Presidência afirmou “reconhecer os valores de justiça e igualdade pelos quais lutaram os revoltosos”. O projeto, de autoria da senadora Marina Silva (PT/AC) e do ex-deputado Marcos Afonso (PT/AC), fora aprovado no Senado por unanimidade e, também do mesmo modo, na Câmara dos Deputados, a 13 de maio de 2008, data dos 120 anos da Abolição da escravatura. Não houve qualquer crítica ou restrição da parte de representantes de todos os partidos. Aprovado pelo Senado também de modo unânime, ainda tramita na Câmara projeto do senador Paulo Paim (PT/RS) que inscreve o nome de João Cândido no Livro dos Heróis da Pátria.

Museu da Imagem e do Som), o jornalista Edmar Morel e os compositores João Bosco e Aldir Blanc – os três últimos agraciados com a Medalha Pedro Ernesto. A Câmara Municipal de São João de Meriti também outorgou o título de Cidadão Honorário a João Cândido, em 1991.

Essas diferentes homenagens e manifestações mostram que há um crescente reconhecimento, por parte da sociedade civil brasileira, do papel exercido por João Cândido e os companheiros de rebelião no sentido de transformar e melhorar as condições de vida da população, combater desigualdades e violências. Com esses pronunciamentos públicos, o Estado brasileiro mudou a postura em relação ao assunto, apesar de resistências residuais. Se o Estado nacional há um século patrocinou a repressão sobre aqueles protagonistas, nesse início do século XXI a atitude é bem diferente, em relação à memória histórica, reconhecendo a justeza daqueles gestos de luta em defesa dos Direitos Humanos.

“É preciso que trabalhemos muito, que haja muita união, parte com parte. Desapareçam as paixões, os espíritos de vinganças que hão de vir ou virão, é preciso que estejamos unidos para o futuro”.

JOÃO CÂNDIDO - DEPOIMENTO NO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM EM 1968



## 9. DESAFIOS ATUAIS

Relembrar João Cândido hoje significa compreender que seus gestos trazem à tona problemas ainda inquietantes para a sociedade brasileira, como o racismo, a desigualdade social, a violência cotidiana do Estado sobre as camadas pobres da população e a democratização das Forças Armadas – sem esquecer o mito de que existe uma tradição ordeira e pacífica na história do Brasil.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 1948, isto é, 38 anos depois da rebelião dos marinheiros nas águas da baía da Guanabara, referendou diversos princípios defendidos com sacrifícios até da própria vida. O exemplo de João Cândido demonstra a importância decisiva que os indivíduos (ainda que em situações desfavoráveis) podem alcançar quando, unidos, se tornam protagonistas históricos e conseguem transformar as relações estabelecidas em busca da liberdade.

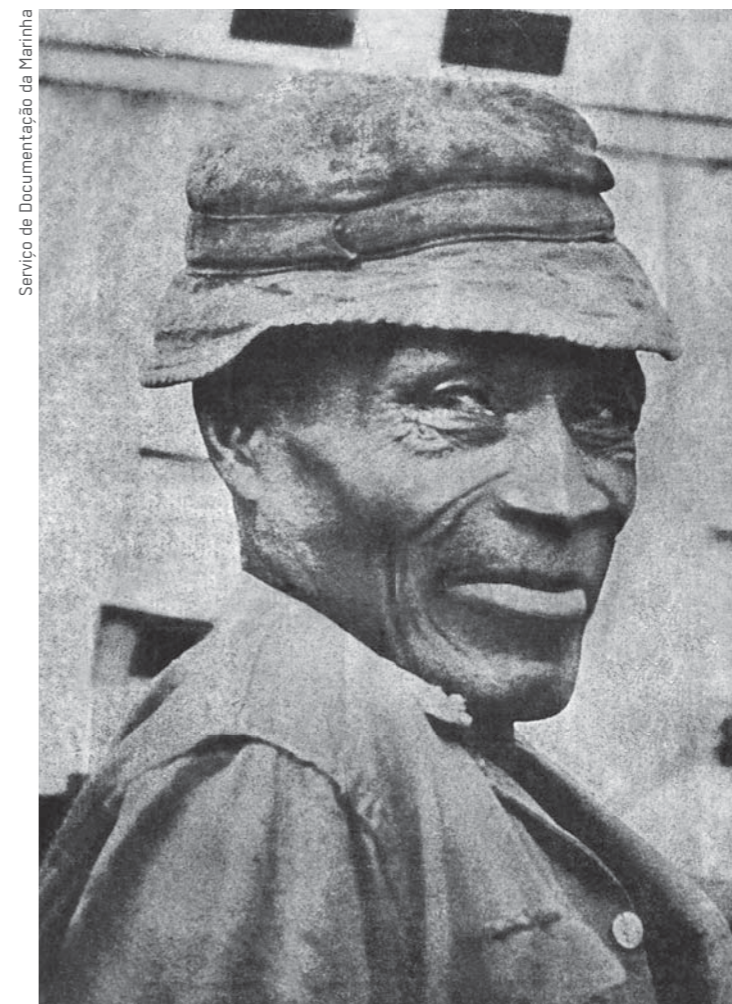
- Brasil: problemas antigos e estruturais

Ainda criança, ao sair do meio rural em busca de melhores condições de vida após a Abolição, seguindo os pais libertos, João Cândido faria um movimento de migração ainda hoje repetido por milhares de famílias pobres. A questão agrária está nas origens de vários desafios da sociedade brasileira atual, que dizem respeito não só ao campo, mas às cidades.

A concentração da propriedade fundiária, herdada dos tempos coloniais e com perfil modificado em diversas conjunturas, permanece em doses altas: 1,6% dos proprietários controlam 47% das terras do país, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As grandes propriedades (área superior a 2 mil hectares) são responsáveis por apenas 2,5% dos empregos gerados no campo. Daí resultam em torno de 4 milhões de famílias de trabalhadores sem-terra no Brasil, de acordo com dados oficiais do 2º Plano Nacional de Reforma Agrária (2003). Até início de 2008, o governo federal informou que existiam 824.483 famílias assentadas. Portanto, mais de 3 milhões de famílias pobres rurais ainda aguardam pela terra prometida. Pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 120 milhões de hectares de terras improdutivas e mais 130 milhões de hectares de terras devolutas. Diante desse quadro, surgem iniciativas como os movimentos de trabalhadores sem-terra, que buscam soluções para o problema.

Apesar de superado o sistema escravista, existem permanências de longa duração. Uma delas é o chamado trabalho escravo, que ainda aprisiona milhares de brasileiros em condições desumanas, sem liberdade de locomoção, sem direitos trabalhistas e remuneração. O Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, coordenado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, em ação conjunta com outros órgãos (Polícia Federal, ministérios da Saúde e do Meio Ambiente, autoridades estaduais e entidades da sociedade civil, como a Comissão Pastoral da Terra), tem resultado em medidas, como a elaboração de um Cadastro de Proprietários (“lista suja”) e a proibição de crédito oficial para os condenados por tal crime.

Além da concentração da posse da terra, existe a concentração da renda. A situação é nítida, já que 10% dos mais ricos detêm 47% da renda nacional, de acordo com o IBGE. Existem 56 milhões de pessoas classificadas como pobres e miseráveis no país, sendo que 26 milhões vivem em situação de miséria, sem condições mínimas



Serviço de Documentação da Marinha

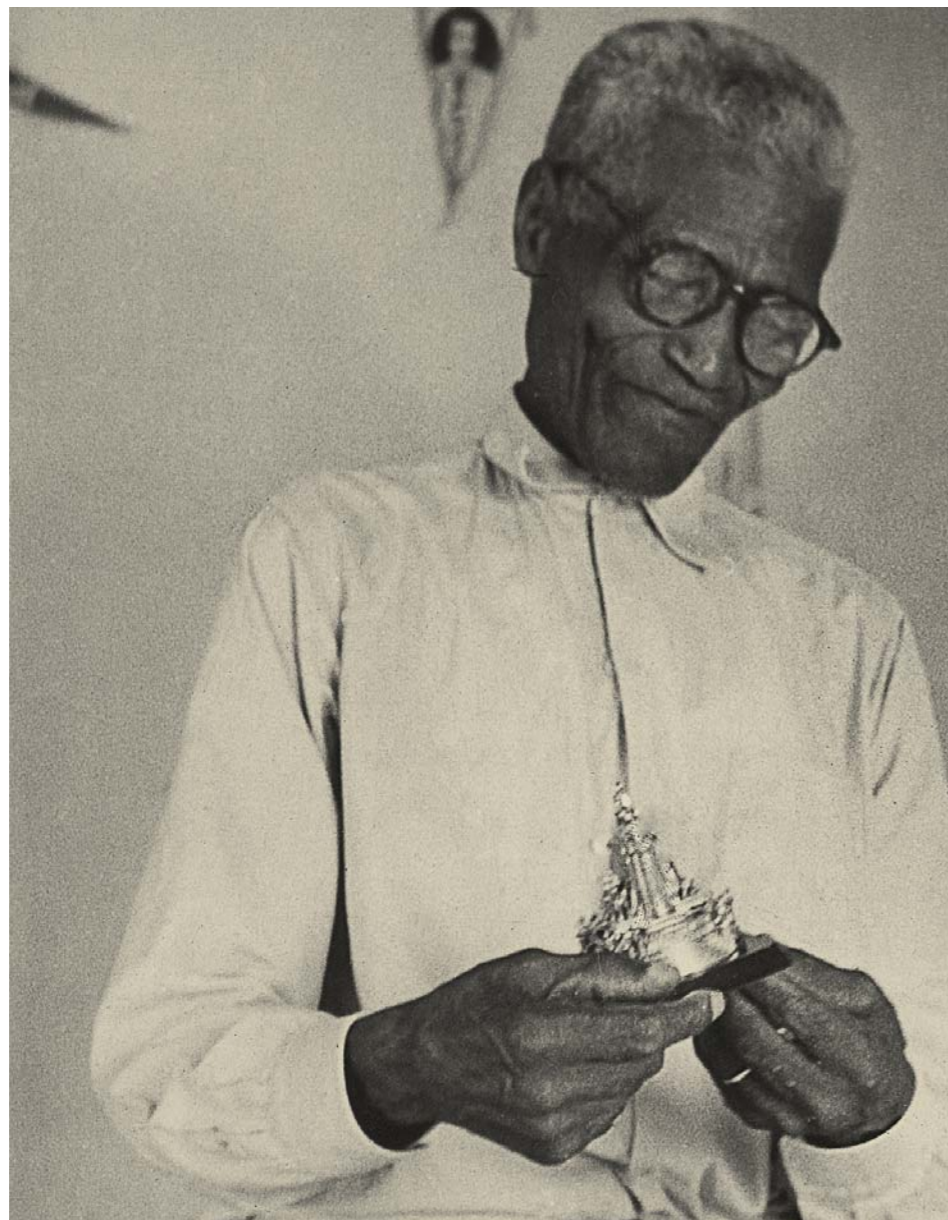
de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais. Nessa faixa da população mais pobre, o perfil predominante dos integrantes se parece com o do líder da Revolta da Chibata depois de ser desligado da Marinha: negros e pardos (compõem 45% da população total, 63% dos pobres e 70% dos miseráveis), moradores das regiões metropolitanas do Sudeste, membros de famílias cujo principal provedor chefe tem baixa escolaridade e membros de famílias encabeçadas por trabalhadores autônomos ou sem direitos trabalhistas.

Ainda segundo o IBGE, 40% da população urbana não têm esgoto sanitário – mais um sintoma do inchaço populacional das cidades agravado pela falta de oportunidades no campo. Continuam a crescer as periferias, cidades-satélites e favelas. Situação que gera aumento da violência urbana, com tantas mortes causadas, e que não pode ser desvinculada do quadro geral da sociedade brasileira.

Iniciativas governamentais como o programa Bolsa Família atenuam e reduzem essas desigualdades, embora sem alterar ainda substancialmente as estruturas que geram tal situação. Os Planos de Aceleração do Crescimento (PACs),

com investimentos em infra-estrutura previstos em R\$ 503 bilhões entre 2007 e 2010, vão trazer mudanças, sobretudo na medida em que não reproduzirem as antigas lógicas de fortalecimento dos corredores de exportação e criarem benefícios efetivos para os setores mais pobres da população.

A desigualdade social está permeada pela desigualdade racial. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2008 mostram que a renda média da população negra é de R\$ 558,24, enquanto a da população branca é de R\$ 1.087,00. Além desses fatores, pode-se constatar que a população branca tem mais chance de chegar à velhice. Dados do IBGE evidenciam que das pessoas com mais de 60 anos, 57% são brancos e 41% negros e pardos. João Cândido, que chegou aos



Arquivo Nacional

89 anos passando pelas situações mais difíceis, ainda aqui pode ser considerado um herói da sobrevivência. O governo federal tem elaborado políticas que visam combater a desigualdade racial.

A própria condição dos idosos é precária. Sabe-se que os benefícios previdenciários representam, em média, 12% da renda familiar da população mais pobre e 20% para as camadas mais privilegiadas. Ainda que a situação tenha apresentado melhora nos últimos anos (70% dos brasileiros com 60 anos ou mais recebem algum benefício da Previdência Social, como aposentadoria ou pensão), 31% das pessoas com mais de 60 anos e 18% com mais de 70 anos ainda trabalham. João Cândido trabalhou até os 79 anos como pescador.

A situação dos 400 mil pescadores artesanais em todo o país ainda é difícil, devido à baixa renda, pouca estabilidade, concorrência da pesca industrial de grande escala e degradação do meio ambiente. Em 2008, a Câmara dos Deputados aprovou projeto que concede direitos aos pescadores artesanais, como o de obter seguro-desemprego nas temporadas de interdição de pesca para reprodução e preservação de espécies de pescados. Também esses trabalhadores começam a receber títulos de cessão de uso das águas da União.

A saúde pública, apesar de avanços expressivos com a implantação do Sistema Único de Saúde e de possuir ilhas de excelência médicas, ainda não trata de modo satisfatório a maioria da população – 20% dos brasileiros procuram planos privados de saúde, como alternativa às deficiências da rede pública. A Comissão Nacional de Determinantes Sociais da Saúde, instituída pelo governo federal, em relatório de 2008, aponta a “situação de iniquidade” da saúde pública no Brasil.

A violência da chibata, ainda que oficialmente abolida, continua a afetar a população de várias maneiras, não tanto pelo castigo físico, mas por flagelos sociais, econômicos e políticos, inclusive pelo trabalho pesado e através da violência armada, atingindo parte expressiva da sociedade – brutalidade cotidiana que se agrava com a precariedade de transporte e moradia. Denúncias de torturas e maus-tratos em delegacias, presídios e favelas surgem com lamentável frequência. Ao mesmo tempo, crescem aqueles que, inclusive no interior do Estado nacional, se opõem às injustiças.

Ao analisar o papel de João Cândido e dos marujos da rebelião de 1910, o jurista e sociólogo Evaristo de Moraes Filho (cujo pai foi advogado dos marinheiros na época), da Academia Brasileira de Letras, afirmou no prefácio do livro *A Revolta da Chibata*: “De lá para cá muito cresceu a consciência dos direitos humanos, fazendo com que um homem não possa prevalecer-se da sua posição superior para se tornar senhor e amo de seu subordinado. Afinal, já escreveu Nietzsche que a revolta é a nobreza do escravo, por isso mesmo, sendo legítima e justa a repulsa contra a tirania e os abusos do poder”.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. O Almirante Negro: glória a uma luta inglória. História Viva, ano II, n. 27, Duetto Editorial, p. 74-80, janeiro 2006.

ARIAS NETO, José Miguel. Em Busca da Cidadania: praças da Armada Nacional 1867-1910. Tese de Doutorado. Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. Os Bordados de João Cândido, em Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.

FERREIRA, Maria Luci Corrêa. Tributo a João Cândido: o rei do farol da liberdade. Encruzilhada do Sul (RS): Evangraf, 2002.

GRANATO, Fernando. O negro da chibata. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

KUPPER, Agnaldo, CHENSO, Paulo André. O navegante negro e a chibata: a revolta dos marinheiros de 1910. São Paulo: FTD, 2001.

LOPES, Moacir C. O Almirante Negro: revolta da chibata, a vingança. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

Museu da Imagem e do Som (MIS), João Cândido, o Almirante Negro. Rio de Janeiro: Gryphus, 1999.

MAESTRI, Mário. Cisnes Negros: uma história da revolta da chibata. São Paulo: Moderna, 2000.

MARTINS, Hélio Leôncio. A Revolta dos Marinheiros: 1910, São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1988.

MENEZES, Nilza. Os sobreviventes do barco Satélite, in Primeira Versão, n. 54, Porto Velho, outubro de 2001.

MORAES, Paulo Ricardo de. João Cândido, 2ª ed., Porto Alegre: União Editorial/Secretaria Municipal de Cultura, 2000.

MOREL, Edmar, A Revolta da Chibata (1958), 4a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal / Paz e Terra, 1986.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910. Tese de Doutorado. Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

\_\_\_\_\_. Uma Introdução à História de João Cândido e da Revolta dos Marinheiros de 1910. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2000.

SILVA, Marcos Antonio. Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VIEIRA, Cesar. João Cândido do Brasil: a revolta da chibata. São Paulo: Teatro Popular União e Olho Vivo/Casa Amarela, 2003.

## FILMOGRAFIA

**A vida de João Cândido**, de Alberto Botelho, rodado como documentário durante a Revolta da Chibata em 1910, deveria ser exibido nos cinemas cariocas em 1912, mas foi proibido pela polícia. A única cópia perdeu-se num incêndio em São Paulo na década de 1950.

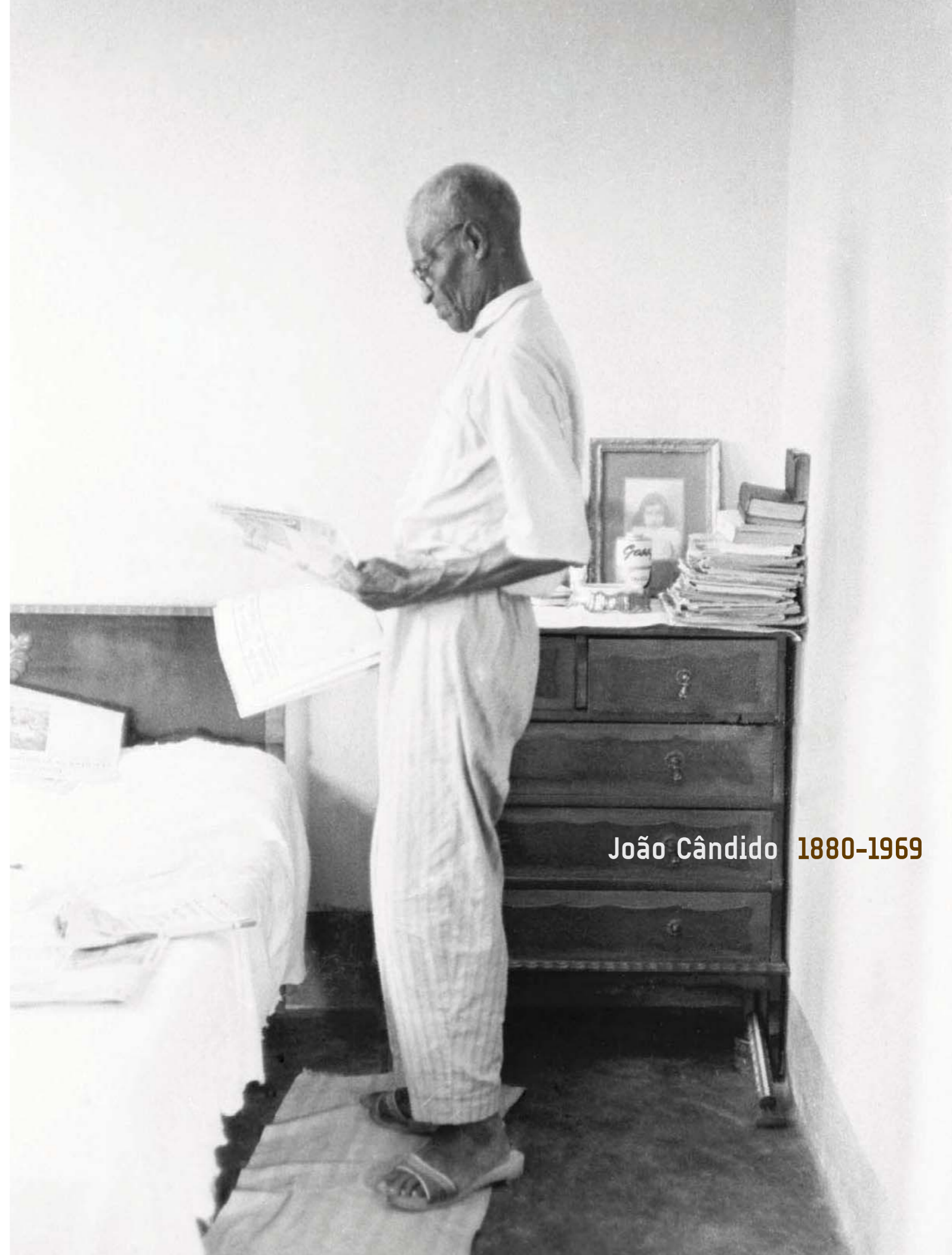
**João Cândido e a Revolta das Chibatas**, criação coletiva da turma Balacobaco, 2004, documentário, 20 minutos, depoimentos de Adalberto e Zeelândia Cândido e de estudiosos do tema.

**João Cândido, um Almirante Negro**, de Emiliano Ribeiro, 1987, documentário/ficção, 10 minutos, com Antonio Pompeu e Nelson Xavier, entre outros.

**Memórias da Chibata**, de Marcos Manhães Marins, 2005, ficção, 15 minutos, com Alexandre Jório, Alexandre Rodrigues, Babu Santana, e outros.

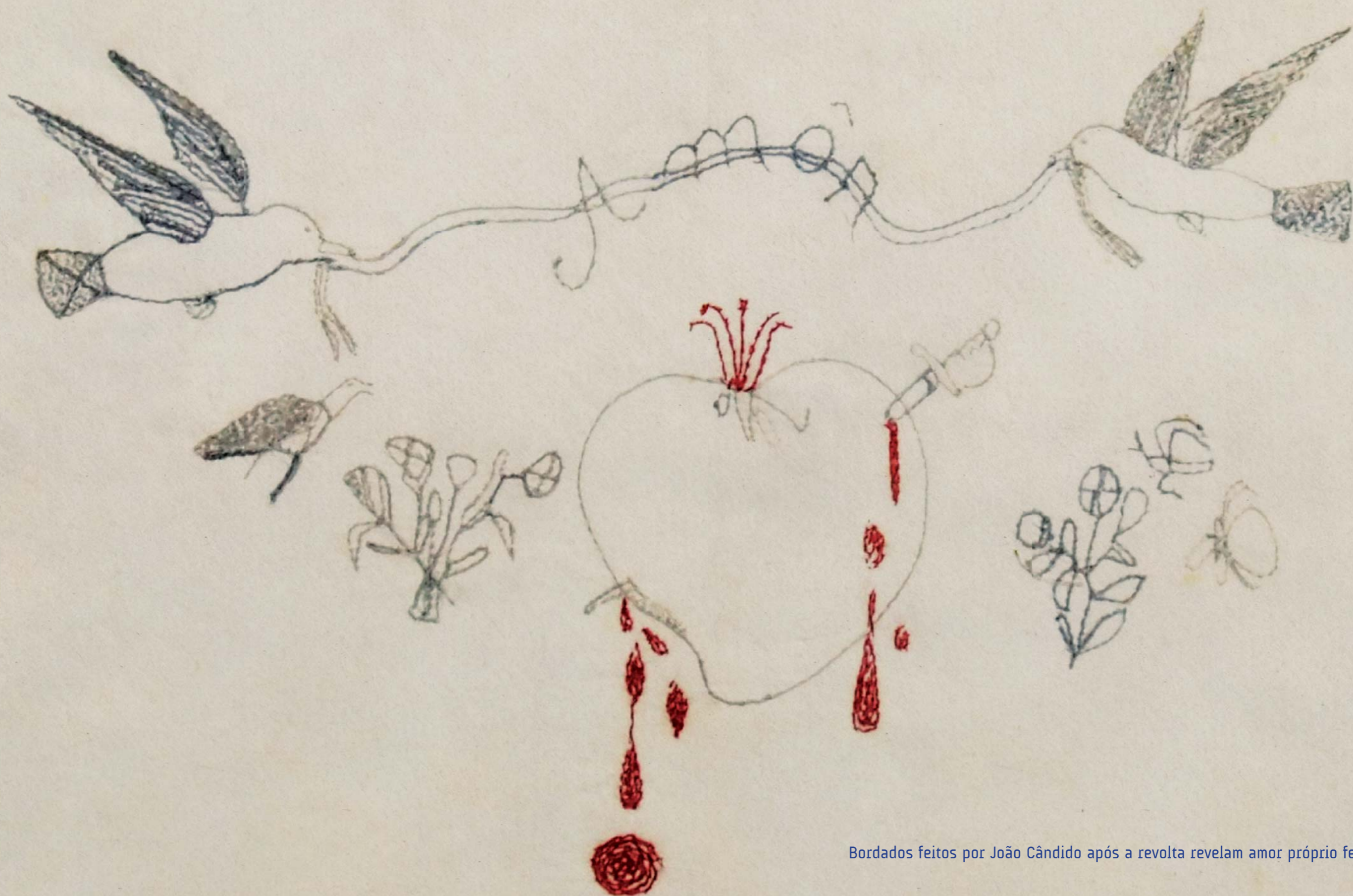
# CRONOLOGIA

- 1880** Nasce João Cândido Felisberto na fazenda Coxilha Bonita, em Encruzilhada do Sul, atualmente município Dom Feliciano, RS.
- 1895** Aos 14 anos entra para a Escola de Aprendizes de Marinheiros do Rio Grande do Sul.
- 1904** Interna-se no Hospital da Marinha para tratamento de tuberculose.
- 1910** É enviado à Inglaterra para conduzir o encouraçado Minas Gerais ao Brasil. Lidera a Revolta da Chibata, contra as punições corporais na Marinha de Guerra. É preso e sobrevive à tentativa de assassinato na Ilha das Cobras.
- 1911** É internado no Hospital Nacional de Alienados, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro (RJ).
- 1912** Volta à prisão e é absolvido em seu julgamento, em 29 de novembro.
- 1913** Emprega-se no veleiro “Antônico”. Conduz a embarcação dos portos do sul do país ao Rio de Janeiro. Na chegada à capital carioca, por pressão é demitido. No mesmo ano, casa-se na Igreja Nossa Senhora da Glória, em Laranjeiras, no Rio de Janeiro, RJ.
- 1930** Muda-se com a família definitivamente do Rio de Janeiro para São João de Meriti, na Baixada Fluminense.
- 1946** Morre seu companheiro de Revolta, Francisco Dias Martins, o “Mão Negra”.
- 1953** Despede-se do navio Minas Gerais, vendido como sucata à Itália.
- 1959** Publicação do livro A Revolta da Chibata. Volta à terra natal para receber homenagem, cancelada por ordem da Marinha.
- 1969** Morre a 8 de dezembro, no Hospital Getúlio Vargas. É sepultado no Cemitério do Caju, no Rio de Janeiro. Deixa uma herança de coragem e dignidade, além de esposa e filhos.
- 2002** A Senadora Marina Silva e o ex-deputado federal Marcos Afonso apresentam um projeto de anistia post mortem a João Cândido e seus companheiros da Revolta da Chibata.
- 2005** Acontece a “Marcha dos 10 Mil”, em que líderes e integrantes de movimentos pelos direitos humanos e pela inclusão racial rumam a Brasília reforçando o pedido de anistia.
- 2008** Em 23 de julho de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.756, que concede anistia post mortem a João Cândido e outros marujos participantes da revolta.



João Cândido 1880-1969





Bordados feitos por João Cândido após a revolta revelam amor próprio ferido.



